

PROPOSTA DO PLANO DE COGESTÃO DO PARQUE NACIONAL DA PENEDA-GERÊS



DOCUMENTO SÍNTESE

outubro de 2022_versão8



ÍNDICE

1.	Contextualização	5
2.	Enquadramento do plano de cogestão do PNPG	7
2.1.	Qual o âmbito do documento?	7
2.2.	Quem o elabora?	9
2.3.	A que âmbito territorial diz respeito?	9
2.4.	A que Horizonte temporal se reporta?	10
2.5.	Quem aprova o Plano de Cogestão?	10
3.	Modelo de Cogestão	10
3.1.	O que é a cogestão?	10
3.2.	O que se pretende com a Cogestão?	11
3.3.	Que passos relevantes dados há a destacar?	11
3.4.	Qual é a constituição da Comissão de Cogestão do PNPG?	11
3.5.	Qual é a constituição do Conselho Estratégico do PNPG?	15
3.6.	Que missão, visão e valores?	16
3.7.	Que compromissos estratégicos foram assumidos pela comissão de cogestão?	17
4.	Caraterização da área protegida	19
4.1.	Onde se localiza?	19
4.2.	Como se encontra classificado?	20
4.3.	Como se caracteriza?	23
4.3.1.	Património natural (Geo e Biodiversidade)	23
4.3.2.	Ocupação humana e património cultural	24
4.4.	Como evoluiu a demografia neste território?	25
4.5.	Como se caracteriza o uso atual do solo?	30
4.6.	Quais são as principais atividades económicas desenvolvidas neste território?	32
4.6.1.	Turismo e visitação	33
4.6.1.1.	Oferta turística	33
4.6.1.2.	procura turística	42
4.6.1.3.	Principais tipos de turismo/visitantes no PNPG	46
4.7.	Como este território está servido de infraestruturas?	47
5.	Diagnóstico prospetivo e objetivos estratégicos da área protegida	49
5.1.	O que é crítico neste território? O que se pretende mudar?	49
5.2.	Qual a estratégia consensualizada para o território?	52
5.2.1.	Objetivos Estratégicos	52
5.2.2.	Quais são os eixos estratégicos e as áreas-chave em que se pretende apostar?	52
6.	Auscultação de atores chave	54
6.1.1.	Quem são os atores chave?	54
6.1.2.	Como foram auscultados e envolvidos?	55

6.1.3.	Quais os resultados e as principais ilações a retirar desta auscultação?	56
6.1.3.1.	Sessões públicas de apresentação	56
6.1.3.2.	Inquérito online	56
6.1.3.3.	Sessões participativas com os atores- chave do território	56
6.1.3.4.	Contributo dos órgãos gestores dos baldios do PNPG	57
6.2.	Como foi promovida a Consulta Pública?	58
6.2.1.	Quais foram os resultados da Consulta Pública?	59
7.	Programa de medidas e ações prioritárias	60
7.1.	Definição de Medidas e Ações a implementar	60
7.2.	Resumo das medidas a implementar – projetos/ ações	62
7.3.	Resumo do Investimento	66
7.4.	Quais as medidas e as ações para valorizar e promover o território em causa e para melhorar a sensibilização e a comunicação com todos os interlocutores e utilizadores?	67
7.5.	Qual a distribuição geográfica e temporal das medidas e das ações definidas?	69
7.6.	Como e por quem serão executadas as medidas e as ações definidas?	69
7.7.	Como estão priorizadas as medidas e as ações definidas?	70
8.	Instrumentos de linhas de financiamento	70
8.1.	Como serão financiadas as medidas e as ações definidas?	70
8.2.	Qual é a estratégia de obtenção de financiamento?	71
9.	Governança e Monitorização	71
9.1.	Governança	71
9.2.	Indicadores de realização	72
9.2.1.	Serão adotados indicadores adicionais considerando a especificidade territorial?	72
9.2.2.	Quais os resultados obtidos na situação de referência para os indicadores de realização obrigatórios? E quais as metas para os indicadores de realização adotados?	75
9.2.3.	Como serão mensuráveis anualmente os indicadores de realização obrigatórios? Onde serão publicitados os resultados obtidos anualmente?	89
10.	Contributo do Plano de Cogestão para as agendas mundial, europeia, nacional e regional	91
11.	Publicitação e divulgação	99
11.1.	Onde será publicitada a informação relevante no âmbito da cogestão da área protegida?	99
11.2.	Como será feita a divulgação da informação relevante no âmbito da cogestão da área protegida?	99
ANEXOS		100

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Composição da Comissão de Cogestão do PNPG	12
Tabela 2 - Composição do Grupo de Trabalho do Turismo	13
Tabela 3 - Composição da Estrutura de Apoio à Comissão de Cogestão do PNPG	13
Tabela 4 - Freguesias do Parque Nacional da Peneda-Gerês	20

Tabela 5 - População residente nas freguesias do PNPG. Fonte: INE.	26
Tabela 6 - Evolução do saldo e taxa de crescimento natural nas freguesias do PNPG, 2011-2021. Fonte: INE.	28
Tabela 7 - Áreas ocupadas pelas principais classes de uso e ocupação do solo. Fonte: COS 2018	31
Tabela 8 - N.º de estabelecimentos de alojamento (ET+AL) – 2011/22 (sem parques de campismo). Fonte: RNT	34
Tabela 9 - Evolução dos Parques de Campismo no PNPG e nos municípios abrangidos, 2011-2022. Fonte: RNT	35
Tabela 10 – N.º de Agentes de Animação Turística (AAT) no PNPG e municípios, 2011 – 2022. Fonte: RNT.	37
Tabela 11 - Número de visitantes que contactam a Área Protegida (Portas e serviços do PNPG).). Fonte: ICNF, I.P.	43
Tabela 12 - Dormidas (N.º) nos estabelecimentos de alojamento turístico. Fonte: INE.	45
Tabela 13 - Proporção de hóspedes estrangeiros nos estabelecimentos de alojamento turístico. Fonte: INE.	46
Tabela 14 - Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico, por tipologia de alojamento	46
Tabela 15 - Matriz SWOT	50
Tabela 16 - Matriz SWOT (cont.)	51
Tabela 17 - Presenças nas sessões públicas de apresentação do modelo de cogestão	56
Tabela 18 – Contributo do Eixo 1 do programa de medidas da proposta do Plano de Cogestão do PNPG para a valorização e promoção do território e para a melhoria da comunicação e sensibilização com os interlocutores e utilizadores	67
Tabela 19 - Contributo do Eixo 2 do programa de medidas da proposta do Plano de Cogestão do PNPG para a valorização e promoção do território e para a melhoria da comunicação e sensibilização com os interlocutores e utilizadores	68
Tabela 20 - Contributo do Eixo 3 do programa de medidas da proposta do Plano de Cogestão do PNPG para a valorização e promoção do território e para a melhoria da comunicação e sensibilização com os interlocutores e utilizadores	68
Tabela 21 - Indicadores de realização adotados	73
Tabela 22 - Situação de referência dos indicadores de realização obrigatórios - PORTAS DE ENTRADA	75
Tabela 23 - Situação de referência dos indicadores de realização obrigatórios - INFRAESTRUTURAS DE LAZER E VISITAÇÃO	76
Tabela 24 - Situação de referência dos indicadores de realização obrigatórios - MATERIAL DE DIVULGAÇÃO	78
Tabela 25 - Situação de referência dos indicadores de realização obrigatórios - ROTAS E PERCURSOS INTERPRETATIVOS	80
Tabela 26 - Situação de referência dos indicadores de realização obrigatórios - SINALIZAÇÃO	82
Tabela 27 - Situação de referência dos indicadores de realização obrigatórios - VISITAÇÃO	84
Tabela 28 - Situação de referência dos indicadores de realização obrigatórios - NATURAL.PT	85
Tabela 29 - Situação de referência dos indicadores de realização obrigatórios - NOVAS ATIVIDADES E PRODUTOS	86
Tabela 30 - Situação de referência dos indicadores de realização obrigatórios - INOVAÇÃO	86
Tabela 31 - Situação de referência dos indicadores de realização obrigatórios - EDUCAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL	87
Tabela 32 - Situação de referência dos indicadores de realização obrigatórios - PARTICIPAÇÃO PÚBLICA	88
Tabela 33 - Situação de referência dos indicadores de realização obrigatórios - AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE COGESTÃO	89

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Âmbito territorial do Plano de Cogestão do PNPG	9
Figura 2 - Localização do Parque Nacional da Peneda-Gerês	19
Figura 3 - Carta de uso e ocupação do solo. Fonte: COS 2018. SIG/ADERE-PG	30
Figura 4 - Modelo da Ficha descritiva da medida e respetivas ações do Plano de Cogestão	61
Figura 5 - Contributo da proposta do Plano de Cogestão do PNPG para os indicadores de realização (Portaria n.º 67/2021, de 17 de março)	74
Figura 6 - Alinhamento da proposta do Plano de Cogestão do PNPG com os ODS 2030 (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável)	92
Figura 7 - Alinhamento da proposta do Plano de Cogestão do PNPG com a Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade	93
Figura 8 - Alinhamento da proposta do Plano de Cogestão do PNPG com a Estratégia Portugal 2030	94
Figura 9 - Alinhamento da proposta do Plano de Cogestão do PNPG com a Estratégia Norte 2030	95
Figura 10 - Alinhamento da proposta do Plano de Cogestão do PNPG com o Plano Estratégico da PAC 2022-2027	96
Figura 11 - Alinhamento da proposta do Plano de Cogestão do PNPG com a Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica	96
Figura 12 - Alinhamento da proposta do Plano de Cogestão do PNPG com a Agenda de Inovação para a Agricultura 2030 (Terra Futura)	97
Figura 13 - Alinhamento da proposta do Plano de Cogestão do PNPG com a Carta Europeia de Turismo Sustentável (CETS)	97
Figura 14 - Alinhamento da proposta do Plano de Cogestão do PNPG com a Estratégia Turismo 2027	98

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da população residente nas freguesias do PNPG, 2011-2021. Fonte: INE.	26
Gráfico 2 - Evolução do crescimento natural nas freguesias do PNPG (2011 - 2021). Fonte: INE.	27
Gráfico 3 - Distribuição da população residente nas freguesias do PNPG, por grupos etários, 2011 e 2021. Fonte: INE.	28
Gráfico 4 - Representação do peso de cada freguesia no total da população residente no PNPG, em 2021. Fonte: INE.	29
Gráfico 5 - Áreas ocupadas pelas principais classes de uso e ocupação do solo. Fonte: COS 2018	31
Gráfico 6 - Evolução dos estabelecimentos de alojamento (ET+AL) – 2011/22 (sem parques de campismo). Fonte: RNT	34
Gráfico 7 - Evolução da capacidade de alojamento (ET+AL) – 2011/22 (sem parques de campismo). Fonte: RNT	35
Gráfico 8 - Evolução dos Agentes de Animação Turística (AAT) no PNPG e nos municípios, 2011 – 2022. Fonte: RNT.	38
Gráfico 9 - AAT autorizados pelo ICNF, I.P. para a prática de atividades de Turismo de Natureza no PNPG. Fonte: ICNF, I.P.	39
Gráfico 10 - Atividades de Turismo de Natureza mais expressivas no PNPG	39
Gráfico 11 - Evolução do número de visitantes que contactam a Área Protegida (Portas e serviços do PNPG). Fonte: ICNF, I.P.	43
Gráfico 12 - Proveniência dos visitantes estrangeiros às Portas do PNPG e CEAV, 2014 a 2019. Fonte: Portas do PNPG e ICNF, I.P.	44
Gráfico 13 - Dormidas (N.º) nos estabelecimentos de alojamento turístico	45

NOTA PRÉVIA

A proposta do Plano de Cogestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês é composta por um conjunto de documentos complementares, onde consta toda a informação necessária para a aprovação do Plano.

No presente documento apresenta-se a contextualização, o enquadramento do modelo de cogestão e a Comissão de Cogestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês. Dá-se a conhecer a Missão, Visão e Valores do Plano de Cogestão do PNPG, os atores-chave do território e resumem-se os objetivos estratégicos e a programação das medidas e ações a implementar com vista à sua prossecução. No entanto, é importante referir que se trata de um documento síntese, estando a informação aqui referida devidamente detalhada nos documentos próprios.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

O território do Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG) comporta um conjunto de características distintivas, que o diferenciam da demais região, não só pela sua geografia, mas também pela sua condição ambiental, natural e sociocultural. É o único Parque Nacional do país e a sua valorização deve, pois, passar por uma prerrogativa de força nacional, um desígnio coletivo, em concordância com o seu valor e representação ímpar em Portugal.

Contrariamente a outros Parques Nacionais da Europa e do Mundo, no nosso PNPG residem pessoas e esta presença humana tem sido vital na construção e manutenção das suas características únicas, que fazem dele a mais relevante Área Protegida do país e também uma Reserva Mundial da Biosfera.

Os valores naturais e culturais que agrega e as comunidades que nele residem são o sustentáculo da sua estrutura de desenvolvimento, num modelo de base sustentável, que é necessário adaptar e inovar para que o território esteja mais preparado para os novos desafios, e possa, assim, criar mais e novas oportunidades de desenvolvimento, valorizar as pessoas e o seu legado e promover uma gestão mais proativa da conservação da natureza, da diversidade biológica e geológica e da paisagem.

É importante imprimir uma gestão territorial cada vez mais integrada e comprometida com uma estratégia de desenvolvimento coletiva, de base local (municípios do PNPG), sustentável e multisetorial, orientada para a valorização, sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos

endógenos (naturais e culturais), para a capacitação das pessoas e melhoria da sua qualidade de vida e para a qualificação e competitividade das atividades produtivas. É preciso saber responder aos desafios demográficos com que o território se depara, aprofundar eficientemente as potencialidades dos ativos locais (especialização inteligente) para inovar e criar negócios sustentáveis, reduzir as desigualdades sociais e económicas da baixa densidade, nomeadamente a falta de novos empregos e promover a igualdade de oportunidades a todos os níveis, atuar mais precocemente na gestão dos riscos naturais potenciados pelas mudanças climáticas, prevenir e mitigar as ameaças aos ecossistemas, gerir os ativos ambientais e potenciar os serviços ecossistémicos. É imperativo aproveitar as oportunidades, atuar nas fragilidades e tornar o território mais resiliente para melhor lidar e adaptar-se aos desafios atuais e futuros.

É neste contexto que se enquadra a cogestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês, um modelo de gestão de proximidade, que consagra a intervenção de parceiros estratégicos na gestão deste território, entre os quais, obrigatoriamente, os municípios, o ensino superior e as organizações não governamentais ligadas ao ambiente, para além de outros interlocutores relevantes que, em articulação estreita com o ICNF I.P. (Instituto da Conservação da Natureza e Florestas), assumem o compromisso de colaborarem para a promoção e valorização sustentável do território, do seu património e das suas comunidades.

A implementação do modelo de cogestão das Áreas Protegidas implica a elaboração de um Plano de Cogestão, cuja aprovação compete à Comissão de Cogestão, envolvendo um processo prévio de auscultação dos parceiros locais e de consulta pública para integração das diversas perspetivas e prioridades. O Plano de Cogestão tem de ter o parecer prévio do Conselho Estratégico do PNPG.

2. ENQUADRAMENTO DO PLANO DE COGESTÃO DO PNPG

2.1. QUAL O ÂMBITO DO DOCUMENTO?

De acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei 116/2019, de 21 de agosto, o plano de cogestão da área protegida, que determina a estratégia a implementar com vista a valorizar e promover o território, sensibilizar as populações locais e melhorar a comunicação com todos os interlocutores e utilizadores, devendo integrar um programa de medidas e ações que concretizam essa estratégia, constitui um dos instrumentos de gestão da área protegida.

Assim, a atual proposta do Plano de Cogestão do PNPG é o documento que estabelece a estratégia e a base de programação de um conjunto de investimentos, a cinco anos, orientados para os objetivos fundamentais da cogestão, ou seja, para o desenvolvimento sustentável desta área protegida.

O Plano de Cogestão do PNPG assenta numa base de programação fundamentada num trabalho de planeamento estratégico para o desenvolvimento sustentável do PNPG, que reflete a visão partilhada por diferentes instituições do território, nomeadamente municípios, as tutelas das áreas da conservação da natureza e florestas, da agricultura, a academia, associações de desenvolvimento local e ONG, entidades gestoras dos baldios e proprietários das terras, representantes dos empresários turísticos, empresas e outras instituições relevantes.

A estratégica encontra-se sustentada por estudos de caracterização e diagnóstico, que permitiram identificar os grandes constrangimentos, as oportunidades e os desafios que se colocam à valorização e ao desenvolvimento sustentável deste território. Com base no diagnóstico realizado e a partir de uma mesma visão, foram estabelecidos os objetivos estratégicos que relevam para a prossecução dos compromissos assumidos no âmbito da implementação do Modelo de Cogestão do PNPG e que sustentam um conjunto integrado e coerente de projetos considerados estruturantes para o desenvolvimento sustentável deste território.

As propostas de programação definidas na proposta do Plano da Cogestão do PNPG encontram-se alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), objetivos e prioridades da Estratégia Portugal 2030, do Norte 2030 e das Estratégias 2030 das Entidades Intermunicipais, bem como com a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030, assegurando um importante contributo nos mais relevantes domínios da política nacional e regional.

A proposta do Plano de Cogestão do PNPG é constituída pelos seguintes elementos:

o DOCUMENTO SÍNTESE DA PROPOSTA DO PLANO DE COGESTÃO

Corresponde ao presente documento, que, de forma sistematizada, refere os aspetos mais importantes do Plano de Cogestão do PNPG. Assim, contextualiza-se o enquadramento do modelo de cogestão e a constituição da Comissão de Cogestão do PNPG e do Conselho Estratégico do PNPG. Apresenta-se a missão, a visão e valores, uma breve caracterização da área protegida e dos seus principais fatores críticos, resumem-se os Objetivos e Eixos Estratégicos e o Programa de Medidas a implementar no território, nos próximos cinco anos. Refere-se ainda como vai ser feita a comunicação do Plano de Cogestão do PNPG.

A informação mais detalhada aparece nos diferentes Documentos Complementares que compõem a proposta do Plano de Cogestão do PNPG.

o DOCUMENTO COMPLEMENTARES DO PLANO DE COGESTÃO

Documento Complementar I – Caracterização da área protegida

Apresenta-se a caracterização do PNPG, baseada nos mais recentes estudos de caracterização que foram desenvolvidos no âmbito da transposição do respetivo Plano de Ordenamento para o Programa Especial desta área protegida.

Documento Complementar II - Diagnóstico prospetivo da área protegida (análise SWOT) e objetivos estratégicos

Apresenta-se o diagnóstico do território, numa análise orientada para os temas considerados mais relevantes para os objetivos do desenvolvimento sustentável e valorização do PNPG, concretamente: património natural e cultural, população, educação e infraestruturas, atividades económicas e turismo, gestão e governança. Detalha-se também a estratégia do Plano de Cogestão do PNPG, ou seja, os Objetivos Estratégicos e os Eixos Prioritários de atuação.

Documento Complementar III – Atores chave do território

Apresentam-se os atores mais relevantes para o desenvolvimento sustentável do território do PNPG, das áreas social, económica e ambiental, e que são implicados no processo de participação, a forma como foram auscultados e envolvidos, os resultados e as ilações a retirar dessa auscultação.

Documento Complementar IV – Programa de Medidas

Apresenta-se o programa das medidas a implementar - que se preveem desenvolver nos próximos cinco anos (concretizados por via de projetos/ações) -, bem como a forma de monitorização e de avaliação da implementação do previsto no Plano de Cogestão do PNPG.

Documento Complementar V – Plano de sensibilização e comunicação

Apresentam-se as propostas de desenvolvimento de ações de sensibilização e informação, bem como de comunicação sobre o modelo de Cogestão nas áreas protegidas em geral e sobre o Plano de Cogestão do PNPG em particular (publicitação e divulgação do processo de cogestão).

2.2. QUEM O ELABORA?

A proposta do Plano de Cogestão do PNPG foi elaborada pela Comissão de Cogestão, contando como apoio do Grupo de Trabalho do Turismo, coadjuvados pela Estrutura de Apoio.

2.3. A QUE ÂMBITO TERRITORIAL DIZ RESPEITO?

O Plano de Cogestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês abrange a área geográfica definida pelos limites da Área Protegida, podendo considerar, sempre que adequado e devidamente fundamentado, as zonas envolventes, circunscritas aos limites administrativos dos municípios que a integram.

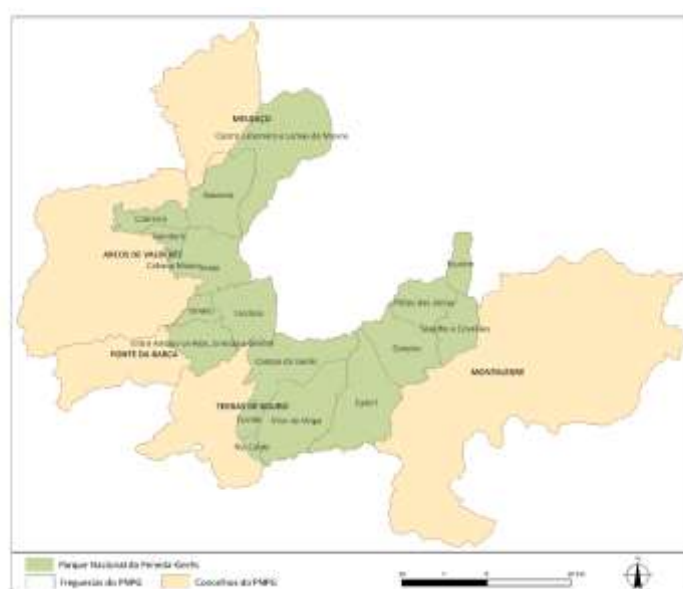


Figura 1 - Âmbito territorial do Plano de Cogestão do PNPG

2.4. A QUE HORIZONTE TEMPORAL SE REPORTA?

O Plano de Cogestão do PNPG integra uma programação das medidas a executar num horizonte temporal de 5 anos (2022-2027), respeitando, assim, o período mínimo de três anos estipulado pelo Decreto-lei n.º 116/2019, de 21 de agosto (n.º 4 do artigo 13º).

2.5. QUEM APROVA O PLANO DE COGESTÃO?

De acordo com o artigo 8.º do Decreto-Lei 116/2019 de 21 de agosto, compete à Comissão de Cogestão do PNPG aprovar o Plano de Cogestão, após o parecer prévio do Conselho Estratégico do PNPG.

3. MODELO DE COGESTÃO

3.1. O QUE É A COGESTÃO?

A cogestão é um modelo de gestão de proximidade das áreas protegidas, instituído pelo Decreto-Lei n.º 116/2019 de 21 de agosto, que consagra a intervenção de parceiros estratégicos na gestão destes territórios, entre os quais, obrigatoriamente, os municípios, o ensino superior e as organizações não governamentais ligadas ao ambiente, para além de outros interlocutores relevantes que, em articulação estreita com o ICNF, I.P., assumem o compromisso de colaborarem para a promoção e valorização sustentável do território, do seu património e das suas comunidades.

Neste propósito, juntam-se o ICNF, a Autoridade Nacional para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade, os municípios presentes no território da área protegida e quem, pela experiência e conhecimento técnico-científico, possa contribuir para a aplicação das políticas de conservação, valorização e competitividade do território, sempre com o fito de gerir, dar valor e perenidade aos ativos territoriais. É este conjunto de entidades que, colocando ao serviço da área protegida o que de melhor têm para oferecer no quadro das suas competências e atribuições, e de forma colaborativa e articulada, dá corpo à Comissão de Cogestão da área protegida enquanto órgão de administração e gestão da mesma, que é o primeiro responsável perante a comunidade pelo desempenho da sua gestão.

3.2. O QUE SE PRETENDE COM A COGESTÃO?

O modelo de cogestão das áreas protegidas tem por objetivos:

- a) Criar uma dinâmica partilhada de valorização da área protegida, tendo por base a sua sustentabilidade nas dimensões política, social, económica, ecológica, territorial e cultural e incidindo especificamente nos domínios da promoção, sensibilização e comunicação;
- b) Estabelecer procedimentos concertados que visem um melhor desempenho na salvaguarda dos valores naturais e na resposta às solicitações da sociedade, através de uma maior articulação e eficiência das interações entre o ICNF, I.P., os municípios e demais entidades públicas competentes;
- c) Gerar uma relação de maior proximidade aos cidadãos e às entidades relevantes para a promoção do desenvolvimento sustentável da área protegida.

O modelo de cogestão pressupõe:

- a) A participação dos municípios e dos representantes das entidades relevantes para a promoção do desenvolvimento sustentável da respetiva área protegida;
- b) O cumprimento dos princípios e das normas legais e regulamentares aplicáveis às áreas protegidas, em especial as previstas no Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade e na Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030.

3.3. QUE PASSOS RELEVANTES DADOS HÁ A DESTACAR?

A 10 de julho de 2020 os 5 municípios que integram o PNPG assinaram um memorando de entendimento para adesão ao modelo de cogestão.

Já o pedido de adesão à cogestão foi feito a 9 de outubro de 2020, sendo que foi definido que o município de Arcos de Valdevez presidirá à comissão de cogestão desta área protegida, sendo substituído nas situações de impedimento ou ausência por Terras de Bouro.

3.4. QUAL É A CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE COGESTÃO DO PNPG?

O modelo de cogestão é dinamizado através de uma comissão de cogestão integrada por:

- um representante de Câmara Municipal dos municípios abrangidos pela área protegida, que preside;

- um representante do ICNF, I.P.;
- um representante das instituições de ensino superior;
- um representante de organizações não governamentais de ambiente e equiparadas;
- até três entidades de relevância local presentes nas áreas protegidas.

De acordo com o Despacho n.º 3022/2021, de 19 de março, a Comissão de Cogestão do PNPG é constituída pelas seguintes entidades:

Tabela 1 - Composição da Comissão de Cogestão do PNPG

Entidade	Representante
Municípios do PNPG	Presidente da Comissão de Cogestão- Presidente da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, João Manuel Esteves
Instituto de Conservação da Natureza e Florestas	Diretora Regional do Norte do ICNF, I.P., Sandra Sarmento
Instituições do Ensino Superior	Universidade do Minho (Reitor- Rui Vieira de Castro)
ONGA indicada pela CPADA	A CPADA designou Fernando Cerqueira Barros, cuja ONGA proponente é FAPAS
Baldios do PNPG	Associação Atlântica – Presidente Durval Gave
DRAPN	Diretor Regional Adjunto- Luís Brandão Coelho
ADERE-PG	Administradora-Delegada- Sónia Almeida

O regulamento interno da comissão de cogestão pode ainda determinar a constituição de grupos de trabalho específicos para o desenvolvimento e acompanhamento da execução de medidas e ações referentes a um determinado setor de atividade.

No caso concreto da cogestão do PNPG foi criado o Grupo de Trabalho do Turismo, uma vez que é um setor de grande relevância na promoção, valorização e sustentabilidade desta área protegida. Prevê-se também a criação de um Grupo de Trabalho para as questões da segurança e socorro em montanha.

A composição do Grupo de Trabalho do Turismo, que colabora nos trabalhos da Comissão de Cogestão do PNPG, é a seguinte:

Tabela 2 - Composição do Grupo de Trabalho do Turismo

Entidade	Representante
Gerês Equidesafios, representante das empresas de animação turística no Conselho Estratégico	Miguel Faria- Coordenador
Montes Laboreiro	Paulo Azevedo, representante dos empresários turísticos de Melgaço
North Land	Cláudia Fernandes, representante dos empresários turísticos de Arcos de Valdevez
Tobogã	Joel Pereira, representante dos empresários turísticos de Ponte da Barca
Gerês Viver Turismo	José Arriscado, representante dos empresários turísticos de Terras de Bouro
Eco- Cabril	Paula Oliveira, representante dos empresários turísticos de Montalegre

A Comissão de Cogestão do PNPG é auxiliada por uma Estrutura de Apoio, coordenada pelo ICNF, I.P., e constituída por um representante de nível técnico das entidades que integram esta Comissão, incluindo um representante do Grupo de Trabalho do Turismo.

Tabela 3 - Composição da Estrutura de Apoio à Comissão de Cogestão do PNPG

Entidade	Representante
Instituto de Conservação da Natureza e Florestas	Coordenadora: Cristina Machado
Municípios do PNPG	Melgaço: Eduardo Afonso Arcos de Valdevez: Carla Araújo Ponte da Barca: Cláudia Torres Terras de Bouro: Cristóvão Carvalho Montalegre: Fernando Moura
Instituições do Ensino Superior	Universidade do Minho: José Brilha
ONGA indicada pela CPADA	A CPADA designou Fernando Cerqueira Barros, cuja ONGA proponente é FAPAS
Baldios do PNPG	Associação Atlântica: Sandra Vieira
DRAPN	Ana Justo
ADERE-PG	Carla Rodrigues

A Comissão de Cogestão é responsável por:

- a) Garantir que a cogestão da área protegida é desenvolvida no respeito pelo dever de zelo da salvaguarda dos recursos e valores territoriais que fundamentam a classificação da área protegida;
- b) Contribuir para o desenvolvimento das atividades locais em harmonia com os valores presentes, incorporando inovação e criatividade;
- c) Viabilizar ações de promoção ambiental, económica e social, de sensibilização e comunicação, através da elaboração e execução dos instrumentos de cogestão na área protegida;
- d) Dinamizar ações, em articulação com os diferentes agentes regionais e das Administrações central e local, para o desenvolvimento integrado da área protegida, bem como estimular a participação e a iniciativa da sociedade civil, designadamente através de ações de sensibilização e de projetos educativos;
- e) Estimular parcerias com promotores, empresas, centros de investigação, instituições de formação e municípios destinadas a planear e a executar ações de valorização sustentável do território, em particular ações associadas à agro -silvo -pastorícia, à caça, à pesca, à cultura e ao turismo de natureza;
- f) Promover o debate sobre as atividades e ações que ocorrem na área protegida e estimular as boas práticas de gestão para o seu uso e aproveitamento sustentáveis;
- g) Prestar a informação necessária para assegurar a coerência e a complementaridade entre os diversos organismos e entidades, com vista ao desenvolvimento sustentável e integrado da área protegida;
- h) Comunicar com todas as entidades públicas e privadas envolvidas na proteção e valorização do capital natural, interpretando e divulgando os principais atributos existentes na área protegida, e sensibilizar para as formas mais adequadas de os preservar e valorizar;
- i) Elaborar e aprovar os instrumentos de gestão, após parecer do conselho estratégico;
- j) Executar os instrumentos de gestão;
- k) Consultar o conselho estratégico sobre assuntos de interesse para a valorização da área protegida;
- l) Identificar os instrumentos e linhas de financiamento de apoio à execução do plano de cogestão da área protegida e apoiar os potenciais beneficiários para acesso a essas mesmas linhas;
- m) Acompanhar a elaboração, alteração ou revisão do programa especial da área protegida;
- n) Elaborar e aprovar o regulamento interno necessário ao seu bom desempenho.

3.5. QUAL É A CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO ESTRATÉGICO DO PNPG?

Para além da comissão de cogestão da área protegida e respetivo presidente, intervém na cogestão da área protegida o conselho estratégico que funciona junto de cada área protegida, com as responsabilidades específicas em matéria de cogestão que lhe são cometidas pelo Decreto-lei n.º 116/2019, de 21 de agosto.

O Conselho Estratégico do PNPG foi criado pelo Despacho n.º 6079/2015, de 4 de junho, e integra as seguintes entidades:

- a) Um representante do ICNF, I. P.;
- b) Um representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte;
- c) Um representante da Direção-Geral do Património Cultural; d) Um representante da Agência Portuguesa do Ambiente;
- e) Um representante da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte; f) Um representante da Câmara Municipal de Terras de Bouro;
- g) Um representante da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez;
- h) Um representante da Câmara Municipal de Melgaço;
- i) Um representante da Câmara Municipal de Ponte da Barca;
- j) Um representante da Câmara Municipal de Montalegre;
- k) Um representante das Juntas de Freguesia da área do PNPG; l) Um representante da Universidade do Minho;
- m) Um representante da Universidade do Porto; n) Um representante das Associações de Produtores Florestais;
- o) Um representante das Organizações do Sector da Caça;
- p) Um representante das Associações de Agricultores;
- q) Um representante da Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte;
- r) Um representante dos Operadores de Turismo de Natureza;
- s) Um representante do Núcleo Empresarial da Região;
- t) Um representante das Associações de Desenvolvimento local/regional;
- u) Um representante dos baldios da área do PNPG;
- v) Um representante das Organizações Não Governamentais de Ambiente, de âmbito regional ou de âmbito nacional com intervenção na área do PNPG;

w) Até três individualidades de reconhecido mérito, prestígio académico ou profissional.

Compete ao conselho estratégico no âmbito específico da cogestão da área protegida:

- a) Apreciar e emitir parecer prévio sobre o plano de cogestão da área protegida, incluindo os indicadores de realização propostos;
- b) Apreciar e emitir parecer sobre o plano anual de atividades e orçamento, bem como sobre o relatório de execução de atividades anual relativo à cogestão da área protegida; c) Apreciar quaisquer outros instrumentos ou assuntos relativos à cogestão da área protegida que lhe sejam submetidos pela comissão de cogestão;
- d) Apoiar a comissão de cogestão na identificação dos instrumentos e linhas de financiamento de apoio à execução do plano de cogestão da área protegida, bem como dos potenciais beneficiários;
- e) Identificar e analisar problemas que revelam natureza sistémica e que afetam a área protegida, propondo soluções e elaborando recomendações à comissão de cogestão;
- f) Apoiar a execução de medidas e ações do Plano de Cogestão da área protegida.

3.6. QUE MISSÃO, VISÃO E VALORES?

Considerando as características, o potencial e os desafios que se colocam à gestão e desenvolvimento do território do PNPG,

Considerando os objetivos da implementação do modelo de cogestão nas Áreas Protegidas, enquadrados pelo Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto,

Considerando os objetivos comuns do grupo de parceiros que integra a Comissão de Cogestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês e o compromisso, por estes assumido, com a valorização e sustentabilidade do território, em prol de um projeto de desenvolvimento integrado para o único Parque Nacional do país,

Considerando os objetivos de desenvolvimento sustentável para 2030,

Considerando as políticas e agendas europeia, nacional e regional no horizonte 2030,

Considerando a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030,

Considerando a estratégia da Carta Europeia de Turismo Sustentável, de que o PNPG é signatário,

Considerando a Estratégia do Turismo 2027,

Considerando a estratégia para a agricultura e desenvolvimento rural, nomeadamente no âmbito do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum 2023-2027,

Foi possível estabelecer a missão, visão e os valores partilhados pelo conjunto dos parceiros integrantes da Comissão de Cogestão do PNPG:

Missão

Implementar um modelo de gestão de proximidade, criando uma dinâmica partilhada de valorização do PNPG, tendo por base a sua sustentabilidade nas dimensões social, económica, ecológica, territorial, paisagística e cultural, incidindo especificamente nos domínios da promoção, sensibilização e comunicação.

Visão

Contribuir para afirmar a biodiversidade, a geodiversidade e o capital natural e cultural como recursos fundamentais para o desenvolvimento sustentável do território do PNPG, investindo numa gestão de proximidade, participativa e colaborativa, assente no conhecimento, inovação e valorização dos seus recursos, que assegure uma convivência harmoniosa entre as atividades humanas e a natureza, como legado para as gerações futuras.

Valores

- *Participação, partilha e cooperação*
- *Gestão colaborativa*
- *Compromisso e trabalho em rede*
- *Sentido de pertença*
- *Sustentabilidade*
- *Transparência*

3.7. QUE COMPROMISSOS ESTRATÉGICOS FORAM ASSUMIDOS PELA COMISSÃO DE COGESTÃO?

Foi assumido pela Comissão de Cogestão do PNPG que desenvolveria um trabalho de proximidade entre as entidades e comprometido com a Missão, Visão e Valores definidos, no sentido de programar e executar as medidas e ações necessárias para a prossecução dos objetivos estratégicos estabelecidos para o PNPG, no âmbito das suas atribuições na cogestão.

De destacar ainda que, alargando o núcleo constituído pelo Comissão de Cogestão do PNPG, foi criado um grupo de trabalho para o setor do turismo e que, decorrente da articulação havida com a GNR/ Unidade de Emergência de Proteção e Socorro, está em ponderação a criação de um grupo de trabalho para as questões da informação e sensibilização em matéria de segurança e socorro em montanha.

Por fim, a Comissão de Cogestão do PNPG tem como compromissos subjacentes à sua atuação a articulação do trabalho no âmbito da cogestão com o Programa Especial do PNPG e com o Plano de Ação da Reserva da Biosfera.

4. CARATERIZAÇÃO DA ÁREA PROTEGIDA

A caraterização pormenorizada da área protegida está disponível no **Documento Complementar I - Caraterização da Área Protegida** (em anexo), tendo sido desenvolvida com base no Programa Especial do PNPG e noutros estudos/planos existentes.

Resumem-se, na continuação, alguns aspetos relevantes dessa caraterização.

4.1. ONDE SE LOCALIZA?

O PNPG localiza-se no norte de Portugal, na zona de transição entre o Minho e Trás-os-Montes. Está inserido na NUT II – Norte, sendo confinado pelos meridianos 8º 25' e 7º 53' W e pelos paralelos 41º 41' e 42º 05' N.

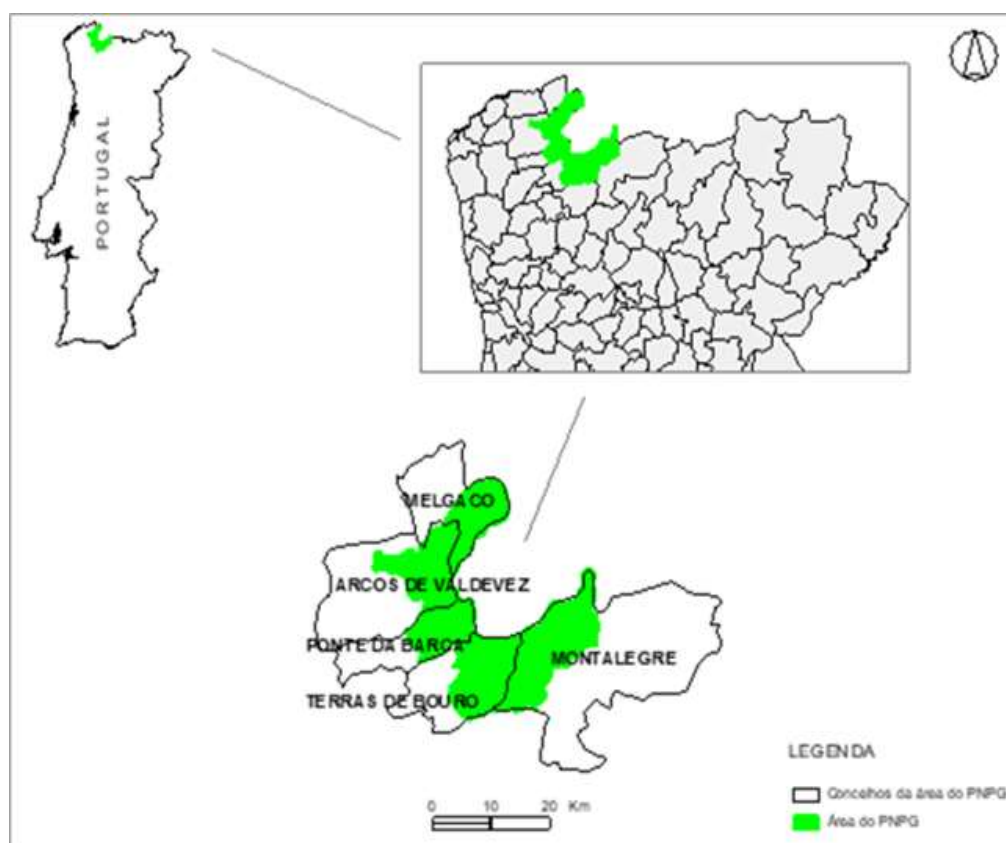


Figura 2 - Localização do Parque Nacional da Peneda-Gerês

Ocupa uma área de 69 596 ha, distribuídos por 5 concelhos: Melgaço, Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, do distrito de Viana do Castelo, incluídos na NUT III – Minho-Lima, Terras de Bouro, do distrito de Braga, na NUT III – Cávado, e Montalegre, do distrito de Vila Real, inserido na NUT III – Alto-Trás-os-Montes.

A área protegida abrange 18 freguesias, algumas das quais apenas possuem território baldio no interior do Parque (isto é, não possuem núcleos populacionais) e outras têm apenas alguns dos seus aglomerados.

Tabela 4 - Freguesias do Parque Nacional da Peneda-Gerês

Freguesias totalmente inseridas nos limites da área protegida	Freguesias só com baldio na área do PNPG	Freguesias com parte dos seus aglomerados fora dos limites da área protegida
- Gavieira - Britelo - Lindoso - Vilar da Veiga - Cabril - Outeiro - Pitões das Júnias - Tourém	- Campo do Gerês - Covide - Cabana Maior - Gondoriz	- UF de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro (<i>Castro Laboreiro totalmente inserido no PNPG</i>) - Cabreiro - Soajo - UF Entre Ambos-os-Rios, Ermida e Germil (<i>Ermida e Germil totalmente inseridos no PNPG</i>) - Rio Caldo - UF Sezelhe e Covelães (<i>Covelães totalmente inserido no PNPG</i>)

4.2. COMO SE ENCONTRA CLASSIFICADO?

Esta área protegida foi a primeira a ser criada em Portugal e a única que o estatuto de Parque Nacional, merecendo, desde a sua criação, idêntica classificação por parte da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), em reconhecimento do alto valor do seu património natural e cultural, conjugado com objetivos de conservação, estudo e gestão sustentável dos seus recursos. Em Portugal, é o único Parque Nacional.

Foi criado pelo Decreto n.º 187/71, de 8 de maio, ainda no âmbito do regime geral de proteção da natureza estabelecido pela Lei n.º 9/70, de 19 de junho, sendo que os seus limites exteriores foram desde logo definidos no Anexo ao referido decreto.

Em 1993 é publicada a Lei-Quadro das Áreas Protegidas (Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de janeiro), que define como áreas protegidas de interesse nacional “o Parque Nacional, o Parque Natural, a Reserva Natural e o Monumento Natural”. Neste diploma é definido, ainda, no artigo 5.º, Parque Nacional como “uma área que contenha um ou vários ecossistemas inalterados ou pouco alterados pela intervenção humana, integrando amostras representativas de regiões naturais características,

de paisagens naturais e humanizadas, de espécies vegetais e animais, de locais ou de habitats de espécies com interesse ecológico, científico e educacional.”

O Parque Nacional da Peneda-Gerês integra, na totalidade ou parcialmente, outras áreas classificadas pertencentes à Rede Fundamental de Conservação da Natureza, nomeadamente:

○ **Reserva Biogenética das Matas de Palheiros e Albergaria**

As reservas biogenéticas são áreas protegidas reconhecidas pelo Conselho da Europa como representativa de habitats europeus. O PNPG inclui a Reserva Biogenética das Matas de Palheiros-Albergaria (PT93003 Palheiros/Albergaria), integrada na Rede de Reservas Biogenéticas do Conselho da Europa (abril de 1989).

A Mata de Albergaria é constituída, predominantemente, por um carvalhal secular com um sub-bosque de espécies raras, mas típicas da flora geresiana. A sua classificação como Reserva Biogenética deve-se à sua riqueza e variedade.

○ **Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés**

De entre as áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais, merecem destaque as Reservas da Biosfera da UNESCO. São áreas com reconhecido valor natural, que funcionam como laboratórios vivos e são representativas de um equilíbrio exemplar entre a conservação da natureza e as atividades humanas. Têm como objetivos:

- Contribuir para a conservação de paisagens, ecossistemas, espécies e diversidade genética;
- Fomentar um desenvolvimento económico e humano, socio, cultural e ecologicamente sustentado;
- Promover a investigação e conhecimento científico, apoiando projetos de demonstração, de educação e formação ambiental cujos temas estejam relacionados com questões de conservação e desenvolvimento sustentável à escala local, nacional e global.

Os cinco municípios da área de abrangência do Parque Nacional da Peneda-Gerês e os seis municípios da área da abrangência do parque natural espanhol Baixa Limia-Serra do Xurés (Calvos de Randín, Muíños, Lobios, Entrimo, Lobeira e Bande, na Galiza – Espanha) constituem a Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés. Foi declarada em 27 de maio de 2009 e abrange uma área total de 267 958 ha.

Sendo Reserva da Biosfera Transfronteiriça, há todo um esforço comum entre as entidades dos dois países na definição de metas e de prioridades de ação, o que contribui para consolidar a imagem do Parque Transfronteiriço Gerês-Xurés, criado em 1997 e que é constituído pelos dois parques: o Parque Nacional da Peneda-Gerês e o Parque Natural Baixa Limia-Serra do Xurés.

○ Zona Especial de Conservação Peneda-Gerês

A Zona Especial de Conservação da Natureza (ZEC) Peneda-Gerês integra a rede Natura 2000, que é uma rede ecológica do espaço da União Europeia que tem por objetivo “contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos tipos de habitat naturais e da fauna e da flora selvagens no território europeu”.

A rede Natura 2000 corresponde ao conjunto dos territórios abrangidos pelas Zonas de Proteção Especial (ZPE), classificadas ao abrigo da Diretiva Aves (2009/147/CE, do Conselho, de 30 de novembro) e que se destinam essencialmente a garantir a conservação das espécies de aves, e seus tipos de habitat, e pelas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), designadas ao abrigo da Diretiva Habitats (92/43/CEE, do Conselho de 21 de maio), com o objetivo de assegurar a manutenção ou, se necessário, o restabelecimento dos tipos de habitat naturais e das espécies da flora e da fauna selvagens, que não aves, num estado de conservação favorável.

No sentido de assegurar o cumprimento dos objetivos visados pela criação da Rede Natura 2000, todos os Estados Membros da União Europeia são responsáveis por estabelecer as medidas de conservação necessárias para promover a gestão ativa e o ordenamento das áreas onde ocorrem valores naturais relevantes. Estas medidas devem permitir a manutenção ou o restabelecimento, num estado de conservação favorável, dos valores naturais, em conformidade com o art.º 7.º do diploma que transpõe as Diretivas Aves e Habitats para o direito interno e que estabelece o regime aplicável a estas áreas.

Assim, a ZEC Peneda-Gerês possui um Plano de Gestão que identifica o conjunto de objetivos de conservação para cada um dos valores naturais e, face às prioridades de conservação, as medidas necessárias para os atingir, as respetivas formas de operacionalização e o programa de acompanhamento da execução das mesmas medidas. O Plano de Gestão da ZEC Peneda-Gerês adapta as orientações de gestão constantes das fichas de sítios do Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000) à área territorial desta ZEC e identifica o respetivo modo de aplicação, sem prejuízo de reconhecer outras medidas necessárias ao cumprimento dos objetivos de conservação definidos para a ZEC.

4.3. COMO SE CARACTERIZA?

Em 1971, o PNPG foi a primeira área protegida criada em Portugal (Decreto nº 187/71, de 8 de maio) e a única que possui o estatuto de Parque Nacional, merecendo, desde a sua criação, idêntica qualificação por parte da União Internacional para a Conservação da Natureza (Categoria II), em reconhecimento do alto valor do seu património natural e cultural, conjugado com objetivos de conservação, estudo e gestão sustentável dos seus recursos. A criação do PNPG visou a realização de um planeamento capaz de valorizar as atividades humanas e os recursos naturais, tendo em vista finalidades educativas, turísticas e científicas. Integra a Rede Nacional de Áreas Protegidas, gerida pelo Instituto da Conservação da Natureza e Florestas.

O território do Parque Nacional estende-se do planalto de Castro Laboreiro ao da Mourela, abrangendo as serras da Peneda, do Soajo, Amarela e do Gerês. A natureza e orientação do relevo, as variações de altitude e a influência atlântica, mediterrânica e continental traduzem-se na variedade e na riqueza de tipos de habitats e de espécies da fauna e da flora, para além de sítios geológicos e uma geomorfologia notáveis.

Tem uma forte presença humana, sendo habitado por cerca de 7.450 pessoas. A agropastorícia, outrora a principal fonte de rendimento das famílias, a silvicultura, o turismo, a pequena transformação, a construção civil e o pequeno comércio são as principais atividades económicas do território.

Os pontos a seguir resumem o essencial da caracterização do Parque Nacional da Peneda-Gerês. Para uma caracterização mais detalhada do Parque Nacional, recomenda-se a consulta do **Documento Complementar I - Caracterização da Área Protegida**, em anexo ao Plano de Cogestão.

4.3.1. PATRIMÓNIO NATURAL (GEO E BIODIVERSIDADE)

O Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG) localiza-se numa região montanhosa, com cotas geralmente acima dos 700 metros, atingindo os 1.545 metros de altitude na Nevosa (serra do Gerês).

O território apresenta uma geodiversidade muito relevante, resultante da sua longa história geológica, iniciada há cerca de 400 milhões de anos. O relevo irregular e acidentado e a morfologia granítica são das principais características deste território, sendo frequentes na paisagem as medas, os borrageiros, as rochas em forma de cogumelo, os tors, as bolas graníticas, as pias, entre outras formas geológicas. Nos cumes das principais serras existem vestígios deixados pelos glaciares - (vales em U, circos glaciários, moreias, rochas aborregadas), testemunhos de um clima bem mais frio que o atual. Destacam-se ainda os inúmeros vales e corgas que albergam uma densa rede hidrográfica (parte das bacias dos rios Minho, Lima, Homem e Cávado), alimentada pelos maiores índices de pluviosidade do país. A diversidade

mineral é também significativa neste território. O volfrâmio, estanho, berilo, e mesmo o ouro, já foram outrora aqui explorados. As características únicas da água que brota das diversas nascentes permitem utilizá-la para fins medicinais e como água de mesa.

As condições do meio físico e a existência de um clima de influência atlântica, mediterrânica e continental determinam, por outro lado, a excecionalidade desta área protegida em termos de habitats e biodiversidade.

A flora do Parque Nacional é um verdadeiro tesouro botânico, com espécies que possuem um grande valor florístico, como é o caso do feto-do-Gerês, do narciso-de-trombeta, do lírio-do-Gerês, da orvalhinha e da *pinguicola*. Muitas plantas são endemismos ibéricos e outras encontram neste território o único local de distribuição em Portugal. Os carvalhais, os bosques ribeirinhos, os pinhais, as turfeiras e os matos são alguns dos habitats mais importantes ou característicos deste Parque.

A esta diversidade botânica alia-se um importante valor faunístico, com a ocorrência de espécies emblemáticas como o corço, símbolo do Parque Nacional, o lobo-ibérico que, apesar de estar classificado como espécie em perigo de extinção, mantém neste território uma população estável ao longo dos últimos anos e a cabra-montês que apresenta uma população em crescimento depois de ter sido extinta nos finais do século XIX e reintroduzida há pouco mais de uma década. Na avifauna assinala-se uma grande diversidade de espécies, embora muitas aves sejam migradoras e por isso apenas podem ser observadas em algumas épocas do ano. Destacam-se pelo seu estatuto de conservação o tartaranhão-cinzento, a gralha-de-bico-vermelho, o cartaxo-nortenho e a narceja que tem no PNPG o único local de reprodução conhecido para Portugal. Das espécies associadas aos cursos de água e meio ribeirinho referem-se a truta-de-rio, a panjorca, a lontra, a toupeira-de-água, a rã-ibérica, a salamandra-lusitânica, o lagarto-de-água, entre outras. Destacam-se ainda a ocorrência de espécies com particular importância como a marta, o arminho, a víbora-de-Seoane e a víbora-cornuda, entre as muitas que marcam presença no Parque.

4.3.2. OCUPAÇÃO HUMANA E PATRIMÓNIO CULTURAL

O território do PNPG foi palco de uma ocupação humana desde os tempos do Neolítico, do qual datam as grandes necrópoles megalíticas, como a do Planalto de Castro Laboreiro. A arte rupestre é também marca imponente de um passado remoto, destacando-se o santuário do Penedo do Encanto, em Lindoso, datável da Idade do Bronze. Da ocupação pré-romana são muitos os habitats fortificados que pontuam os altos, como o Castro de Outeiro, na freguesia que lhe dá o nome. Da presença romana, além de todo um substrato cultural, ficaram os vestígios de vários equipamentos, sendo a Geira (via romana) um caso excecional pelo bom estado de conservação e pela quantidade de miliários. Dos tempos medievos evidenciam-se os grandes castelos, como o de Castro Laboreiro e o de Lindoso, mas

também a religião marcou o seu lugar, sendo o Mosteiro de Santa Maria das Júnias um dos melhores exemplos.

Somam-se à paisagem milenar outras construções mais recentes, criadas pelo homem de forma engenhosa para resistir às agruras da serra. Os fojos, os espigueiros, os moinhos, os fornos comunitários, as levadas, as calçadas e os abrigos de pastores são alguns exemplos e marcas do espírito do comunitarismo e entreajuda que caracterizava as comunidades serranas, que ainda hoje se revela em muitas atividades tradicionais ligadas à agricultura e à pastorícia.

Além dos vestígios materiais, o património imaterial desta região é considerável, mantendo-se até hoje exemplos únicos de exploração do espaço, de manifestações religiosas e de práticas comunitárias.

4.4. COMO EVOLUIU A DEMOGRAFIA NESTE TERRITÓRIO?

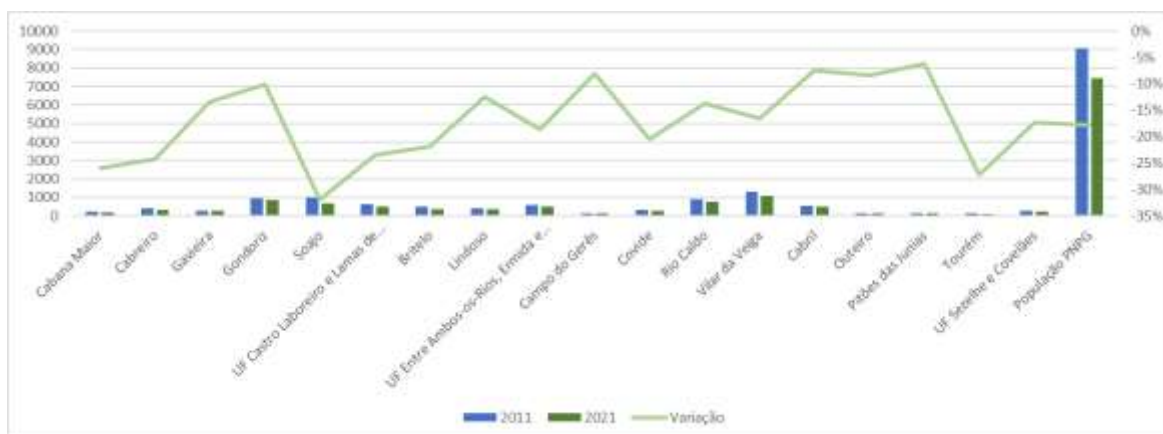
Para efeito de caracterização e análise da evolução demográfica, foram considerados os dados ao nível da freguesia, ou seja, o valor total da população residente nas freguesias consideradas do PNPG, independentemente da coincidência dos limites administrativos com a Área Protegida. A caracterização reflete os dados provisórios do Recenseamento Geral da População de 2021 (os dados definitivos estão previstos para o 4.º trimestre de 2022), numa análise comparativa com os Censos de 2011.

De acordo com os dados provisórios dos censos 2021, residem nas freguesias do PNPG 7.456 habitantes, o que representa uma perda de população de quase 18% nesta última década. Trata-se de uma população fortemente envelhecida, num quadro de tendência crescente de perda de habitantes.

Tabela 5 - População residente nas freguesias do PNPG. Fonte: INE.

População residente	2011			2021			Var.		
	Sexo			Sexo			Sexo		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Arcos de Valdevez	22847	10429	12418	20720	9484	11236	-9%	-9%	-10%
Cabana Maior	239	96	143	177	79	98	-26%	-18%	-31%
Cabreiro	428	177	251	324	138	186	-24%	-22%	-26%
Gavieira	298	128	170	258	110	148	-13%	-14%	-13%
Gondoriz	958	429	529	861	396	465	-10%	-8%	-12%
Soajo	986	409	577	671	290	381	-32%	-29%	-34%
Melgaço	9213	4076	5137	7773	3452	4321	-16%	-15%	-16%
UF Castro Laboreiro e Lamas de Mouro	657	252	405	503	193	310	-23%	-23%	-23%
Ponte da Barca	12061	5596	6465	11049	5142	5907	-8%	-8%	-9%
Britelo	485	233	252	379	192	187	-22%	-18%	-26%
Lindoso	427	198	229	374	167	207	-12%	-16%	-10%
UF Entre Ambos-os-Rios, Ermida e Germil	612	280	332	498	220	278	-19%	-21%	-16%
Terras de Bouro	7253	3478	3775	6358	3074	3284	-12%	-12%	-13%
Campo do Gerês	162	81	81	149	81	68	-8%	0%	-16%
Covide	343	171	172	273	129	144	-20%	-25%	-16%
Rio Caldo	892	433	459	770	379	391	-14%	-12%	-15%
Vilar da Veiga	1286	610	676	1074	520	554	-16%	-15%	-18%
Montalegre	10537	5096	5441	9261	4470	4791	-12%	-12%	-12%
Cabrill	553	265	288	512	249	263	-7%	-6%	-9%
Outeiro	156	82	74	143	74	69	-8%	-10%	-7%
Pitões das Júnias	161	67	94	151	69	82	-6%	3%	-13%
Tourém	151	74	77	110	56	54	-27%	-24%	-30%
UF de Sezelhe e Covelães	277	132	145	229	110	119	-17%	-17%	-18%
População total nas freguesias do PNPG	9071	4117	4954	7456	3452	4004	-18%	-16%	-19%
População total nos 5 municípios do PNPG	61911	28675	33236	55161	25622	29539	-11%	-11%	-11%

Gráfico 1 - Evolução da população residente nas freguesias do PNPG, 2011-2021. Fonte: INE.



Todas as freguesias que integram o território do PNPG estão em queda demográfica, na sua quase maioria com valores superiores às médias concelhias. Soajo é a freguesia que perde mais habitantes nos últimos 10 anos, tanto em termos absolutos (-315) como relativos (-32%), mostrando que mesmo os lugares economicamente mais dinâmicos e mais competitivos não têm conseguido contrariar a tendência de diminuição populacional.

No conjunto das freguesias por município, Ponte da Barca é o concelho que em termos percentuais perde menos habitantes e Melgaço o concelho onde a perda de população é mais acentuada.

Da análise do número de residentes por sexo, conclui-se que é o grupo das mulheres que regista maior quebra, assinalando um decréscimo de 19%, enquanto os homens diminuem cerca de 16%, facto que poderá ser explicado pelo regresso de alguns emigrantes do sexo masculino (o grupo que tradicionalmente mais emigra).

Ainda na perspetiva da evolução demográfica, verifica-se que em 2021 nenhuma das freguesias do Parque apresenta uma taxa de crescimento natural positiva, o que se reflete, necessariamente, na estrutura demográfica do PNPG. O envelhecimento da população é notório e parece ser explicado sobretudo pela baixa taxa de natalidade e crescimento natural negativo e também pelos fluxos migratórios. O envelhecimento populacional potencia a incapacidade de substituição geracional, o que acarreta consequências socioeconómicas graves. Reflete-se nas opções e modos de vida das famílias e deve ser tido em consideração no desenho de políticas sociais, económicas e ambientais. Entre outros aspetos, este envelhecimento da população traduz-se, no contexto de uma área protegida de montanha, no desaparecimento de práticas tradicionais que contribuem para a manutenção da paisagem, para o equilíbrio de alguns processos ou ciclos naturais e, em última análise, para a conservação da natureza e biodiversidade.

Gráfico 2 - Evolução do crescimento natural nas freguesias do PNPG (2011 - 2021). Fonte: INE.

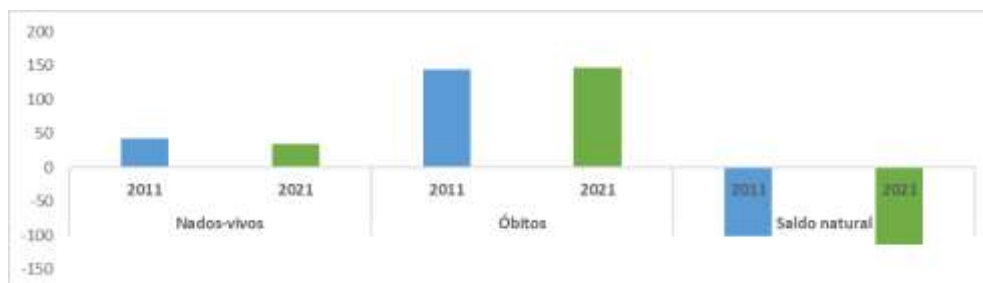
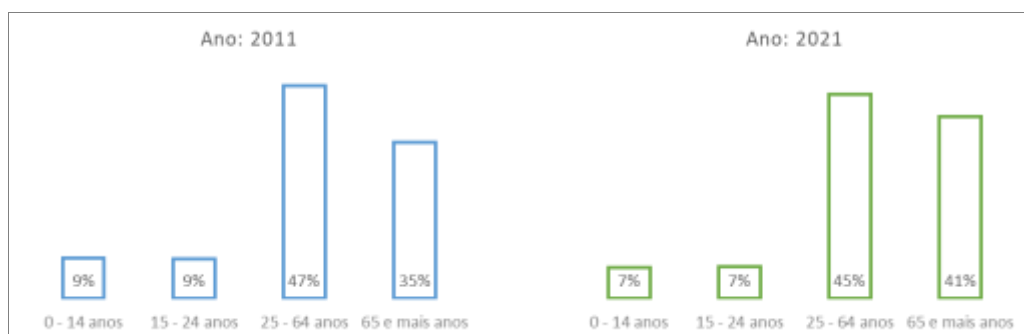


Tabela 6 - Evolução do saldo e taxa de crescimento natural nas freguesias do PNPG, 2011-2021. Fonte: INE.

	Nados-vivos		Óbitos		Saldo natural	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Total (N.º)	43	34	144	147	-101	-113
Taxa de Natalidade	4,7	4,6				
Taxa de mortalidade			15,9	19,7		
Taxa de crescimento natural					-11,1	-15,2

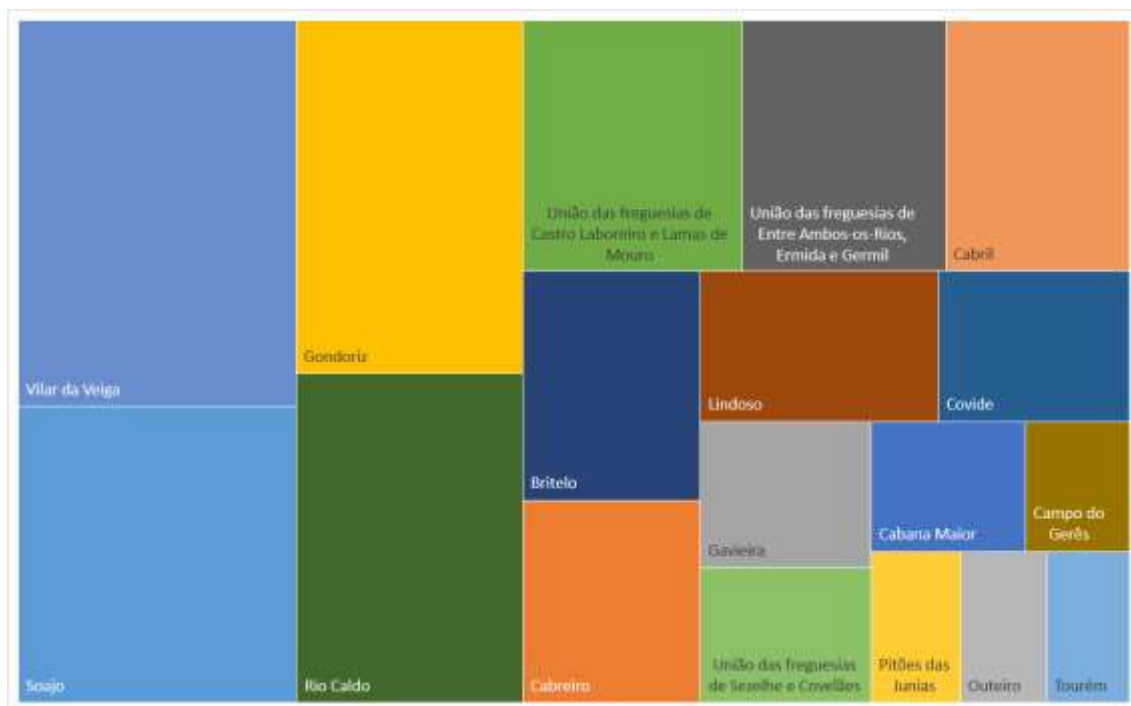
No que concerne aos dados da população por grupos etários, a leitura dos números evidencia o envelhecimento da população do PNPG, com o grupo dos 65 e mais anos a representar 41% da população residente em 2021, mais 6% do peso que tinha em 2011. Ao invés, na última década, a população até aos 24 anos vê o seu peso diminuir 4% (de 18% para 14%). Assiste-se, pois, a um duplo envelhecimento da população, caracterizado pelo aumento da população idosa e diminuição da população jovem.

Gráfico 3 - Distribuição da população residente nas freguesias do PNPG, por grupos etários, 2011 e 2021. Fonte: INE.



Por fim, evidencia-se no gráfico seguinte a distribuição da população residente no PNPG pelas suas diferentes freguesias (peso de cada freguesia no total da população residente no Parque Nacional da Peneda-Gerês, em 2021), onde se destaca Vilar da Veiga como a freguesia mais populosa do Parque.

Gráfico 4 - Representação do peso de cada freguesia no total da população residente no PNPG, em 2021. Fonte: INE.



4.5. COMO SE CARACTERIZA O USO ATUAL DO SOLO?

O mapeamento das principais classes de uso e ocupação do solo (COS 2018, classes de 1.º nível) permite uma leitura geral do aproveitamento dos recursos territoriais. A extensão e continuidade das áreas ocupadas por matos, floresta e espaços descobertos ou com pouca vegetação marcam de forma imediata a paisagem do PNPG, pontuada por manchas menores de áreas agrícolas, massas de água, pastagens e territórios artificializados.

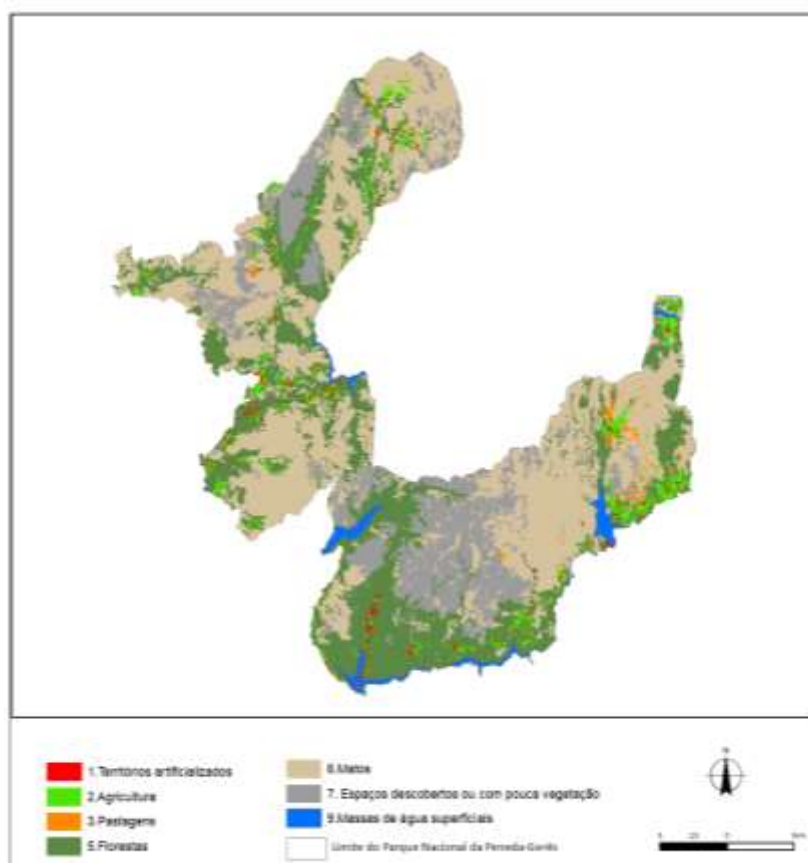


Figura 3 - Carta de uso e ocupação do solo. Fonte: COS 2018. SIG/ADERE-PG

De acordo com a COS 2018, os matos são a classe de uso e ocupação do solo com maior representatividade no PNPG, seguindo-se a área ocupada por floresta e depois os espaços descobertos ou com pouca vegetação.

Tabela 7 - Áreas ocupadas pelas principais classes de uso e ocupação do solo. Fonte: COS 2018

	Uso e ocupação do solo (COS 2018)	
	Área ha	%
Territórios artificializados	580,4	1%
Pastagens	581,8	1%
Agricultura	2499,0	4%
Florestas	20711,5	30%
Matos	31027,5	45%
Espaços descobertos ou com pouca vegetação	12605,2	18%
Massas de água superficiais	1579,5	2%

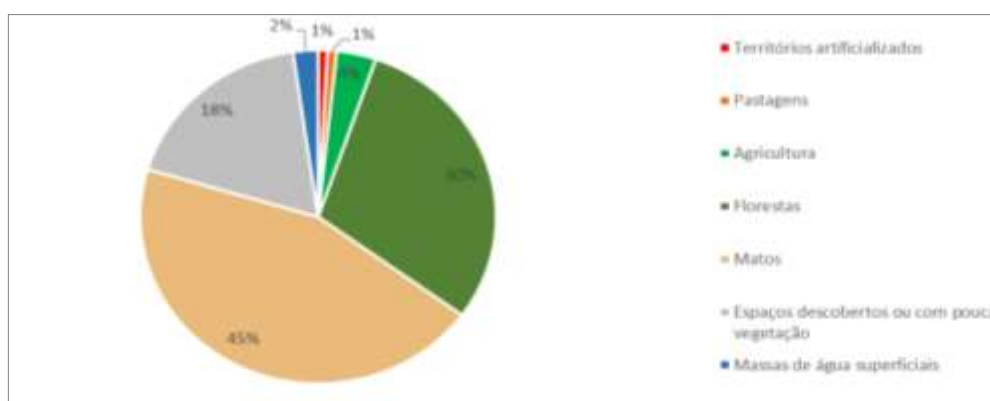


Gráfico 5 - Áreas ocupadas pelas principais classes de uso e ocupação do solo. Fonte: COS 2018

Uma análise mais detalhada (dados desagregados por sub-classes de uso e ocupação do solo) permite identificar realidades específicas, influenciadas pelas condições biofísicas, pelos recursos naturais, humanos, culturais e materiais, pela estrutura da propriedade e pelo retorno económico do aproveitamento do solo. Os grandes números do uso e ocupação do solo no PNPG, evidenciam que:

- 45% do território corresponde a zonas de matos, com predomínio dos giestais e piornais (classe *Cytisetea scopario-striati*) e dos urzais-tojais (*Calluno-Ulicetea*). A expansão das áreas de matos deve-se essencialmente à ocupação progressiva de áreas anteriormente ocupadas por vegetação arbórea.
- 30% do território está afeto a floresta, onde predominam as manchas de floresta autóctone, de folhosas, dominada por carvalhos, em associação com outras espécies, seguindo-se as áreas de pinhal e outras resinosas.

- 18% do território apresenta espaços descobertos ou com pouca vegetação, que correspondem a áreas mais elevadas, geralmente acima dos 1000 metros de altitude. Integram-se as áreas de rocha nua, essencialmente granitos, e zonas de vegetação esparsa.
- 4% do território apresenta uma ocupação de natureza agroflorestal ou agrícola. As áreas de agroflorestais são constituídas essencialmente por lameiros com orlas de folhosas dominadas por carvalhos, integrando áreas de agricultura em mosaico com espaços naturais e seminaturais. As áreas agrícolas são principalmente áreas do tipo mosaicos culturais e parcelares complexos, refletindo o regime de agricultura de subsistência. Nas áreas de ocupação agrícola entram ainda as culturas temporárias de sequeiro e regadio (milho, o trigo e o centeio) e, com muito pouca expressão, a vinha.
- 2% do território está coberto por massas de água superficiais e outras zonas húmidas, essencialmente albufeiras, represas e açudes.
- 1% do território constitui áreas de pastagem, espontâneas ou melhoradas, onde se incluem os prados naturais e prados sujeitos a fenação, sendo áreas fundamentais de suporte à atividade pecuária.
- 1% do território está artificializado. Estas áreas artificializadas incluem, em tecido contínuo e em tecido descontínuo, o edificado (propriedade horizontal), os espaços de comércio, as instalações agrícolas, as infraestruturas de produção de energia renovável, os equipamentos e espaços públicos (instalações desportivas, de lazer, culturais, parques e jardins, entre outros) e as instalações turísticas.

4.6. QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÓMICAS DESENVOLVIDAS NESTE TERRITÓRIO?

A estrutura económica no território do PNPG tem vindo a alterar-se nas últimas décadas, com progressiva perda de importância da agropecuária como atividade dominante e principal fonte de rendimento, passando, em muitos casos, para atividade complementar do rendimento familiar. No entanto, algumas zonas do Parque têm visto crescer o seu efetivo pecuário, sobretudo de gado bovino, fruto do progresso de alguns produtores locais. A perda de população empregada no sector primário traduz, em alguns casos, a sua transferência para a indústria diretamente associada à produção animal, promovendo a dinamização de alguma pequena indústria de produtos locais de qualidade, alguns dos quais produzidos em modo biológico (produtos de carne de raças autóctones, vinho, mel, compotas, artesanato, etc.).

Na maioria das freguesias do PNPG, o comércio é pouco diversificado e os serviços públicos são escassos. É nas atividades direta ou indiretamente ligadas ao turismo que se verifica um maior dinamismo económico, em termos de população empregada e número de empresas. A dinâmica

do setor assenta principalmente na riqueza e diversidade do património natural e cultural do Parque e no reconhecimento da sua condição de único Parque Nacional do país, beneficiando ainda da projeção facilitada pela declaração da UNESCO como Reserva Mundial da Biosfera. Em determinadas freguesias o turismo é já a principal atividade económica, tendo a pandemia Covid-19 mostrado uma relativa dependência do setor. De uma maneira geral, a atividade turística no PNPG é fortemente sazonal e com tendência de concentração em determinados locais.

4.6.1. TURISMO E VISITAÇÃO

Considerando que a visitação é um tema central das atribuições assumidas pela Comissão de Cogestão do PNPG, entendeu-se adequado individualizar e detalhar alguns dados recentes de caracterização da atividade turística e da visitação no Parque. A caracterização mais completa é apresentada no documento complementar I - Caracterização da Área Protegida, em anexo.

4.6.1.1. OFERTA TURÍSTICA

○ Alojamento turístico

Acompanhando a tendência nacional, a oferta turística no PNPG tem vindo a sofrer diversas transformações, com particular incidência na componente do alojamento.

Em termos gerais, a região do PNPG goza de uma razoável capacidade de alojamento, tendo a oferta crescido consideravelmente na última década, tanto em número de estabelecimentos como na capacidade de alojamento instalada. Admite-se que os agentes económicos locais, e também outros investidores, procuraram beneficiar das oportunidades económicas que o setor do turismo pode proporcionar nesta região em concreto, bem como responder às necessidades da procura turística, considerando o crescente número de turistas e o aumento das exigências de qualidade e diversidade na oferta turística (evolução das expectativas e motivações turísticas). Por outro lado, há que considerar que os últimos anos corresponderam a um período importante de produção de diplomas legais (regulamentos), que introduziram significativas alterações ao nível dos requisitos legais aplicáveis às atividades, serviços e estabelecimentos turísticos, provocando a necessidade de uma adaptação e reestruturação da oferta, com resultados visíveis no aumento da qualidade e na diversidade das tipologias de alojamento turístico.

O reflexo de toda esta conjuntura manifestou-se, de forma significativa, na evolução da oferta de alojamento turístico nos concelhos do PNPG. Para além da construção de novas unidades de alojamento, destacam-se várias situações de recuperação de estabelecimentos existentes,

envelhecidos ou obsoletos, melhorando a oferta de alojamento quer em termos de dimensão, quer em termos da qualidade das instalações e dos serviços.

No período analisado, 2011-2022, verifica-se um acentuado crescimento da oferta de alojamento turístico em todos os concelhos e nas freguesias do PNPG, em particular nas modalidades de alojamento local (AL), que até 2011 era residual nesta região.

No conjunto da oferta de empreendimentos turísticos e de alojamento local, a área protegida tem uma capacidade instalada na ordem dos 4.662 utentes, sendo as freguesias do município de Terras de Bouro as que mais contribuem. De salientar que são as freguesias incluídas no Parque as que mais contribuem para a oferta global de alojamento turístico, representando cerca de 50% do total de estabelecimentos e 52% da capacidade de alojamento existente nos cinco municípios.

Tabela 8 - N.º de estabelecimentos de alojamento (ET+AL) – 2011/22 (sem parques de campismo). Fonte: RNT

EMPREENHIMENTOS TURÍSTICOS E ALOJAMENTO LOCAL	Empreendimentos Turísticos (Hotel, Hotel-apartamento, Hotel Rural, Turismo de Habitação, Agro-turismo, Casa de Campo)						Alojamento Local (Estabelecimento de hospedagem, Hotel, Apartamentos, Moradias e Quartos) 2012 - 2022					
	N.º de empreendimentos			Capacidade (Nº Utentes)			N.º de estabelecimentos			Capacidade (Nº Utentes)		
	2011	2022	Tx variação	2011	2022	Tx variação	2011	2022	Tx variação	2011	2022	Tx variação
MELGAÇO	19	43	126%	334	493	48%	4	31	675%	76	229	201%
ARCOS V.	23	76	230%	272	923	239%	7	184	2529%	30	1084	3513%
P. BARCA	14	51	264%	128	500	291%	1	61	6000%	6	429	7050%
T. BOURO	23	50	117%	931	1168	25%	7	382	5357%	177	3124	1665%
MONTALEGRE	16	27	69%	272	387	42%	0	102	10200%	0	937	93700%
Total ET e AL nos 5 municípios	95	247	160%	1937	3471	79%	19	760	3900%	289	5803	1908%
Total ET e AL nas freguesias do PNPG	51	96	88%	1212	1537	27%	10	407	3970%	138	3263	2264%
Peso dos ET e AL incluídos no PNPG	54%	39%		63%	44%		53%	54%		48%	56%	

Gráfico 6 - Evolução dos estabelecimentos de alojamento (ET+AL) – 2011/22 (sem parques de campismo). Fonte: RNT



Gráfico 7 - Evolução da capacidade de alojamento (ET+AL) – 2011/22 (sem parques de campismo). Fonte: RNT



No que respeita à oferta de parques de campismo, verifica-se também uma evolução significativa, tendo nos últimos dez anos mais que triplicado a oferta. É sobretudo na área do Parque Nacional que se concentra este tipo de oferta, representando atualmente 77% dos parques existentes nos cinco municípios e 90% da capacidade de alojamento instalada nesta tipologia específica. De referir que muitos dos parques de campismo existentes têm já oferta de alojamento em bungalows.

Tabela 9 - Evolução dos Parques de Campismo no PNPG e nos municípios abrangidos, 2011-2022. Fonte: RNT

Parques de Campismo e Caravanismo	N.º de empreendimentos (PC)			Capacidade de alojamento nos Parques de Campismo e Caravanismo (Nº Utentes)		
	2011	2022	TX variação	2011	2022	TX variação
MELGAÇO	1	2	100%	200	309	55%
ARCOS V.	0	0	0%	0	0	0%
P. BARCA	1	2	100%	400	420	5%
T. BOURO	1	6	500%	600	1165	94%
MONTALEGRE	1	3	200%	90	182	102%
Total PC nos 5 municípios	4	13	225%	1290	2076	61%
Total PC nas freguesias do PNPG	4	10	150%	1290	1875	45%
Peso dos PC incluídos no PNPG	100%	77%	67%	100%	90%	74%

Em termos tipológicos, e analisando exclusivamente as classificações incluídas nos Empreendimentos Turísticos, a grande maioria da oferta corresponde aos Empreendimentos de Turismo no Espaço Rural - Casas de Campo, que representam 66% do total de ET no PNPG, o que

demonstra uma maior prevalência dos pequenos empreendimentos conseguidos através da reconstrução, reabilitação ou ampliação de construções existentes, resultado num enquadramento mais ajustado na paisagem e na valorização espaço rural, por via da recuperação e preservação do património arquitetónico, histórico, natural e paisagístico. Os hotéis são a segunda tipologia de ET mais importante no território do Parque Nacional da Peneda-Gerês, seguindo-se os parques de campismo.

- **Oferta de serviços de restauração**

Ao nível dos serviços de restauração, estima-se que exista na região (municípios que integram o PNPG) cerca de uma centena de restaurantes, variando entre os que oferecem gastronomia típica e baseada nos produtos agroalimentares locais e os estabelecimentos que servem uma ementa considerada mais internacional.

Nos últimos tempos, fruto de recentes alterações na legislação do sector e das exigências cada vez mais apertadas por parte dos consumidores, tem-se verificado uma melhoria na qualidade dos serviços prestados e uma preocupação cada vez maior no que toca à oferta de pratos gastronómicos característicos da região e que valorizem as inúmeras raças autóctones.

No PNPG, os serviços de restauração encontram-se essencialmente concentrados nas freguesias ou lugares mais importantes ou mais explorados turisticamente, nomeadamente Castro Laboreiro, Soajo, Lindoso, Entre-Ambos-os-Rios, Caldas do Gerês, Rio Caldo, Campo do Gerês, Covide, Fafião, Cabril e Pitões das Júnias.

- **Oferta de atividades de animação turística**

No PNPG a animação turística é cada vez mais uma componente de importância estratégica no conjunto da oferta turística, o que justifica a grande evolução do setor, com a criação de novas empresas e a requalificação de outras já instaladas, que diversificaram e qualificaram os seus serviços e atividades. O Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN), criado em 1998, e os posteriores diplomas legais a regulamentar a animação turística em áreas protegidas, contribuíram também para a reestruturação da oferta local de atividades de animação turística, sobretudo ao nível da qualificação dos serviços prestados. A revisão do PNTN, Decreto-Lei n.º 186/2015, de 3 de setembro, introduziu uma nova dinâmica ao eliminar as taxas devidas pelo reconhecimento dos empreendimentos turísticos e das de atividades de animação turística e ao simplificar um conjunto de procedimentos legais até então definidos.

Visando, por um lado, a qualificação e a divulgação dos serviços turísticos e, por outro, a sua sustentabilidade e responsabilidade ambientais, este diploma introduz também a marca nacional Natural.pt, propriedade do ICNF, I.P., oficialmente lançada em julho de 2014. A marca Natural.pt

distingue produtos e serviços existentes nas áreas protegidas, e na sua envolvente próxima, que partilhem valores e princípios de sustentabilidade e valorização da natureza e dos recursos endógenos. O alojamento, a restauração e a oferta das empresas de animação turística são exemplos de serviços que podem aderir à marca, desde que cumpram um conjunto de requisitos que contribuem para uma maior qualificação destes serviços turísticos e, simultaneamente, para uma melhor divulgação da área protegida.

No caso do Parque Nacional, dos 48 produtos distinguidos pela marca, 25 são alojamentos e 14 são agentes de animação turística (dados de dezembro 2020).

De acordo com os dados do Registo Nacional de Agentes de Animação Turística (RNAAT), em junho de 2022, existem 74 empresas registadas nos cinco municípios do Parque Nacional da Peneda-Gerês, sendo que 41 destas têm sede nas freguesias do Parque. Comparando os dados de 2011 e 2022, os números do RNAAT traduzem um crescimento muito acentuado da oferta de serviços e de atividades de animação turística na região, realidade que acompanha a dinâmica das tendências do turismo, onde se destaca a preferência dos visitantes pela prática de atividades de ar livre e de aventura. Terras de Bouro continua a ser o concelho que mais contribui para a oferta de animação turística, perdendo, no entanto, a representatividade que tinha há dez anos atrás.

Tabela 10 – N.º de Agentes de Animação Turística (AAT) no PNPg e municípios, 2011 – 2022. Fonte: RNT.

	N.º de AAT		
	2011	2022	Tx de variação
MELGAÇO	4	11	175%
ARCOS V.	2	18	800%
P. BARCA	1	7	600%
T. BOURO	9	30	233%
MONTALEGRE	2	8	300%
Total nos 5 municípios	18	74	311%
Total nas freguesias do PNPg	13	41	215%
Peso dos AAT incluídos no PNPg	72%	55%	-23%

Gráfico 8 - Evolução dos Agentes de Animação Turística (AAT) no PNPG e nos municípios, 2011 – 2022. Fonte: RNT.



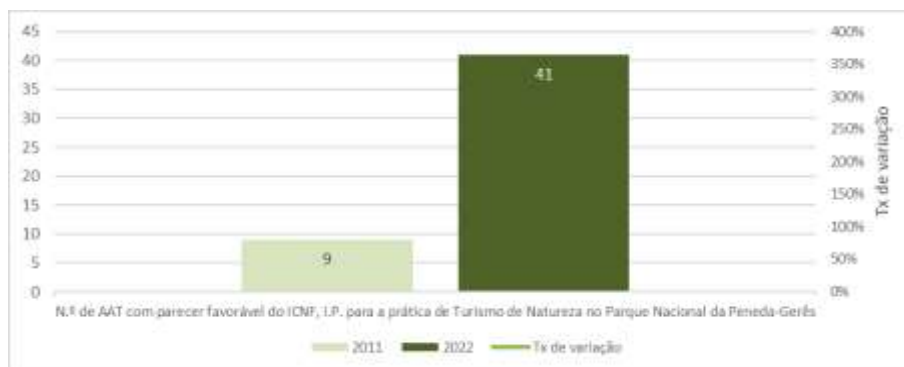
O número de empresas registadas no Turismo de Portugal e com sede nos municípios do Parque Nacional da Peneda-Gerês não traduz, porém, o universo das atividades e serviços de animação turística que ocorrem na área protegida, já que existem inúmeras empresas externas ao território que desenvolvem aqui atividades.

Para além disso, escapa também aos registos a oferta proveniente de outras tipologias de entidades que podem, ao abrigo da legislação e desde que cumpram um conjunto de requisitos, exercer atividades próprias das empresas de animação turística: associações, clubes desportivos, misericórdias, IPSS, e outras similares.

Mais recentemente, tem também vindo a aumentar o número de iniciativas promovidas por particulares ou por grupos informais que utilizando a Internet como via de divulgação e de congregação de atividades de grupos mais restritos, que envolvem número de participantes relevante. Embora grande parte destas atividades tenha efetivamente um cariz informal, algumas têm contornos menos claros, podendo também estar em causa a realização de iniciativas de cariz comercial sem o devido enquadramento legal.

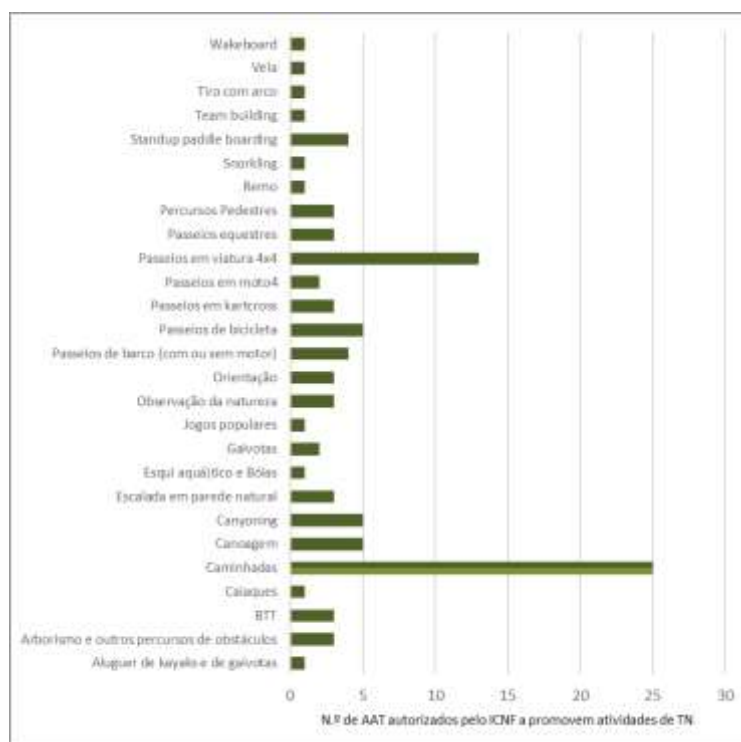
Se analisarmos a evolução do número de empresas autorizadas pelo PNPG/ICNF, I.P., verificamos que a tendência é também de crescimento. Em 2011 contabilizavam-se 9 empresas e em dezembro de 2020 contam-se 41.

Gráfico 9 - AAT autorizados pelo ICNF, I.P. para a prática de atividades de Turismo de Natureza no PNPg. Fonte: ICNF, I.P.



Em termos tipológicos, a diversidade de recursos e as características físicas do Parque Nacional da Peneda-Gerês permitem a prática de um leque alargado de atividades de lazer, nomeadamente daquelas que possuem uma maior componente desportiva (turismo ativo). Do conjunto das atividades de animação turística que integram a oferta turística da região, as caminhadas surgem como a atividade promovida por um maior número de empresas, seguindo-se os passeios em veículos TT.

Gráfico 10 - Atividades de Turismo de Natureza mais expressivas no PNPg



É importante destacar aqui o papel crescente que as Portas do PNPG têm vindo a ter na promoção da visita ao território, oferecendo atividades de animação turística em articulação direta com as empresas que atuam no seu território. E embora não possa ser analisado na mesma lógica que a oferta empresarial de atividades de animação turística, deve-se, ainda, destacar o serviço pedagógico prestado por estas estruturas, essencialmente vocacionado para grupos escolares, e que contribuem para trazer ao território largas centenas crianças e jovens.

Na componente da animação turística, entre outros serviços e atividades que poderiam ser referidos, destaca-se ainda a atividade termal. Esta é a atividade turística com maior tradição na região e o motor do desenvolvimento inicial do setor do turismo. Durante muitos anos, o único centro termal existente (Termas das Caldas do Gerês) teve funções exclusivamente terapêuticas. Há já alguns anos, as termas reconverteram-se, adaptando-se aos novos interesses dos turistas, e diversificaram a sua função.

○ Estruturas, equipamentos e outros serviços de apoio ao visitante

Ao nível da oferta de estruturas e equipamentos de apoio à visita verificou-se igualmente uma evolução muito positiva. Se há alguns anos atrás a região de pouco mais dispunha do que dos tradicionais serviços de alojamento e de restauração, termas e trilhos, hoje a situação é bem diferente. O PNPG conta atualmente com uma ampla oferta de atividades turísticas que vieram complementar e diversificar a oferta global, fundamentais à ocupação do tempo de permanência dos visitantes.

Para dar resposta às novas necessidades dos milhares de visitantes que todos os anos visitam o Parque, as entidades têm vindo a promover uma política de enquadramento dos visitantes. Com efeito, foram sendo criadas várias estruturas cujo objetivo é o de receber, informar e enquadrar os visitantes. Paralelamente, combinando os objetivos da visita com os de requalificação e preservação do património histórico-cultural, foram criados alguns espaços e locais de visita, sobretudo através da criação de núcleos museológicos e musealização de locais e estruturas patrimoniais com a finalidade de os tornar visitáveis e de valorizar a cultura local.

Portas e centros de informação

A região conta atualmente com seis estruturas principais (Portas do PNPG e Centro de Educação Ambiental do Vidoeiro) destinadas à receção, informação e atendimento ao público, bem como à educação ambiental e sensibilização dos visitantes e população residente.

Percursos pedestres

Atualmente existem 52 percursos sinalizados no terreno, totalizando cerca de 1.160 km. São, na sua maioria, percursos de pequena rota (existem apenas 3 percursos de grande rota). Destaca-se a GR50 (Grande Rota Peneda-Gerês), pela sua extensão (190 km) e abrangência territorial (rota de

travessia do Parque) e pela estrutura de gestão e monitorização criada. A GR50 veio colmatar uma lacuna há muito sentida, uma grande rota que permitisse fazer a travessia do Parque, respondendo à expectativa de um segmento importante do universo de visitantes, com especial destaque para o estrangeiro.

Áreas de merenda e miradouros

As áreas de merenda e os miradouros são estruturas de apoio aos visitantes que se encontram dispersas um pouco por todo o Parque. São importantes para a gestão do fluxo de visitantes, daí a importância do seu planeamento, quer em termos de número, quer ao nível da sua localização. Na área do Parque contam-se 25 áreas de merenda e 22 miradouros. Algumas destas infraestruturas foram requalificadas há cerca de 15 anos, estando atualmente em curso novos projetos de beneficiação que irão reforçar um conjunto de aspetos relevantes na qualificação das estruturas de visita, nomeadamente ao nível da sua segurança, acessibilidade, conteúdos interpretativos, entre outros.

Observatórios

Os observatórios são infraestruturas ou espaços naturais utilizados para a promoção de atividades de observação e interpretação da natureza. Normalmente são locais apetrechados com informação interpretativa dos valores naturais visados, cuja função é a de auxiliar os visitantes na identificação desses valores e na aquisição de conhecimento. São considerados locais importantes para a promoção do turismo de natureza, pelo conceito associado à observação e interpretação da natureza. Atualmente existem dois observatórios equipados e outros espaços interpretados para observação de valores naturais (geologia, fauna e flora).

Museus, núcleos museológicos e sítios ou estruturas musealizadas

Os museus ou núcleos museológicos, bem como os sítios musealizados, são importantes estruturas de visita e que muito têm contribuído para a recuperação e divulgação do património histórico-cultural local, com resultados muito positivos ao nível da valorização e atracção turística da região. Destacam-se os seguintes centros: Núcleo Museológico de Castro Laboreiro, Museu Etnográfico de Vilarinho das Furnas e Museu da Geira (Campo do Gerês), Núcleo Museológico da Ermida (Ermida), Ecomuseu de Barroso – Corte do Boi (Pitões das Júnias), Ecomuseu de Barroso – Centro Interpretativo de Avifauna (Tourém), Ecomuseu de Barroso – Vezeira e Serra (Fafião), Centro Interpretativo da área arqueológica Mezio-Gião (Porta do Mezio) e o Castelo do Lindoso.

Centros e percursos de BTT

No Parque Nacional da Peneda-Gerês existe apenas um centro certificado como Centro Cyclin'Portugal: Centro de BTT de Melgaço, em Lamas de Mouro, que conta com 5 percursos marcados. Junta-se ainda o centro de apoio ao cycling&walking de Soajo, embora sem qualquer percurso sinalizado.

Vias de escalada equipadas

A escalada é uma atividade procurada no Parque Nacional da Peneda-Gerês por escaladores experientes, mas inclui também a oferta de algumas empresas de animação turística. Num esforço de articular a atividade com a conservação da natureza e as questões de segurança, o ICNF, I.P. identificou os locais mais para a prática da modalidade: Fraga da Meadinha, Bico de Patelo, Penedo de Cabeças, Fraga do Suadouro, Cruzeiro, Fraga do Tonel, Fraga do Meio Dia, Crestelo, Roca do Touro, Pé de Cabril, Nédia/Fraga das Pastorinhas.

Vias de canyoning equipadas

O canyoning é uma das atividades de turismo de natureza que mais cresceu na última década, sendo que o PNPG é um dos principais destinos portugueses para a prática da modalidade. Tal como se procedeu com a escalada, no PNPG estão identificados os seguintes locais equipados para a prática de canyoning: Rio Castro Laboreiro, a montante do troço internacional; Afluente do rio Castro Laboreiro, da Varziela até ao rio Castro Laboreiro; Rio Adrão, troço a partir do lugar de Adrão até à ponte sobre a estrada Soajo – Cunhas; Ribeiro de Carcerelha, no troço a jusante da ponte da Ermida; Rio Germil, troço coincidente com limite do Parque, a sudoeste da casa de Penadoeido; Rio Gerês, num pequeno troço com início a sul do Trilho da Preguiça até à ponte de Secelo; Rio do Arado, com início a 1500 metros a montante da cascata do Arado até à ponte de Vargas; Rio do Conho, no troço compreendido entre a ponte de Servas e a ponte da Pigarreira; Rio de Fafião, no troço a jusante da Pigarreira; Rio Cabril, a jusante da ponte das Lages dos Infernos; Cascata de Cela Cavalos.

Ancoradouros e marinas

O PNPG conta com uma marina de recreio na Albufeira da Caniçada e com um pequeno ancoradouro de apoio às atividades aquáticas na Albufeira de Touvedo.

Parques de autocaravanismo

Existe apenas um parque de autocaravanismo, localizado no lugar de Soajo. Todos os outros apoios às caravanas estão enquadrados em parques de campismo.

4.6.1.2. PROCURA TURÍSTICA

Por indisponibilidade de dados, não foi possível realizar uma caracterização mais completa e integrada, pelo que se optou por uma abordagem muito sumária, com base no movimento dos visitantes às principais estruturas de informação no território da área protegida ou a esta diretamente ligadas: Portas (localizadas em Lamas de Mouro, Mezio, Lindoso, Campo do Gerês e

Montalegre) e serviços do PNPG (localizados em Caldas do Gerês, Arcos de Valdevez e em Braga). Apresentam-se também alguns dados da ocupação turística (dormidas e hóspedes).

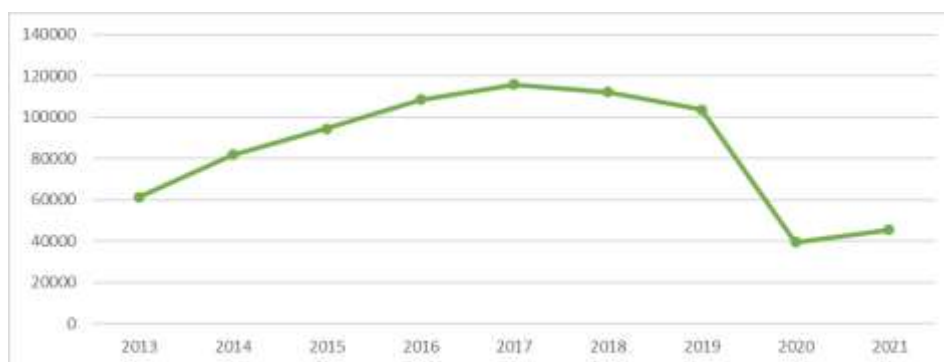
○ Visitantes nas Portas e serviços do PNPG

Em 2021 passaram pelas Portas e serviços do PNPG cerca de 45.527 visitantes, um número crescente face ao ano anterior, mas ainda muito aquém dos números dos anos de pré-pandemia.

Tabela 11 - Número de visitantes que contactam a Área Protegida (Portas e serviços do PNPG). Fonte: ICNF, I.P.

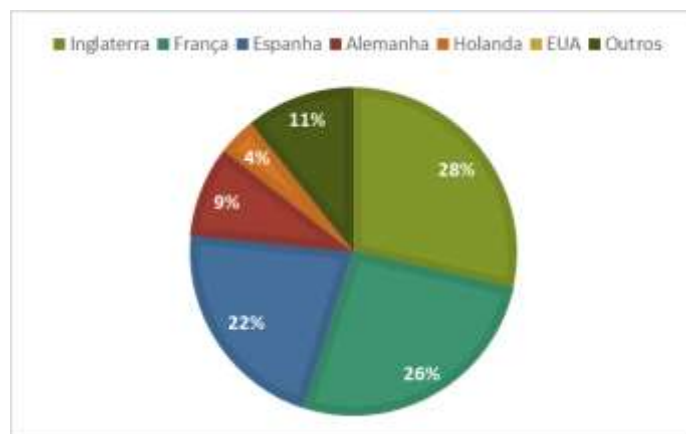
Visitantes que contactam a AP	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
	61430	81924	94400	108505	115804	112227	103593	39485	45527

Gráfico 11 - Evolução do número de visitantes que contactam a Área Protegida (Portas e serviços do PNPG). Fonte: ICNF, I.P.



Relativamente à origem dos visitantes, e tendo por base os dados disponibilizados pelas Portas do PNPG e Centro de Educação Ambiental do Vidoeiro, para o período de 2014 a 2019, verifica-se que 13% dos visitantes do PNPG são estrangeiros. Inglaterra é o principal país emissor de visitantes, representando cerca de 28% total de visitantes estrangeiros, seguindo-se França, Espanha e outros mercados da Europa do Norte (Alemanha e Holanda).

Gráfico 12 - Proveniência dos visitantes estrangeiros às Portas do PNPG e CEAV, 2014 a 2019. Fonte: Portas do PNPG e ICNF, I.P.



De acordo com a mesma fonte, no período 2014 a 2019, mais de metade (51,7%) das visitas concentrou-se nos meses de verão (de junho a agosto), sendo agosto o mês em que se registou um número mais elevado de visitantes (23,1%).

Esta forte sazonalidade da procura turística nos concelhos do PNPG tem tido reflexos negativos no território, condicionando, em parte, o desenvolvimento sustentável e qualificado do turismo. De facto, muitos dos benefícios económicos e sociais que a atividade turística induz na região acabam por seguir também a tendência da sazonalidade. É disto exemplo a criação de postos de trabalho nos meses de verão, o que não beneficia a qualificação da mão-de-obra empregue no setor e a estabilidade económico-social das famílias. Por outro lado, tem-se verificado que muitos estabelecimentos turísticos, em particular os restaurantes, optam por encerrar nos meses de inverno, prejudicando a oferta turística global.

O número de dormidas foi outro indicador considerado, já que a tendência da procura de alojamento traduz diretamente a tendência da linha da procura turística no território do PNPG.

Assim, foram analisados e comparados os dados de 2011, 2019 (pré-pandemia) e 2021 (último ano completo). Por razões de confidencialidade de dados, em 2011 apenas estão disponíveis os números das dormidas nos municípios de Arcos de Valdevez e de Terras de Bouro. Em ambos os concelhos, observou-se um crescimento muito acentuado, tanto em 2019 como em 2021, comparativamente ao ano 2011. Comparando 2019 com 2021, pode concluir-se que a pandemia COVID-19 não teve um efeito tão severo na procura turística nesta região, como aconteceu noutras zonas turísticas, sobretudo balneares. Ainda assim, todos os concelhos registaram quebras nas dormidas, representando uma perda de 14% no conjunto dos municípios. A proporção de hóspedes estrangeiros foi a que registou maiores quebras (perda de 29% de 2019 para 2021), resultado direto da pandemia COVID-19 (condicionantes à entrada de estrangeiros durante os anos 2020 e 2021).

Tabela 12 - Dormidas (N.º) nos estabelecimentos de alojamento turístico. Fonte: INE.

	Dormidas (N.º) nos estabelecimentos de alojamento turístico			Tx de variação	
	2011	2019	2021	2011-2021	2019-2021
Portugal	39440315	70158964	37332422	-5%	-47%
Continente	32841504	60423962	31480167	-4%	-48%
Norte		10810712	6142067		-43%
Municípios do PNPG		311444	268774		-14%
Arcos de Valdevez	9948	82522	63010	533%	-24%
Melgaço	...	43915	34950		-20%
Ponte da Barca	...	25418	25017		-2%
Terras de Bouro	59145	145825	132718	124%	-9%
Montalegre	...	13764	13079		-5%
...: Dado confidencial					

Gráfico 13 - Dormidas (N.º) nos estabelecimentos de alojamento turístico

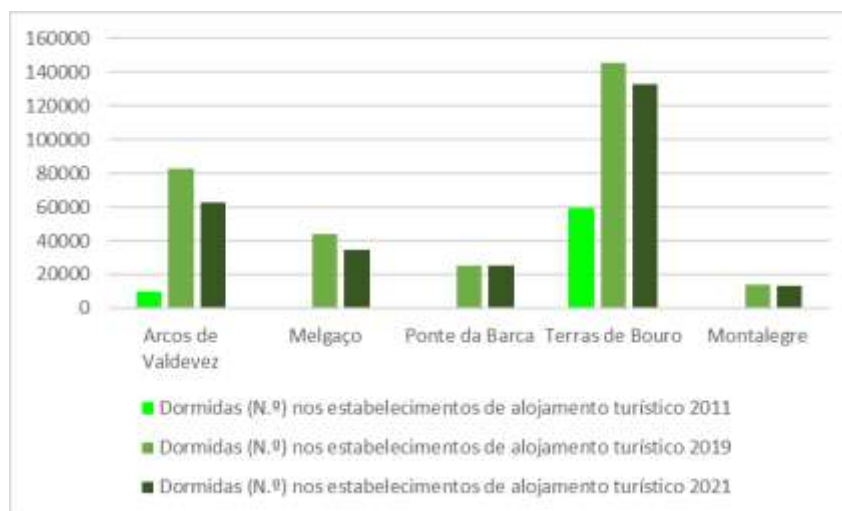


Tabela 13 - Proporção de hóspedes estrangeiros nos estabelecimentos de alojamento turístico. Fonte: INE.

	Proporção de hóspedes não residentes (%)		Tx de variação
	2019	2021	
Portugal	60,5	40,9	-32%
Continente	59,7	39,6	-34%
Norte	52,8	35	-34%
Municípios do PNPG (média)	14,06	9,98	-29%
Arcos de Valdevez	16,3	13,2	-19%
Melgaço	13,3	11,1	-17%
Ponte da Barca	22,7	11,8	-48%
Terras de Bouro	9,9	8,9	-10%
Montalegre	8,1	4,9	-40%

Em termos da preferência pela tipologia de alojamento, os dados sugerem que os empreendimentos de turismo no espaço rural foi a tipologia que menos sofreu com a quebra da procura turística motivada pela COVID-19, o que poderá ser explicado pela tendência de procura de unidades individuais e autónomas, com piscina privada, em detrimento das unidades de alojamento de serviços partilhados (hotel, AL, entre outros).

Tabela 14 - Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico, por tipologia de alojamento

	Dormidas (N.º) nos estabelecimentos de alojamento turístico por tipo de alojamento					
	2019			2021		
	Hotelaria	Alojamento local	Turismo no espaço rural e de habitação	Hotelaria	Alojamento local	Turismo no espaço rural e de habitação
Arcos de Valdevez	54934	6668	20920	39059	2398	21553
Melgaço	38542	...	...	30735	...	4215
Ponte da Barca	12518	...	...	10076	464	14477
Terras de Bouro	81549	46483	17793	72882	41861	17975
Montalegre	...	...	8275	...	...	6422
Total de dormidas (n.º)	187543	53151	38713	152752	44723	64642

4.6.1.3. PRINCIPAIS TIPOS DE TURISMO/VISITANTES NO PNPG

Dos segmentos turísticos mais importantes para o PNPG destacam-se o turismo de natureza e o turismo ativo, o turismo termal, o turismo cultural e o turismo religioso.

Embora não exista um estudo rigoroso do perfil do visitante do PNPG, é razoável considerar que a grande maioria dos visitantes procura o Parque pela singularidade do seu património natural e diversidade de experiências que este território de montanha pode proporcionar, também pelas características rurais das suas comunidades e pelo património cultural. Neste grupo consideram-se sobretudo o público das caminhadas e de outras atividades de turismo de natureza (conhecimento, contemplação e fruição do património natural e cultural) e de turismo ativo. Um público mais específico e muito assíduo vem ao Parque Nacional pelas termas do Gerês (entre maio e outubro). Distinguem-se ainda os grandes eventos e peregrinações religiosas, com destaque para os santuários de S. Bento da Porta Aberta e da Nossa Senhora da Peneda.

Em termos de diferenciação do tipo de visitantes, individualizam-se os turistas e os excursionistas. Os excursionistas enquadram-se no perfil dos que visitam o PNPG por um período inferior a um dia, essencialmente durante o verão, oriundos das cidades próximas, deslocam-se em automóvel próprio e concentram-se sobretudo na zona do vale do Gerês, albufeiras e lagoas naturais. O turista nacional visita habitualmente o Parque Nacional também durante a época estival, nas pausas comemorativas (Páscoa e Fim de Ano) e, em menor número, aos fins-de-semana e permanece por um período curto (média 1,9 noites). O turista estrangeiro, sobretudo entre maio e agosto e permanece em média 2,2 noites.

Ao longo dos anos, tem-se verificado um agravamento das condições de visita em determinadas épocas e áreas do Parque (excesso de trânsito, falta de estacionamento, lixo, etc.), em resultado do crescente número de visitantes que visitam esta área protegida.

4.7. COMO ESTE TERRITÓRIO ESTÁ SERVIDO DE INFRAESTRUTURAS?

No que respeita às infraestruturas, verificou-se nos últimos anos uma melhoria significativa da rede viária e de equipamentos básicos e sociais que contribuíram para uma melhoria da qualidade de vida das populações. Não obstante, existem vários constrangimentos em alguns lugares populacionais mais isolados, nomeadamente falta de equipamentos básicos. O território continua com problemas na rede de telecomunicações, pois, apesar da melhoria da cobertura de rede móvel, persistem inúmeras “zonas sombra” no Parque, condicionando fortemente a vida dos habitantes afetados, por exemplo, no acesso ao teletrabalho, ao correio eletrónico, às aulas online, às chamadas de emergência médica e outros contactos de emergência. Note-se que o local de trabalho de muitos dos habitantes do Parque é a montanha, em zonas pouco acessíveis, onde passam a maior parte do tempo nas atividades ligadas à agropecuária, à silvicultura ou ao turismo (guias e animadores).

Relativamente à rede viária é de destacar que, apesar da melhoria das condições de acessibilidade e de mobilidade, sobretudo por via da beneficiação de vias existentes, persistem ou mesmo agravaram-se as condições de mobilidade em determinadas zonas do Parque, na época de maior pressão turística, sendo urgente a tomada de medidas práticas que possam aliviar e ordenar o trânsito dos visitantes.

5. DIAGNÓSTICO PROSPETIVO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA ÁREA PROTEGIDA

O diagnóstico prospetivo da área protegida está devidamente detalhado no documento complementar II – **Diagnóstico prospetivo da área protegida e objetivos estratégicos**, que integra a proposta do Plano de Cogestão do PNPG.

A análise diagnóstica de um território é um exercício essencial e a base para a construção de ideias e de intervenções orientadas para o desenvolvimento estratégico. Requerer conhecer e caracterizar os vários contextos ou problemáticas (social, económica, ambiental, territorial, política, entre outras), as interconexões e as suas relações com o território, assim como perspetivar as dificuldades ou constrangimentos que os mesmos podem comportar.

Neste contexto, importa identificar os principais fatores críticos, sejam positivos ou negativos, que vão influenciar as políticas e iniciativas que devem ser adotadas para que o território do PNPG possa melhorar continuamente o seu posicionamento na escala do desenvolvimento sustentável. Tal pressupõe um bom conhecimento da realidade atual e uma análise estratégica dos constrangimentos, desafios e oportunidades que se colocam ao território.

Esta análise é fundamental para posicionar os objetivos estratégicos para o desenvolvimento sustentável do PNPG e o seu alinhamento com as prioridades e agendas internacionais, europeia, nacional e regional, desde logo com os ODS, as estratégias Europa, Portugal e Norte 2030 e a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030.

5.1. O QUE É CRÍTICO NESTE TERRITÓRIO? O QUE SE PRETENDE MUDAR?

O exercício de diagnóstico (documento complementar II, em anexo) permitiu identificar os principais fatores críticos (positivos e negativos) que influenciarão a atuação e o posicionamento do território do Parque Nacional face aos objetivos do desenvolvimento sustentável que se pretendem para esta área protegida.

Seguidamente apresenta-se a matriz SWOT, onde se sintetizam os principais pontos críticos:

- pontos fortes e pontos fracos (fatores internos controláveis ao nível da gestão colaborativa do PNPG) e
- oportunidades e ameaças (fatores externos não controláveis ao nível da gestão colaborativa do PNPG).

Tabela 15 - Matriz SWOT

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
• Único parque nacional português (1971); • Território declarado pela UNESCO como Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés (2009), na sequência do acordo estabelecido em 1997 com o PN Baixa Limia Serra do Gerês, que deu origem ao então designado Parque Transfronteiriço Gerês-Xurés (1997); • Integra a ZPE Peneda/Gerês (Zona Especial de Conservação), com uma área total de 89 574 ha; • 1,3% do Parque Nacional é Reserva Biogenética (Mata de Palheiros e Albergaria); • 7,5% do Parque Nacional é Mata Nacional; • Território certificado pela Federação EUROPARC como AP com Carta Europeia do Turismo Sustentável (em fase de revalidação); • Aspectos biológicos e geológicos únicos no país; • Grandes áreas de floresta autóctone e de habitats de conservação prioritária; • Existência de água termal que sustenta a atividade termal do Gerês; • Diversidade e beleza paisagística; • Riqueza do património arquitetónico e arqueológico, com vários elementos classificados; • Diversidade e riqueza do património cultural imaterial e etnográfico; • Valor identitário do território para a população local, que tem contribuído para a valorização do património; • Iniciativas locais (projetos públicos) de conservação e valorização de elementos do património arqueológico, incluindo os museus e os ecomuseus; • Iniciativas de requalificação do património arquitetónico tradicional e de núcleos urbanos; • Existência de Associações de Desenvolvimento Local que contribuem ativamente na dinamização do território; • Existência de iniciativas locais de formação para a empregabilidade em atividades emergentes e estratégicas para o desenvolvimento do território; • Existência de condições naturais favoráveis ao desenvolvimento de atividades económicas sustentáveis; • Tecido empresarial associado, sobretudo, à atividade turística, gastronomia e produtos locais; • Produtos agroalimentares de qualidade reconhecida e raças autóctones, grande parte com selo DOP, IGP e ETG; • Pontos de receção de visitantes dispersos pelo PNPG (Portas do PNPG e Centro de Educação Ambiental do Vidoeiro); • Crescimento progressivo e desenvolvimento qualitativo do setor do turismo no Parque, sobretudo ao nível da oferta de alojamentos turísticos e atividades de turismo de natureza; • Oferta diversificada de equipamentos e infraestruturas de visitação; • Existência do Posto de Busca e Resgate em Montanha no Parque Nacional da Peneda-Gerês; • Oferta de equipamentos culturais (museus, etc.); • Existência de um plano de promoção turística da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés; • Entendimento e cooperação institucional (local, regional e transfronteiriça) na definição das prioridades de desenvolvimento e dinamização de projetos conjuntos; • Plano de Valorização do PNPG e o Projeto Piloto, que integram um conjunto de projetos de várias entidades, executados de forma articulada, contribuindo para a coesão de estratégias; • ADERE-PG, transversal em termos territoriais e de sectores de atuação; • Existência das CNAF's (Corpo Nacional de Agentes Florestais) e dos Sapadores Florestais.	• Recursos insuficientes para a gestão e vigilância eficaz dos diferentes usos do território do Parque; • Existência de áreas degradadas pelo Homem (pontos de extração de inertes, assoreamento de turfeiras, entre outras) e falta de capacidade para uma rápida atuação; • Expansão de áreas ocupadas por espécies vegetais invasoras; • Perturbação e fragmentação de habitats; • Frequência elevada de incêndios de grande dimensão; • Insuficiente densificação regulamentar para melhorar a gestão e ordenamento de determinados usos e atividades humanas; • Descaraterização dos aglomerados e situações de abandono de núcleos históricos em prol da construção nova; • Ausência de orientações específicas para a reconstrução do edificado dos conjuntos históricos dos aglomerados; • Furtivismo e abate ilegal de espécies faunísticas; • Inexistência de um plano de gestão da geodiversidade e do património geológico; • Algum uso e ocupação do solo em zonas de potencial risco, relacionado com movimentos de massa; • Ausência de um sistema de levantamento e registo do património imaterial de todo o território; • Ausência de um projeto global de musealização/ interpretação de elementos do património cultural relevantes do PNPG; • Falhas na promoção, comunicação e posicionamento do "PNPG" e sobreposição de ações das diversas entidades locais; • Existência de várias tipologias de sinalética, que cria ruído e dificulta a comunicação da mensagem; • Falta de informação de segurança para os riscos inerentes à visitação; • Falta de enquadramento específico para empresas de animação turística que trabalham no PNPG; • Inadequabilidade da oferta turística para os diferentes tipos de público; • Falta de oferta inclusiva; • Dificuldades na gestão e manutenção da rede de percursos pedestres; • Dificuldade na monitorização e gestão dos visitantes; • Falta de informação e estratégia de interpretação sobre o património natural e cultural; • Pressão turística em épocas e zonas específicas do Parque; • Existência de barragens, enquanto elementos de interrupção de corredores ecológicos; • Fraca mobilidade e baixa frequência de transportes públicos desde as sedes de concelho até às aldeias e entre os diferentes municípios.

Tabela 16 - Matriz SWOT (cont.)

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
• A riqueza do património do Parque enquanto potencial para a criação de laboratórios de investigação, em parceria com a academia. • A recondução do Plano de Ordenamento do PNPG a Programa Especial. • Classificação da ZEC (Zona Especial de Conservação) Peneda/Gerês, no âmbito da Rede Natura 2000. • Crescimento das áreas com potencial de renaturalização; • A proximidade com outras áreas classificadas como oportunidade para a expansão de corredores ecológicos à escala regional. • Existência de grupos e associações culturais e etnográficas. • Existência de marcas e sistemas de certificação da qualidade turística e de reconhecimento de sustentabilidade (Turismo de Natureza, Natural.PT, Carta Europeia do Turismo Sustentável). • A proximidade com outros territórios com a chancela UNESCO (Bom Jesus; Guimarães, Porto, Douro, Vale do Côa, Arouca, Terras de Cavaleiros) pode potenciar a criação de uma estratégia conjunta de promoção e a atração de visitantes; • Existência de património cultural em vias de classificação. • Reconhecimento da categoria "parque nacional" por parte da sociedade e reconhecimento nacional da marca "Peneda-Gerês"; • Maior consciência ambiental e sensibilização para os valores naturais; • Existência de diversos nichos de mercado e a crescente valorização do "green" e do "local & small" que elevam o potencial de crescimento de alguns micro e pequenos negócios locais ancorados nos recursos autóctones. • Imagem positiva do turismo na região. • Setores da agropecuária, floresta e turismo mais sensibilizados para a sustentabilidade da atividade, como estratégia de diferenciação e posicionamento dos produtos. • Existência de conexões internacionais, designadamente a ligação ferroviária por comboio de alta velocidade à Galiza e a proximidade aos aeroportos do Porto e Vigo. • Oportunidades de financiamento nacional e comunitário.	• Mudanças climáticas. • Envelhecimento e decréscimo da população e consequente despovoamento; • Êxodo da população mais jovem e qualificada para as sedes de concelho ou outros centros urbanos próximos. • Baixo nível de formação entre a população local, nomeadamente a nível tecnológico, e falta de preparação para as novas exigências do mercado de trabalho. • Escassa oferta de emprego qualificado. • Emprego sazonal e precário nas zonas mais turísticas. • Aumento de visitantes em locais pontuais, excedendo a capacidade de carga em determinadas épocas; • Sazonalidade da visitação e, consequentemente, da rentabilização da oferta turística; • Não aproveitamento dos produtos endógenos pelo setor da restauração. • Risco de dependência económica do turismo em determinadas zonas do Parque. • Telecomunicações deficientes em determinadas zonas do Parque (telefone móvel e Internet). • Complexidade da organização administrativa do território. • Impossibilidade de apresentação de candidaturas conjuntas a determinados programas de apoios devido à organização administrativa (3 CIM's, 5 municípios, 4 GAL's).

5.2. QUAL A ESTRATÉGIA CONSENSUALIZADA PARA O TERRITÓRIO?

5.2.1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Tendo por base o diagnóstico realizado e a visão definida para o desenvolvimento sustentável do PNPG, a Comissão de Cogestão aprovou três grandes Objetivos Estratégicos que orientarão a atuação da parceria nos próximos cinco anos.

São Objetivos Estratégicos (OE) da proposta do Plano de Cogestão do PNPG:

OE1. Apoiar a Autoridade Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade na preservação e restauro dos processos ecológicos, da biodiversidade e da geodiversidade, no conhecimento, divulgação e monitorização dos recursos e valores naturais e na gestão da conservação da natureza no contexto das mudanças climáticas.

OE2. Promover o desenvolvimento sustentável do território onde se implanta o PNPG, através da utilização racional e da valorização dos recursos existentes, nomeadamente através da preservação do património cultural, da valorização dos produtos locais, da promoção do turismo sustentável, estimulando a manutenção e inovação das práticas ligadas à agricultura, à pastorícia, à floresta e outras atividades económicas reforçando as competências locais e a capacidade de empreender e inovar, privilegiando o bem-estar e a prosperidade das comunidades locais e garantindo os direitos e oportunidades das gerações vindouras.

OE3. Promover a informação e a sensibilização pública sobre o PNPG, a participação social, a capacitação e o envolvimento das comunidades e agentes locais, para que contribuam para atingir a visão e missão e a programação e implementação do previsto no Plano de Cogestão do PNPG, fazendo com que se sintam codecisores e corresponsáveis na definição, na execução e nos resultados alcançados, consolidando e divulgando o Parque Nacional como uma unidade territorial.

5.2.2. QUAIS SÃO OS EIXOS ESTRATÉGICOS E AS ÁREAS-CHAVE EM QUE SE PRETENDE APOSTAR?

Em consonância com os três Objetivos Estratégicos, foram definidos três eixos estratégicos de atuação no âmbito da cogestão (Eixos 1, 2 e 3), que acomodam o conjunto integrado de iniciativas para a valorização e desenvolvimento sustentável do território do PNPG, que foram propostas pelos diferentes parceiros.

Para cada um dos três Eixos Estratégicos foram identificadas distintas Áreas-Chave de Intervenção, a saber:

- **EIXO 1 - PROMOÇÃO DO PNPG E INFORMAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO**

Áreas-Chave de Intervenção: Comunicação e Promoção; Informação e Sensibilização; Capacitação, Participação e Gestão Colaborativa.

- **EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DO PNPG**

Áreas-Chave de Intervenção: Valorização dos Recursos Endógenos e Compatibilização das Atividades Humanas com os Recursos Naturais; Ordenamento e Qualificação da Visitação; Valorização das Aldeias e Desenvolvimento Social.

- **EIXO 3 - PROMOÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL E GESTÃO EFICIENTE DOS RECURSOS EXISTENTES NO PNPG**

Áreas-Chave de Intervenção: Promoção da Qualidade Ambiental e Gestão Eficiente dos Recursos.

Esta é a base estruturada para dar corpo a um programa de medidas prioritárias (desenvolvido no Capítulo 7.), organizadas em três Eixos Estratégicos e distintas Áreas-Chave de Intervenção, sendo que a cada medida corresponde um nível de pormenorização mais detalhado e de concretização através de ações.

Esquematizou-se, desta forma, um conjunto coerente e estrategicamente justificado de iniciativas, integradas no referido programa de medidas prioritárias, que se traduzem em projetos/ações estruturantes para o território do PNPG.

Tendo em conta os três Objetivos Estratégicos definidos na proposta do Plano de Cogestão do PNPG e o estabelecido no Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, que se aplica especificamente nos domínios da promoção, sensibilização e comunicação, a Autoridade Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade, com a anuência da Comissão de Cogestão do PNPG, considerou oportuno incorporar um Eixo exclusivamente de acompanhamento dedicado ao “PATRIMÓNIO NATURAL, BIODIVERSIDADE E GEODIVERSIDADE DO PNPG”. Este eixo, embora não seja parte integrante da proposta do Plano de Cogestão do PNPG, porque extravasa o âmbito da cogestão, permite recentrar e comprometer todas as entidades envolvidas neste modelo, lembrando que a valorização do território deve assentar, em primeiro lugar, na preservação do capital natural e cultural do Parque Nacional da Peneda-Gerês:

EIXO DE ACOMPANHAMENTO - PATRIMÓNIO NATURAL, BIODIVERSIDADE E GEODIVERSIDADE

6. AUSCULTAÇÃO DE ATORES CHAVE

Sendo um exercício de planeamento estratégico, a elaboração da proposta do Plano de Cogestão do PNG é um processo aberto à participação e contribuição de vários atores locais e suficientemente flexível para acomodar as suas propostas, bem como as adaptações necessárias e ajustadas à dinâmica dos contextos social, económico e ambiental.

6.1.1. QUEM SÃO OS ATORES CHAVE?

Considerando a dimensão do Território assim como o número de entidades existentes, foi feito um levantamento exaustivo dos atores-chave, tendo os membros da Estrutura de Apoio tido um papel fundamental neste levantamento, uma vez que se pretendeu envolver todos os setores, todas as atividades desenvolvidas e as entidades que têm intervenção no território nos seus domínios.

Os atores-chave do PNPG estão agrupados por áreas de intervenção (apresenta-se a listagem completa no **Documento Complementar III** da proposta do Plano de Cogestão do PNPG):

Para além da população local e da sociedade civil em geral, foram identificados os atores mais relevantes para o desenvolvimento sustentável e valorização do PNPG, considerando as principais atividades e usos do território e dos seus recursos, bem como as suas potencialidades. Foram apenas considerados os agentes que têm relação com o território do Parque Nacional, quer por via da sua presença física no território, quer pela efetiva relação estabelecida.

Os atores chave foram organizados pelos seguintes grupos setoriais ou temáticos:

- Entidades governamentais de âmbito nacional ou regional dos setores: ambiente, floresta, agricultura, ordenamento e gestão do território;
- Comunidades Intermunicipais;
- Entidades do setor do Turismo;
- Câmaras Municipais;
- Juntas de Freguesia do PNPG;
- Associações de Desenvolvimento Local e Regional;
- Baldios, Associações de Baldios e Associações Florestais;
- Cooperativas Agrícolas e Associações de Produtores;
- Associações e clubes de caça e pesca;
- Associações comerciais, empresariais e similares;
- Instituições do Ensino Superior;
- Instituições de ensino profissional;
- Agrupamentos de escolas;

- Forças de Segurança e Proteção Civil;
- Organizações não governamentais;
- Associações e grupos locais da cultura, etnografia, artes e desporto;
- Entidades da saúde e ação social;
- Confrarias religiosas.

6.1.2. COMO FORAM AUSCULTADOS E ENVOLVIDOS?

A metodologia adotada nesta auscultação privilegiou a realização de diferentes momentos de participação, de forma concertada com os objetivos da comunicação e informação ao público interessado do PNPG. No **Documento Complementar III** da proposta do Plano de Cogestão do PNPG apresenta-se com detalhe cada uma das seguintes formas de auscultação que foram ou serão realizadas, a saber:

- 5 Sessões públicas de apresentação, realizadas em julho de 2021, após a constituição da Comissão de Cogestão, com o objetivo de dar a conhecer ao público interessado o modelo de cogestão das áreas protegidas e, em concreto, do PNPG;
- Inquérito online, lançado também em julho de 2021, com o objetivo de facilitar a participação do público interessado e a apresentação de propostas no âmbito dos objetivos da cogestão do PNPG;
- 5 Sessões participativas com os atores-chave do território, a realizar em 2022, para apresentação da proposta final do Plano de Cogestão do PNPG;
- Auscultação a todos os órgãos gestores dos Baldios do PNPG, que se realizará de forma contínua, tendo já ocorrido um primeiro momento em junho/julho de 2022, por intermédio da Associação Atlântica, membro da Comissão de Cogestão do PNPG e representante dos baldios que integram a área protegida, com o objetivo de recolher a opinião e contributos para a proposta do Plano de Cogestão.
- Reunião com a Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal, realizada no dia 20 de setembro, com o objetivo de apresentar e recolher contributos para a proposta do Plano de Cogestão do PNPG.

6.1.3. QUAIS OS RESULTADOS E AS PRINCIPAIS ILAÇÕES A RETIRAR DESTA AUSCULTAÇÃO?

6.1.3.1. SESSÕES PÚBLICAS DE APRESENTAÇÃO

Nas sessões públicas de apresentação participaram 141 pessoas, 80 de forma presencial e 61 online:

Tabela 17 - Presenças nas sessões públicas de apresentação do modelo de cogestão

Município	Participação presencial	Participação online	Totais
Ponte da Barca	15	8	23
Terras de Bouro	9	9	18
Melgaço	8	7	15
Montalegre	27	28	55
Arcos de Valdevez	21	9	30
Totais	80	61	141

As sessões públicas de apresentação da proposta do Plano de Cogestão foram muito úteis no sentido em que permitiram dar a conhecer a todos os interessados, dos cinco municípios do PNPG, o Modelo de Cogestão das Áreas Protegidas em geral e do PNPG em particular.

Foi considerado o momento de arranque de todo um trabalho a desenvolver com os atores locais, tendo sido dada a oportunidade para os presentes apresentarem algumas propostas e esclarecerem dúvidas.

6.1.3.2. INQUÉRITO ONLINE

Este inquérito encontra-se disponível no site da ADERE-PG, separador da Cogestão, e permite ao público em geral a apresentação de propostas de medidas e eventuais ações importantes para o PNPG no âmbito da cogestão.

A informação recolhida ainda será tratada durante o período em que vai decorrer a consulta pública, de modo a poder ter em consideração todos os contributos que possam surgir.

6.1.3.3. SESSÕES PARTICIPATIVAS COM OS ATORES- CHAVE DO TERRITÓRIO

Para além das sessões públicas de apresentação sobre o modelo de cogestão das áreas protegidas, já realizadas (julho de 2021) nos municípios do PNPG e, em concreto, sobre o modelo de cogestão

proposto para o Parque Nacional, serão promovidas sessões públicas participativas para apresentação e discussão da proposta final do Plano de Cogestão do PNPG (versão a colocar em consulta pública), de modo a garantir o envolvimento dos atores-chave do território, bem como facilitar o processo de auscultação e de apresentação de contributos e propostas por parte destes atores.

Previsivelmente, estas sessões participativas irão realizar-se durante os meses de outubro e novembro de 2022, em simultâneo com o processo de consulta pública da proposta do Plano de Cogestão do PNPG. Está previsto realizar-se uma sessão participativa em cada um dos municípios integrantes do PNPG, organizada em dois momentos: um primeiro de apresentação da Proposta do Plano de Cogestão e um segundo momento de participação, onde se procurará auscultar os atores-chave e identificar eventuais propostas de melhoria e de ações a incluir no Programa de Medidas do plano. As sessões participativas serão dirigidas pela Comissão de Cogestão do PNPG, com o suporte da Estrutura de Apoio. Serão convidados a participar todas as entidades identificadas na listagem dos atores-chave do PNPG, de acordo com o mencionado no ponto 6.1.1 deste documento.

Além do referido, durante o período de vigência do Plano de Cogestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês, serão promovidas sessões públicas para apresentação de resultados da implementação do Plano (uma por ano).

6.1.3.4. CONTRIBUTO DOS ÓRGÃOS GESTORES DOS BALDIOS DO PNPG

No **Documento Complementar III** da proposta do Plano de Cogestão apresentam-se todos os contributos indicados pelos Órgãos Gestores dos Baldios do PNPG, que deverão ser tidos em conta no desenvolvimento de alguns dos projetos propostos. Alguns dos contributos que são comuns a todos são os seguintes:

- Importância de definir quais os serviços do ecossistema mais relevantes no PNPG, definir uma metodologia de qualificação e quantificação desses serviços e promover uma forma de renumerar os gestores dos territórios pela sua manutenção/melhoria;
- Importância do controlo das espécies invasoras (flora e fauna);
- Levantamento de projetos/atividades desenvolvidas pelas comunidades locais;
- Importância do reforço dos meios humanos e materiais;
- Importância da revisão das medidas dos apoios zonais no âmbito das medidas agroambientais;
- Criação de um posto de vigilância em formato dos colaboradores das Brigadas de Sapadores, para conseguir ter capacidade de vigilância a Fogos, que podem causar perigo as populações e animais, destrói todo o habitat natural, flora e animal;
- Regulamentação relativa à sinalética a ser colocada, e o encerramento de vias e acessos, a furtivos praticantes de motocross, raides de todo terreno e outras.

- Regulamentação relativa aos operadores turísticos e, se possível, o estabelecimento de protocolos com os diferentes agentes económicos locais (restaurantes, hotéis, casas de turismo rural) o pagamento de uma taxa que reverta para trabalhos e demais operações de segurança;
- Os processos de análise intervenção a pedidos e projetos de revitalização e reabilitação de caminhos, infraestruturas de apoio a agricultura e ao pastoreio e ao turismo devem ser mais céleres, e menos burocráticos por parte do ICNF, I.P.;
- Participação e apoio do ICNF, I.P. financeiramente e tecnicamente numa cooperação proactiva enquanto entidade parceira e cogestora e menos burocrática;
- Melhoria dos caminhos existentes e abertura de novos estradões para acesso de viaturas de combate a incêndios;
- Fomento da construção de pontos de água na serra para combate a incêndios;
- Construção de rede de água e saneamento para a freguesia contribuindo para o bem-estar da população e preservação do ambiente;
- Facilitar o acesso dos operadores turísticos a materiais de promoção do território (mapas, prospectos, etc.);
- Necessidade de articular e aprofundar a parceria com BALDIOS/FORAL na divulgação, manutenção e gestão da Grande Rota Peneda-Gerês (GR50) e nos demais percurso existentes;
- Formação e capacitação das entidades - formação sobre o território do PNPG, seus valores e seus instrumentos de gestão direcionada para os Baldios;
- Melhoria de caminhos de servidão existentes nos baldios (valetas, aquedutos, muros de suporte, etc.);
- Manutenção e sinalização dos trilhos existentes já divulgados para o público visitante.

6.2. COMO FOI PROMOVIDA A CONSULTA PÚBLICA?

Não obstante a participação pública ocorrida, por via da auscultação e envolvimento dos atores-chave no PNPG, conforme já descrito, a proposta de Plano de Cogestão do PNPG será sujeita a consulta pública.

Esta consulta pública será divulgada através de aviso a publicitar a mesma, com a antecedência mínima de 5 dias, por edital municipal e nos sítios na Internet das entidades representadas na comissão de cogestão, por um período não inferior a 20 dias.

Durante o período de consulta pública, a Comissão de Cogestão do PNPG irá promover a criação de canais de contacto direto para uso do público em geral, preferencialmente por via eletrónica.

A informação relativa à consulta pública da proposta de Plano de Cogestão do PNPG será feita através dos meios mais adequados a garantir o conhecimento a todo o tempo pelo público em geral, nomeadamente através dos sítios na Internet das entidades públicas representadas na Comissão de Cogestão do PNPG.

Adicionalmente, a Comissão de Cogestão do PNPG promoverá a realização de sessões participativas com o intuito de divulgar este documento e fomentar a participação pública e o envolvimento de todos os interessados. Efetivamente, serão realizadas cinco Sessões Participativas (uma sessão por município do PNPG), precisamente para obter contributos dos vários atores convidados, nomeadamente no que respeita ao Programa de Medidas que integra a proposta do Plano de Cogestão.

Após a recolha de todos os contributos da consulta pública da proposta de Plano de Cogestão do PNPG, estes são objeto de apreciação pela Comissão de Cogestão do PNPG e será elaborado um relatório com o resultado da consulta pública e da forma como a mesma foi tida em conta na proposta final do Plano de Cogestão do PNPG.

6.2.1. QUAIS FORAM OS RESULTADOS DA CONSULTA PÚBLICA?

(A DESENVOLVER APÓS A CONCLUSÃO DO PROCESSO DE CONSULTA PÚBLICA)

7. PROGRAMA DE MEDIDAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS

7.1. DEFINIÇÃO DE MEDIDAS E AÇÕES A IMPLEMENTAR

O programa de medidas prioritárias e respetivas ações propostas para execução no âmbito da proposta do Plano de Cogestão do PNPG são apresentados de forma mais detalhada no **Documento Complementar IV – Programa de Medidas**.

A programação das medidas e respetivas ações teve por base o diagnóstico prospetivo do território, bem como os objetivos e eixos estratégicos de atuação, definidos pela Comissão de Cogestão do PNPG. Por sua vez, todo o trabalho de planeamento deste programa de medidas tem sido desenvolvido numa abordagem participativa, estando a ser considerados os contributos dos atores relevantes do território.

Seguidamente, apresentam-se as medidas a implementar no âmbito da cogestão do Parque Nacional, que, por sua vez, agrupam um conjunto de ações que respondem aos principais fatores críticos diagnosticados e que relevam para os Eixos Estratégicos propostos pela Comissão de Cogestão do PNPG, bem como contribuem para dar resposta aos indicadores de realização obrigatórios legalmente.

A priorização das medidas e respetivas ações foi definida em sede de Comissão de Cogestão do PNPG, por consenso de todos os comissários. Não obstante, a priorização será novamente aferida, e corrigida se necessário, depois de realizadas as sessões públicas de apresentação e discussão da proposta final do Plano de Cogestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês (versão colocada em consulta pública) e ponderados os resultados da Consulta Pública, garantindo-se, assim, que o Programa de Medidas incluirá o sentido das prioridades que venham a ser identificadas.

As medidas e respetivas ações a desenvolver foram sujeitas a discricionariedade e programação detalhada, através do preenchimento da respetiva Ficha de Projeto, onde se especifica a abrangência geográfica e cronograma de execução. De modo a permitir a sua leitura fácil, mas ao mesmo tempo a pormenorização necessária das medidas e respetivas ações, a ficha de descrição detalha os seguintes elementos:

- indicação do Eixo Estratégico e Área-Chave de Intervenção;
- identificação da medida;
- referência aos objetivos que se pretendem alcançar;
- breve descrição das intervenções;
- quadro com ações/projetos e respetivo investimento, calendarização, indicadores de realização, promotor e parceiros;
- contributo para os objetivos mundiais do desenvolvimento sustentável.

FICHA N.º														
Eixo estratégico do Plano de Cogestão do PNPG						Objetivo estratégico do Plano de Cogestão do PNPG								
Áreas-chave de intervenção do Plano de Cogestão do PNPG						Objetivo geral								
Medida														
Objetivos específicos da medida														
Breve descrição das intervenções (Ações)														
Ações a implementar	Investimento	Período de execução				Âmbito geográfico*	Indicadores de realização (Portaria 67/2021 de 17 de março, e novos indicadores adotados)			Promotor	Parceiros	Priorização	Enquadramento no PO Regional	
		2023	2024	2025	2026		2027	Desc.	Unid.				Meta	Eixo Prioritário
Investimento total da Medida		- €												
* Indicar "PNPG" ou especificar a(s) freguesia(s) quando a geografia da ação extravasa o limite da área protegida ou ambos														
Contributo para os ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 2030)														

Figura 4 - Modelo da Ficha descritiva da medida e respetivas ações do Plano de Cogestão

7.2. RESUMO DAS MEDIDAS A IMPLEMENTAR – PROJETOS/ AÇÕES

EIXO 1 - PROMOÇÃO DO PNPG E INFORMAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO				
ÁREA-CHAVE DE INTERVENÇÃO	MEDIDA	AÇÕES	PROMOTOR	PARCEIROS
1.1 COMUNICAÇÃO E PROMOÇÃO	1.1.1. Comunicar e promover o território do PNPG	Desenvolvimento e implementação do Plano de comunicação e marketing para o PNPG	ICNF, ADERE-PG, Municípios	Entidades da CCogestão, GTTurismo
		Participação e organização das Feiras Mostra do Parque Nacional da Peneda-Gerês, entre outras feiras e eventos nacionais e internacionais; Organização e promoção do <i>Eco Summit Portugal - PNPG</i>	ICNF, ADERE-PG, Municípios	Entidades da CCogestão, GTTurismo
		Informação e divulgação nos órgãos de comunicação social (revistas, jornais, rádio, TV...)	ICNF, ADERE-PG, Municípios	Entidades da CCogestão, GTTurismo
		Promover a marca Natural.pt	ICNF	Entidades da CCogestão, GTTurismo
	INVESTIMENTO MEDIDA 1.1.1.			2 482 100,00 €
	1.1.2. Promover um sistema de sinalização do PNPG que contribua para a otimização da gestão do Parque, dos visitantes e do uso público em geral	Desenvolvimento e implementação do Plano de sinalização para o PNPG	ICNF	Entidades da CCogestão, GTTurismo
	INVESTIMENTO MEDIDA 1.1.2.			475 000,00 €
	1.1.3. Valorizar as Portas do PNPG enquanto estruturas privilegiadas para o apoio, informação e sensibilização ambiental dos visitantes do PNPG	Beneficiação e dinamização do Centro de Educação Ambiental do Vidoeiro	ICNF	
		Elaboração e implementação do programa operacional de gestão da AIE: da Porta de Lamas de Mouro, Porta de Lindoso e Porta do Campo do Gerês, Porta do Mezio-3ª fase	Municípios	ICNF
	INVESTIMENTO MEDIDA 1.1.3.			3 450 000,00 €
1.2 INFORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO	1.2.1. Promover a divulgação e o conhecimento dos valores naturais e culturais do PNPG e a educação ambiental para o público em geral	Programas de Educação Ambiental	ICNF, ADERE-PG, Municípios	Entidades da CCogestão, GTTurismo
		Ações de informação e sensibilização (materiais informativos, exposições, sessões de campo...)	ICNF, ADERE-PG, Municípios	Entidades da CCogestão, GTTurismo
		Concursos para promover o conhecimento do PNPG (para escolas e para universidades-mestrados e doutoramentos)	ADERE-PG	UMinho, ICNF
		Promover o conhecimento das questões de segurança e socorro em montanha	GNR/ UEPS	Entidades da CCogestão, GTTurismo
	INVESTIMENTO MEDIDA 1.2.1.			795 000,00 €
1.3 CAPACITAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E GESTÃO COLABORATIVA	1.3.1. Sensibilizar e promover a capacitação para os objetivos do desenvolvimento sustentável do PNPG	Realização de sessões de formação, informação e capacitação	ICNF e ADERE-PG	Baldios, UMinho, DRAPN, GTTurismo
		Carta Europeia do Turismo Sustentável no PNPG	ICNF e ADERE-PG	Municípios, GTTurismo
	INVESTIMENTO MEDIDA 1.3.1.			382 600,00 €
	1.3.2. Promover a participação pública e o envolvimento de todos os parceiros na programação, implementação e monitorização do Plano de Cogestão	Implementação e dinamização do modelo de cogestão no PNPG	ICNF e ADERE-PG	Entidades da CCogestão, GTTurismo
	INVESTIMENTO MEDIDA 1.3.2.			420 000,00 €
INVESTIMENTO TOTAL EIXO 1				8 004 700,00 €

EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DO PNPG

ÁREA-CHAVE DE INTERVENÇÃO	MEDIDA	AÇÕES	PROMOTOR	PARCEIROS
2.1. VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS ENDÓGENOS E COMPATIBILIZAÇÃO DAS ATIVIDADES HUMANAS COM OS RECURSOS NATURAIS	A.2.1.1. Promover as atividades económicas sustentáveis, produtos tradicionais e o empreendedorismo, incorporando a inovação tecnológica, económica e social	Fundo de apoio à valorização dos produtos locais, empreendedorismo e criação de emprego	Municípios	ADERE-PG, GTTurismo
		Promoção e divulgação das raças Autóctones (Cachena, Barrosã, garrano, bravia, entre outras...)	Baldios	Municípios e ICNF
		Polos de promoção e venda de produtos endógenos	Municípios	ADERE-PG
	INVESTIMENTO MEDIDA 2.1.1.			2 160 000,00 €
2.2. ORDENAMENTO E QUALIFICAÇÃO DA VISITAÇÃO	2.2.1. Promover e ordenar as diferentes atividades de visitação e a monitorização dos visitantes	Plano de Visitação para o PNPG	ICNF	Entidades da CCogestão, GTTurismo
		Publicação da Carta de Atividades de Lazer e de Animação Turística do PNPG e Elaboração e implementação de programa de monitorização e gestão da visitação (PNPG), contadores...	ICNF e ADERE-PG	Entidades da CCogestão, GTTurismo
		Elaboração e implementação do POG da AIE dos percursos pedestres do Vale do Homem (Carris e Prados da Messe)	ICNF	Municípios, GTTurismo, Baldios
		Ordenamento e gestão de fluxos: realocização da Portagem da Bouça da Mó; ordenamento e reforço da capacidade de estacionamento	CM Terras de Bouro, CM Montalegre	Entidades da CCogestão, GTTurismo
		Ordenamento, Beneficiação, promoção e valorização da rede de trilhos, caminhos e percursos (pedestres, cicláveis, equestres e automóveis)	ICNF, Municípios, ADERE-PG, Baldios	Entidades da CCogestão, GTTurismo
	INVESTIMENTO MEDIDA 2.2.1.			2 584 000,00 €
	2.2.2. Valorizar os equipamentos e infraestruturas de apoio à visitação	Valorização de infraestruturas de turismo da natureza	ICNF, Municípios, ADERE-PG	Baldios, GTTurismo
		Requalificação de Parques de campismo e caravanismo	Municípios	
		Valorização de zonas de Lazer	CM Melgaço	
		Adaptação e reabilitação de equipamentos de apoio ao turismo/ visitação	CM Terras de Bouro	
		Promover a acessibilidade e a visitação inclusivas (PNPG + acessível e inclusivo)	ADERE-PG, Municípios	ICNF, GTTurismo
		Melhoria das condições de segurança para usufruto e visitação do PNPG	ADERE-PG	Entidades da CCogestão, GTTurismo, GNR/UEPS
		Beneficiação de infraestruturas para turismo de natureza e proteção ambiental	CM Arcos de Valdevez, CM Ponte da Barca	ICNF, Baldios
	INVESTIMENTO MEDIDA 2.2.2.			9 185 000,00 €
	2.2.3. Promover a mobilidade de baixo carbono, no âmbito do modelo de visitação da Área Protegida	Elaboração do Plano de Mobilidade para as regiões do PNPG e implementação das ações	ADERE-PG e Municípios	Entidades da CCogestão, GTTurismo
		Postos de carregamento elétricos	Municípios	ICNF
	INVESTIMENTO MEDIDA 2.2.3.			1 123 800,00 €
2.3. VALORIZAÇÃO DAS ALDEIAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	2.3.1. Promover a inclusão social nas suas diferentes dimensões	Criação de SPIGS - serviços de informação e apoio à população residente	Municípios	Entidades da CCogestão, GTTurismo
	INVESTIMENTO MEDIDA 2.3.1.			920 000,00 €
	2.3.2. Promover a mobilidade no território e a acessibilidade nos aglomerados rurais	Melhoria dos acessos e da mobilidade interna nas aldeias do PNPG	Municípios	ICNF
	INVESTIMENTO MEDIDA 2.3.2.			1 400 000,00 €
	2.3.3. Melhorar as telecomunicações e potenciar a acessibilidade digital	Melhoria da rede de comunicações móveis e fixas	Municípios	ICNF
	INVESTIMENTO MEDIDA 2.3.3.			1 025 000,00 €
	2.3.4. Requalificar e dinamizar as Aldeias do PNPG	Programa de recuperação e dinamização dos núcleos dos aglomerados populacionais do PNPG	ICNF	Entidades da CCogestão, GTTurismo
		Implementação do Programa de desenvolvimento integrado para as aldeias do Parque - Reabilitação dos espaços das Aldeias	Municípios	ICNF e ADERE-PG
		Animação da rede de aldeias do PNPG	Municípios	Entidades da CCogestão, GTTurismo
	INVESTIMENTO MEDIDA 2.3.4.			11 088 954,00 €

	2.3.5. Recuperação e Conservação do Património Cultural	Restauro/recuperação e valorização do património arqueológico (Geira romana, Necrópoles megalíticas de Castro Laboreiro, Lamas do Vez, Britelo e Mourela; Castelo de Castro Laboreiro; Mosteiro Sta Maria das Júnias)	Municípios	Entidades da CCogestão, GTTurismo
		Restauro e valorização de elementos do património arquitetónico (fojos, cabanas, moinhos, fornos, silhas, lagares, casas florestais)	Municípios, Baldios	ICNF
		Valorização e promoção do património imaterial: farrangalheiros, guerra civil, toalhas águas, usos e costumes, paisagens culturais artesanato, gaiteiros, folhateiros, pai velho, O misticismo no PNPG e outros...	Municípios	ADERE-PG
	INVESTIMENTO MEDIDA 2.3.5.			6 478 000,00 €
INVESTIMENTO TOTAL EIXO 2				35 964 754,00 €

EIXO 3 - PROMOÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL E GESTÃO EFICIENTE DOS RECURSOS EXISTENTES NO PNPG				
ÁREA-CHAVE DE INTERVENÇÃO	MEDIDA	AÇÕES	PROMOTOR	PARCEIROS
3.1. PROMOÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL E GESTÃO EFICIENTE DOS RECURSOS	3.1.1. Gestão do território com usos múltiplos	Promover a gestão do pastoreio extensivo com rebanhos e ações de sensibilização para grupos alvo	Baldios	ICNF, DRAPN, GTTurismo
		Implementação do Plano zonal do PNPG (gestão de pastoreio, melhoria de pastagens, roço de mato, sementeiras...	ICNF, Baldios, Municípios	DRAPN
	INVESTIMENTO MEDIDA 3.1.1.			6 575 000,00 €
	3.1.2. Valorização ambiental	Identificação e remuneração dos serviços de ecossistemas	ICNF	Baldios, Uminho, Municípios
		Restauro ambiental em zonas degradadas pela ação humana ou causas naturais	ICNF, Baldios	Entidades da Ccogestão
		Desenvolvimento de metodologias e estratégias e adaptação e mitigação das mudanças climáticas	ICNF, CM Montalegre	Entidades da CCogestão, GTTurismo
		Promoção e sensibilização para o uso das espécies da flora autóctones	Municípios, Baldios	ICNF
		Apoio ao repovoamento piscícola	Baldios	ICNF
		Sensibilização para a importância das turfeiras e urzais higrófilos	CM Montalegre	ICNF, Baldios
		Valorização e promoção do património geológico e geomorfológico	CM Melgaço, CM Montalegre	UMinho
		Viveiro da flora autóctone	CM Arcos de Valdevez	
	INVESTIMENTO MEDIDA 3.1.2.			7 085 000,00 €
	3.1.3. Promover a criação de centros interpretativos, de conhecimento e investigação do património do PNPG	Criação de um "Centro de Investigação PNPG"	CM Arcos de Valdevez	Entidades da Ccogestão
		Criação de centros interpretativos e observatórios do património do PNPG (centro interpretativo do lobo; centro interpretativo da cabra montesa; centro interpretativo do património da geodiversidade; centro interpretativo dos valores naturais e centro interpretativo do património arqueológico e arquitetónico; observatório de estrelas; Centro Virtual da História do PNPG; Centro interpretativo e parque do património, da paisagem e do homem, da fauna e flora)	Municípios, ICNF	Entidades da Ccogestão
	INVESTIMENTO MEDIDA 3.1.3.			4 200 000,00 €
	3.1.4. Melhorar as infraestruturas básicas, a recolha de resíduos e os focos de poluição	Beneficiação e alargamento das infraestruturas básicas com vista à melhoria dos ecossistemas aquáticos	Municípios	Entidades da Ccogestão
		Tratamento de resíduos com vista à melhoria da qualidade ambiental	Municípios	ICNF
	INVESTIMENTO MEDIDA 3.1.4.			4 620 000,00 €
INVESTIMENTO TOTAL EIXO 3				22 480 000,00 €

Para o Eixo de Acompanhamento dedicado ao “PATRIMÓNIO NATURAL, BIODIVERSIDADE E GEODIVERSIDADE DO PNPG”, que, conforme já explicado anteriormente, extravasa o âmbito da cogestão, a Autoridade Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade identificou diversas medidas como prioritárias, bem como alguns parceiros fundamentais para a sua implementação.

EIXO DE ACOMPANHAMENTO - PATRIMÓNIO NATURAL, BIODIVERSIDADE E GEODIVERSIDADE DO PNPG				
ÁREA-CHAVE DE INTERVENÇÃO	MEDIDA	AÇÕES	PROMOTOR	PARCEIROS
EA.1. RESTAURO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL	EA.1.1. Restauro e conservação dos habitats naturais e prioritários	Aproveitamento de regeneração natural de espécies florestais autóctones	ICNF	Municípios, Baldios
		Restauro de teixiais – Florestas mediterrâneas de <i>Taxus baccata</i>	ICNF	Baldios
		Conservação de carvalhais e outros bosques caducifólios	ICNF	Baldios
		Conservação de florestas aluviais	ICNF	Baldios
		Conservação de turfeiras e urzais higrófilos	ICNF	Municípios, Baldios
		Controlo de Invasoras	ICNF	Municípios, Baldios
		Conservação de bosques ripícolas	ICNF, Municípios	Baldios
	INVESTIMENTO MEDIDA EA.1.1.			1 850 000,00 €
	EA.1.2. Restauro e conservação das espécies de fauna e de flora	Conservação da população nidificante de água-real no PNPG (<i>continuidade do projecto de reintrodução</i>)	ICNF	
		conservação e restauro de populações de pinheiro silvestre, teixo, sorbus, azevinho e zimbro	ICNF	Baldios
		Conservação de aves necrófagas	ICNF	
		Supressão de mortalidade de avifauna por eletrocussão e colisão em linhas elétricas aéreas	ICNF	
		Conservação de cabra-montês	ICNF	
		Conservação de lobo-ibérico	ICNF	
		conservação do património genético da <i>Salmo trutta</i> e apoio ao repovoamento piscícola	ICNF	Baldios
	INVESTIMENTO MEDIDA EA.1.2.			495 000,00 €
	EA.1.3. Promover a preservação dos valores geológicos e geomorfológicos	Elaborar um plano de gestão da geodiversidade e património geológico e delimitar os locais de interesse geológico e geomorfológico	ICNF	UMinho
		Inventariação, delimitação, monitorização e interpretação do património geológico e geomorfológico	ICNF	UMinho, Municípios
		Realizar intervenções urgentes em geossítios do PNPG em risco acelerado de degradação ou destruição	ICNF	UMinho, Baldios
	INVESTIMENTO MEDIDA EA.1.3.			255 000,00 €
EA.2. RESILIÊNCIA E PROTEÇÃO DE HABITATS NATURAIS	EA.2.1. Promover a resiliência e a proteção dos habitats naturais	Elaborar um plano de gestão de fogos rurais, na perspetiva da resiliência e proteção dos habitats naturais	ICNF	Municípios, Baldios
		Execução de fogo controlado para melhoria de habitats	ICNF	Municípios, Baldios
		Beneficiação de infraestruturas de prevenção e combate a fogos rurais para reforço das condições de proteção dos habitats naturais	ICNF	Municípios, Baldios
		Criação de faixas e mosaicos de gestão de combustível para garantir a proteção dos habitats naturais	ICNF	Municípios, Baldios
	INVESTIMENTO MEDIDA EA.2.1.			710 000,00 €
EA.3. CONHECIMENTO E INOVAÇÃO (ESTUDOS, MONITORIZAÇÃO E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA APLICADA À CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL)	EA.3.1. Inventariação e monitorização dos valores naturais	Implementação de um programa de monitorização periódica e sistemática do património natural (fauna, flora e geossítios)	ICNF	
		Inventariação de espécies e habitats prioritários	ICNF	
		Monitorização de zoonoses (Capra, Triturus, carnívoros)	ICNF	
		Desenvolvimento de metodologias de controlo de invasoras	ICNF	Municípios, Baldios
	INVESTIMENTO MEDIDA EA.3.1.			360 000,00 €
INVESTIMENTO TOTAL EIXO EA				3 670 000,00 €

7.4. QUAIS AS MEDIDAS E AS AÇÕES PARA VALORIZAR E PROMOVER O TERRITÓRIO EM CAUSA E PARA MELHORAR A SENSIBILIZAÇÃO E A COMUNICAÇÃO COM TODOS OS INTERLOCUTORES E UTILIZADORES?

Para a valorização e promoção do PNPG vão contribuir de forma transversal o conjunto das medidas consideradas nos três Eixos estratégicos definidos, pois entende-se que é nesse esforço de integração e numa perspetiva holística, onde se conjugam os objetivos do desenvolvimento local com os da conservação da natureza, que o plano de cogestão fará a diferença. Os objetivos da valorização do território, do desenvolvimento socioeconómico e da conservação da natureza serão mais facilmente atingidos quanto maior for o envolvimento e o compromisso dos parceiros da cogestão para que, no âmbito das competências próprias de cada um e de cada entidade, se proceda com vista a criar mais valor e oportunidades neste território.

Para promover a sensibilização e melhorar a comunicação com os interlocutores e utilizadores do PNPG vão sobretudo contribuir as medidas consideradas no Eixo Estratégico 1 e as medidas previstas nas Áreas-Chave de Intervenção 1.1- Comunicação e promoção, 1.2- Informação e sensibilização e 1.3- Capacitação, participação e gestão colaborativa, sem diminuir a importância de outras medidas previstas nos Eixos Estratégicos 2 e 3, que contêm ações que contribuem igualmente para este objetivo.

Para uma leitura mais direta, apresentam-se de seguida as tabelas que traduzem o contributo de cada medida para a valorização e a promoção do território e para melhorar a comunicação e a sensibilização com todos os interlocutores e utilizadores.

Tabela 18 – Contributo do Eixo 1 do programa de medidas da proposta do Plano de Cogestão do PNPG para a valorização e promoção do território e para a melhoria da comunicação e sensibilização com os interlocutores e utilizadores

EIXO 1 - PROMOÇÃO DO PNPG E INFORMAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO		Contributo para a valorização e promoção do território	Contributo para melhorar a comunicação com todos os interlocutores e utilizadores
ÁREA-CHAVE DE INTERVENÇÃO	MEDIDAS		
1.1. Comunicação e promoção	o Comunicar e promover o território do Parque Nacional da Peneda-Gerês	✓	✓
	o Promover um sistema de sinalização do PNPG que contribua para a otimização da gestão do Parque, dos visitantes e do uso público em geral	✓	✓
	o Valorizar as Portas do PNPG enquanto estruturas privilegiadas para o apoio, informação e sensibilização ambiental dos visitantes	✓	✓
1.2. Informação e sensibilização	o Promover a divulgação e o conhecimento dos valores naturais e culturais do PNPG e a educação ambiental para o público em geral	✓	✓
1.3. Capacitação, participação e gestão colaborativa	o Sensibilizar e promover a capacitação para os objetivos do desenvolvimento sustentável do Parque Nacional da Peneda-Gerês	✓	✓
	o Promover a participação pública e o envolvimento de todos os parceiros na programação, implementação e monitorização do Plano de Ação da Cogestão	✓	✓

Tabela 19 - Contributo do Eixo 2 do programa de medidas da proposta do Plano de Cogestão do PNPG para a valorização e promoção do território e para a melhoria da comunicação e sensibilização com os interlocutores e utilizadores

EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DO PNPG		Contributo para a valorização e promoção do território	Contributo para melhorar a comunicação com todos os interlocutores e utilizadores
ÁREA-CHAVE DE INTERVENÇÃO	MEDIDAS		
2.1. Valorização dos recursos endógenos e compatibilização das atividades humanas com os recursos naturais	o Promover as atividades económicas sustentáveis, produtos tradicionais e o empreendedorismo, incorporando a inovação tecnológica, económica e social	✓	
2.2. Ordenamento e qualificação da visitação	o Promover e ordenar as diferentes atividades de visitação e a monitorização dos visitantes	✓	✓
	o Valorizar os equipamentos e infraestruturas de apoio à visitação	✓	
	o Promover a mobilidade de baixo carbono, no âmbito do modelo de visitação da Área Protegida	✓	✓
2.3. Valorização das aldeias e desenvolvimento social	o Promover a inclusão social nas suas diferentes dimensões	✓	✓
	o Promover a mobilidade no território e a acessibilidade nos aglomerados rurais	✓	
	o Melhorar as telecomunicações e potenciar a acessibilidade digital	✓	✓
	o Requalificação e dinamização das aldeias do Parque Nacional da Peneda-Gerês	✓	
	o Recuperação e conservação do Património Cultural	✓	

Tabela 20 - Contributo do Eixo 3 do programa de medidas da proposta do Plano de Cogestão do PNPG para a valorização e promoção do território e para a melhoria da comunicação e sensibilização com os interlocutores e utilizadores

EIXO 3 - PROMOÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL E GESTÃO EFICIENTE DOS RECURSOS EXISTENTES NO Parque Nacional da Peneda-Gerês		Contributo para a valorização e promoção do território	Contributo para melhorar a comunicação com todos os interlocutores e utilizadores
ÁREA-CHAVE DE INTERVENÇÃO	MEDIDAS		
3.1. Promoção da qualidade ambiental e gestão eficiente dos recursos	o Gestão de territórios com usos múltiplos	✓	✓
	o Valorização ambiental	✓	✓
	o Promover a criação de centros interpretativos, de conhecimento e de investigação do património do PNPG	✓	✓
	o Melhorar as infraestruturas básicas, a recolha de resíduos e eliminar os focos de poluição	✓	

No seu conjunto, as intervenções previstas no Programa de Medidas têm um período de execução de 5 anos, conforme especificado na Ficha de Projeto da respetiva medida.

Conforme é possível verificar nos quadros-resumo do Programa de Medidas, detalhado no **Documento Complementar IV**, a grande maioria das ações propostas prevê uma execução assente em parcerias (entidades da Comissão de Cogestão do PNPG). No Eixo 1 do programa (Promoção do PNPG e informação, sensibilização e participação) e no Eixo 2 (Desenvolvimento socioeconómico e utilização sustentável do PNPG) os municípios, o ICNF, I.P. e a ADERE-PG surgem como principais promotores, sendo a Atlântica (em representação dos baldios do PNPG) e o Grupo de Trabalho do Turismo parceiros relevantes na implementação das iniciativas. Já nas atuações previstas no Eixo 3 (Promoção da qualidade ambiental e gestão eficiente dos recursos existentes no PNPG), são os municípios, a Atlântica (em representação dos baldios do PNPG) e o ICNF, I.P. os atores mais relevantes, contando com a colaboração das restantes entidades da Comissão de Cogestão. A Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte surge também identificada como um parceiro muito relevante na implementação de medidas dos Eixos Estratégicos 1 e 2, em particular nos domínios de intervenção 2.1 (Valorização dos recursos endógenos e compatibilização das atividades humanas com os recursos naturais) e 3.1 (Promoção da qualidade ambiental e gestão eficiente dos recursos). A academia e a CPADA (ONG's) assumem uma participação colaborativa transversal em todos os Eixos Estratégicos do Plano de Cogestão.

No que respeita à implementação do Eixo de Acompanhamento (Património natural, biodiversidade e geodiversidade), o ICNF, I.P. é o principal promotor, contando com a colaboração dos municípios e dos baldios do território.

Considera-se ainda importante estabelecer ou reforçar outro nível de parcerias, nomeadamente com as entidades oficiais do setor do turismo, proteção e segurança, cultura, formação e emprego, entre outras, no sentido de serem identificados outros projetos relevantes para os objetivos da cogestão

do PNPG ou de se estabelecerem consórcios para a implementação e sucesso das ações da proposta do Plano de Cogestão do PNPG.

7.7. COMO ESTÃO PRIORIZADAS AS MEDIDAS E AS AÇÕES DEFINIDAS?

As medidas e as ações propostas foram priorizadas em sede de Comissão de Cogestão do PNPG. Não obstante, a priorização será novamente aferida, e corrigida se necessário, depois de realizadas as sessões públicas de apresentação e discussão da proposta final do Plano de Cogestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês (versão colocada em consulta pública) e ponderados os resultados da Consulta Pública, garantindo-se, assim, que o Programa de Medidas incluirá o sentido das prioridades que venham a ser identificadas.

8. INSTRUMENTOS DE LINHAS DE FINANCIAMENTO

8.1. COMO SERÃO FINANCIADAS AS MEDIDAS E AS AÇÕES DEFINIDAS?

Para a concretização do Programa de Medidas preconizadas será determinante a capacidade de se reunirem as condições de financiamento necessárias, uma condição já facilitada pelo relevante contributo que a proposta do Plano de Cogestão do PNPG antecipa face aos grandes objetivos mundiais do desenvolvimento sustentável e agendas europeia, nacional e regional para o horizonte 2030, para além dos objetivos estratégicos definidos pela política nacional de conservação da natureza e da biodiversidade.

A proposta do Plano de Cogestão mobilizará instrumentos de natureza diversa e envolverá a mobilização de diferentes fontes de financiamento, nomeadamente:

- a) Receitas próprias do ICNF, I. P.;
- b) Receitas próprias das demais entidades representadas na comissão de cogestão;
- c) Receitas obtidas no âmbito das medidas e das ações de valorização e divulgação referentes à área protegida;
- d) Verbas disponibilizadas pelos municípios abrangidos pela área protegida;
- e) Receitas obtidas por via de mecenato ambiental;
- f) Contribuições de fundos de direito privado, nacionais ou estrangeiros;

g) Planos de investimento que tenham por objetivo a valorização do património cultural e natural do país, designadamente o Programa Valorizar, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 9/2016, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 208, de 28 de outubro, na sua redação atual;

h) Contribuições da União Europeia sujeitas a orientações fixadas pelas autoridades de gestão dos respetivos planos operacionais e aos regulamentos nacionais e da União Europeia, nomeadamente provenientes de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.

8.2. QUAL É A ESTRATÉGIA DE OBTENÇÃO DE FINANCIAMENTO?

Tal como foi referido anteriormente, a Comissão de Cogestão do PNPG considera importante estabelecer e reforçar as parcerias com as entidades cuja ação é relevante para a prossecução dos Objetivos Estratégicos do Plano de Cogestão, nomeadamente com as entidades que tutelam o turismo, a proteção e segurança, a cultura, a formação e o emprego, entre outras, no sentido de se articularem esforços na obtenção do financiamento necessário e conjugação de estratégias e projetos.

9. GOVERNANÇA E MONITORIZAÇÃO

9.1. GOVERNANÇA

A implementação da proposta do Plano de Cogestão do PNPG e supervisão da sua estratégia competem à Comissão de Cogestão do PNPG, num modelo de governação que assenta na corresponsabilização das várias entidades envolvidas e no compromisso interinstitucional firmado aquando da constituição da referida Comissão.

O trabalho de cogestão implica o reforço da coordenação e da articulação entre as diferentes entidades representadas na Comissão de Cogestão e restantes atores envolvidos na estratégia preconizada pelo Plano de Cogestão do PNPG. É este o desígnio de missão que todos assumem, no sentido de valorizar as pessoas, os recursos naturais e o património cultural, desenvolvendo o território do PNPG de forma sustentável.

O Plano de Cogestão (e de forma particular o Programa de Medidas a implementar) será, assim, acompanhado pela Comissão de Cogestão do PNPG e objeto de monitorização com a apresentação de um relatório anual de acompanhamento. O acompanhamento do sucesso da implementação das Medidas/ Ações da proposta do Plano de Cogestão do PNPG é garantido, sobretudo, através do seguimento dos indicadores de realização identificados para cada uma das intervenções programadas. A monitorização do plano é igualmente assegurada através dos Planos de Atividade e

Relatórios anuais da Comissão, que são também sujeitos a parecer prévio do Conselho Estratégico do PNPG.

9.2. INDICADORES DE REALIZAÇÃO

A Portaria n.º 67/2021, de 17 de março, define um conjunto mínimo obrigatório de indicadores de realização a integrar nos planos de cogestão das áreas protegidas, podendo cada plano adotar novos indicadores.

9.2.1. SERÃO ADOTADOS INDICADORES ADICIONAIS CONSIDERANDO A ESPECIFICIDADE TERRITORIAL?

A execução da proposta do Plano de Cogestão do PNPG contribuirá para dar resposta ao conjunto mínimo obrigatório de indicadores de realização previstos na Portaria n.º 67/2021, de 17 de março, bem como para outros indicadores acrescentados pela Comissão de Cogestão do PNPG, que foram considerados relevantes para monitorizar a prossecução dos objetivos estratégicos definidos neste Plano e que estão em consonância com os ODS, com a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030, com a Carta Europeia de Turismo Sustentável e com as estratégias Portugal e Norte 2030.

A tabela seguinte apresenta o conjunto dos indicadores adotados na proposta do Plano de Cogestão do PNPG, distinguindo a azul os indicadores de realização adicionados.

Tabela 21 - Indicadores de realização adotados

Temática	Indicadores de realização obrigatórios e outros indicadores adotados
Portas de Entrada	Porta(s) de entrada da AP, dotada(s) em permanência de meios de informação e sensibilização sobre valores naturais presentes. <i>Ações de valorização das Portas e estruturas similares</i>
Infraestruturas de lazer e visitação	Infraestruturas de lazer e visitação em bom estado de conservação (miradouros, parques de merenda, observatórios, passadiços, <i>centros de interpretação</i> , entre outras) <i>Outros: Infraestruturas e equipamentos de visitação com acessibilidade inclusiva</i>
Rotas e percursos interpretativos	Rotas e/ou percursos interpretativos operacionais na AP (pedestres, clicáveis, equestres, entre outras).
<i>Ações e materiais de divulgação e promoção da AP</i>	Materiais de divulgação da AP (mapa, vídeo, folhetos/ brochuras, <i>merchandising</i> , sítio de Internet, aplicação informática, entre outras). <i>Outros: Ações de comunicação e promoção da AP (planos de comunicação e marketing, participação ou organização de feiras, eventos, congressos e similares)</i>
Sinalização	Estruturas de sinalização da AP em bom estado de conservação (pórticos de entrada, placas informativas, mesas interpretativas, locais de interesse, entre outras).
Visitação	Visitantes contabilizados nas infraestruturas de apoio da AP, nacionais e estrangeiros. Visitantes da AP através de Empresas de Turismo de Natureza. Reclamações resolvidas (n.º reclamações resolvidas /n.º total de reclamações recebidas). <i>Outros: Ações de ordenamento, gestão e monitorização da visitação e de mitigação de impactos</i> <i>Outros: Ações de vigilância, segurança e resgate na montanha (planos e ações de prevenção da segurança, infraestruturas de apoio à segurança e resgate, ações de sensibilização e capacitação para a segurança, ações de vigilância, busca e resgate, entre outras)</i>
Natural.pt	Novos aderentes à marca Natural.pt Tipologias de novos produtos e serviços aderentes à marca Natural.pt
Novas atividades e produtos	Novas atividades e/ou produtos passíveis de atribuir valor aos recursos e valores naturais presentes na AP Ações de promoção e divulgação das atividades económicas desenvolvidas compatíveis com os valores naturais presentes na AP.
Inovação	Projetos de inovação (ambiental, tecnológica, económica e social) aplicados a valores naturais ou a práticas e produtos tradicionais desenvolvidos na AP
Educação, sensibilização ambiental	<i>Outros: Atividades de educação ambiental realizadas</i> <i>Outros: Participantes nas atividades de EA</i> Projetos educativos e académicos, focados nos valores naturais e culturais presentes na AP. <i>Outros: Ações de informação, sensibilização, formação e capacitação realizadas sobre valores naturais e culturais, boas práticas e sustentabilidade</i> Participantes em ações (informação, formação e sensibilização) sobre valores naturais e culturais presentes na AP, boas práticas para usufruto do território
Participação pública no processo de cogestão	Iniciativas de participação pública no âmbito da cogestão da AP (sessões de consulta e discussão pública, palestras, <i>workshops</i> , ações de voluntariado e <i>networking</i>) Participações efetivas em consultas públicas no âmbito da cogestão da AP. <i>Outros: Outras ações de participação e envolvimento para a sustentabilidade do território (CETS e outros)</i>
Avaliação do processo de cogestão	Entidades envolvidas nos projetos colaborativos na AP (incluindo promotores, empresas, centros de investigação, instituições de ensino e formação, ONGA e municípios). Envolvimento das entidades parceiras na cogestão da AP (n.º de iniciativas de participação pública em que cada entidade <i>parceira participou</i> / n.º total de iniciativas de participação pública) Financiamento do plano de cogestão da AP (financiamento existente/financiamento necessário). Execução de projetos e ações previstos no plano de cogestão da AP — execução física e financeira <i>Outros: Ações de capacitação da estrutura de apoio à cogestão</i>
<i>Outra - Ações de conservação e restauro do património</i>	<i>Outros: Ações de valorização, conservação e restauro do património natural</i> <i>Outros: Ações de valorização, recuperação e divulgação do património cultural</i>
<i>Outra - Promoção do conhecimento científico do património natural e cultural</i>	<i>Outros: Projetos de investigação e de promoção do conhecimento sobre valores naturais e culturais da AP (estudos, inventários, monitorização, infraestruturas de apoio à investigação e à promoção do conhecimento do património natural e cultural, entre outros)</i>
<i>Outra - Valorização do território e sustentabilidade</i>	<i>Outros: Ações que contribuem para a sustentabilidade do território com usos múltiplos (gestão das atividades agro-silvo-pastoris)</i> <i>Outros: Ações de valorização dos serviços de ecossistemas e de restauro ambiental/ paisagístico</i> <i>Outros: Ações de prevenção, combate e mitigação de fogos rurais</i> <i>Outros: Ações de qualificação das aldeias e promoção do desenvolvimento sustentável</i>

Figura 5 -Contributo da proposta do Plano de Cogestão do PNPG para os indicadores de realização (Portaria n.º 67/2021, de 17 de março)

9.2.2. QUAIS OS RESULTADOS OBTIDOS NA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA PARA OS INDICADORES DE REALIZAÇÃO OBRIGATÓRIOS? E QUAIS AS METAS PARA OS INDICADORES DE REALIZAÇÃO ADOTADOS?

Para avaliar o sucesso da implementação do Programa de Medidas/ Ações da proposta do Plano de Cogestão do PNPG, foi desenvolvido o quadro de referência da situação atual relativamente aos indicadores de realização obrigatórios que foram estipulados pela Portaria n.º 67/2021, de 17 de março. Esta situação de referência, que a seguir se apresenta, constitui o ano zero da execução da proposta do Plano de Cogestão do PNPG, permitindo acompanhar a evolução dos resultados dos indicadores ao longo dos cinco anos de implementação.

As metas a atingir com a execução das medidas e ações da proposta do Plano de Cogestão do PNPG serão objeto de quantificação quando for consolidado o Programa de Medidas, o que acontecerá após o processo de consulta pública e a realização das sessões públicas participativas de auscultação dos atores-chave do PNPG. As metas propostas para os indicadores estarão refletidas nas Fichas de Projeto, com a descrição das medidas e ações a executar, cujo modelo foi anteriormente apresentado.

Tabela 22 - Situação de referência dos indicadores de realização obrigatórios - PORTAS DE ENTRADA

Temática	Cód. Indicador	Indicadores	SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA - 2021			Entidade gestora/ responsável	
			Unid. de medida	Quant.	Especificação - listar de forma nominal		
Portas de entrada	1	Porta(s) de entrada da AP, dotada(s) em permanência de meios de informação e sensibilização sobre					
		Portas em funcionamento	N.º	1	Porta de Lamas de Mouro	CM Melgaço	
			N.º	1	Porta do Mezio	CM Arcos de Valdevez / ARDAL	
			N.º	1	Porta do Lindoso	CM Ponte da Barca	
			N.º	1	Porta do Campo do Gerês	CM Terras de Bouro	
		Ações de valorização nas Portas do PNPG	N.º	1	Porta de Montalegre (localização fora dos limites do PNPG)	CM Montalegre	
			N.º	1	Parque Biológico da Porta do Mezio	CM Arcos de Valdevez / ARDAL	
			N.º	1	Parque de observação de estrelas da Porta do Mezio	CM Arcos de Valdevez / ARDAL	
			N.º	1	Centro Interpretativo do Garrano, na Porta do Mezio	CM Arcos de Valdevez / ARDAL	
			N.º	1	Centro Interpretativo do Lobo-ibérico, na Porta do Mezio	CM Arcos de Valdevez / ARDAL	
			N.º	1	Parque Aventura da Porta do Mezio	CM Arcos de Valdevez / ARDAL	
			N.º	1	Espaço interpretativo dos valores naturais do PNPG, na Porta do Mezio	CM Arcos de Valdevez / ARDAL	
		N.º	1	Centro Interpretativo da área arqueológica Mezio-Gião, na Porta do Mezio	CM Arcos de Valdevez / ARDAL		

Tabela 23 - Situação de referência dos indicadores de realização obrigatórios - INFRAESTRUTURAS DE LAZER E VISITAÇÃO

Temática	Cód. Indicador	Indicadores	SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA - 2021		Observações	Entidade gestora/ responsável	
			Unid. de medida	Quant. Especificação - listar de forma nominal			
Infraestruturas de lazer e visitação	2	Infraestruturas de lazer e visitação em bom estado de conservação (miradouros, parques de merenda, observatórios, passadiços, entre outras).					
		Centros de interpretação/ educação ambiental não contabilizados como Portas	N.º	1	Centro de Educação Ambiental do Vidoeiro		ICNF
			N.º	1	Ecomuseu de Barroso - Espaço Padre Fontes	Localização fora do PNPg	CM Montalegre
			N.º	1	Pólo de Tourém do Ecomuseu de Barroso (Centro de interpretação de avifauna)		CM Montalegre
			N.º	1	Centro Interpretativo do Planalto da Mourela	Atualmente encerrado	CM Montalegre/ ADERE-PG
		Postos de Turismo/ Lojas de Turismo			Centro de Informação GeoValdevez		Confraria da Peneda
			N.º	1	Posto de Turismo/ Biblioteca de Castro Laboreiro		CM Melgaço
			N.º	1	Posto de Turismo da Peneda		Confraria da Peneda
			N.º	1	Posto de Turismo do Soajo		JF Soajo
			N.º	1	Posto de Turismo do Gerês		CM Terras de Bouro
			N.º	1	Posto de Turismo de Rio Caldo		CM Terras de Bouro
			N.º	1	Posto de Turismo da Ermida (Vilar da Veiga)	não tem horário regular	ATACE (Associação de Turismo de Aldeia Comunitária da Ermida)
		Museus e estruturas similares	N.º	1	Núcleo Museológico de Castro Laboreiro		CM Melgaço
			N.º	1	Núcleo Museológico da Ermida (Ponte da Barca)		ICNF
			N.º	1	Castelo do Lindoso		CM Ponte da Barca
			N.º	1	Museu Etnográfico de Vilarinho da Furna		CM Terras de Bouro
			N.º	1	Museu da Geira		CM Terras de Bouro
			N.º	1	Pólo de Fafão do Ecomuseu de Barroso		CM Montalegre
			N.º	1	Pólo de Pitões das Júnias do Ecomuseu de Barroso		CM Montalegre
		Passadiços	N.º	1	Centro Interpretativo da área arqueológica Mezio-Gilão, na Porta do Mezio		ARDAL
			N.º	1	Passadiços do Miradouro da Cascata de Pitões		JF Pitões das Júnias
		Miradouros	km	0,5			
			N.º	1	Miradouro de Castro Laboreiro	sem leitor de paisagem	CM Melgaço
			N.º	1	Miradouro da Porta do Mezio	com leitor de paisagem	ARDAL
			N.º	1	Miradouro do Parque Biológico da Porta do Mezio	com leitor de paisagem	ARDAL
			N.º	1	Miradouro de Tibo	com leitor de paisagem	CM Arcos de Valdevez
			N.º	1	Miradouro do Coto Velho	com leitor de paisagem	CM Arcos de Valdevez
			N.º	1	Miradouro de Paradela (AV)	sem leitor de paisagem	CM Arcos de Valdevez
			N.º	1	Miradouro da Ermida	sem leitor de paisagem	CM Ponte da Barca
			N.º	1	Miradouro da Junceda	sem leitor de paisagem	ICNF/ CM Terras de Bouro
			N.º	1	Miradouro da Boneca	sem leitor de paisagem	ICNF/ CM Terras de Bouro
			N.º	1	Miradouro do Mirante Velho	sem leitor de paisagem	ICNF/ CM Terras de Bouro
			N.º	1	Miradouro do Mirante Novo	sem leitor de paisagem	ICNF/ CM Terras de Bouro
			N.º	1	Miradouro da Fraga Negra	sem leitor de paisagem	ICNF/ CM Terras de Bouro
			N.º	1	Miradouro da Preguiça	sem leitor de paisagem	ICNF/ CM Terras de Bouro
			N.º	1	Miradouro da Pedra Bela	sem leitor de paisagem	ICNF/ CM Terras de Bouro
			N.º	1	Miradouro da Roca	sem leitor de paisagem	Baldios da Ermida
			N.º	1	Miradouro das Cilhas 1	sem leitor de paisagem	Baldios da Ermida
			N.º	1	Miradouro das Cilhas 2	sem leitor de paisagem	Baldios da Ermida
			N.º	1	Miradouro da Vela	sem leitor de paisagem	Baldios da Ermida
			Observatórios	N.º	1	Miradouro de Fafão	sem leitor de paisagem
		N.º		1	Miradouro de Xertelo	sem leitor de paisagem	JF Cabril/ Baldio
		N.º		1	Miradouro de Parada (Outeiro)	sem leitor de paisagem	ICNF/ CM Montalegre
		N.º		1	Miradouro da Cascata de Pitões	sem leitor de paisagem	ICNF/ CM Montalegre
		N.º		1	Observatório de aves de Lamas de Moura	sem conteúdos informativos	CM Melgaço
		N.º		1	Observatório de aves do Mezio	com conteúdos informativos	CM Arcos de Valdevez
		N.º		1	Observatório da Turfeira da Lameira dos Carvalho	com conteúdos informativos	CM Arcos de Valdevez
		Outros locais de observação e interpretação da natureza (com informação de apoio no local)	N.º	1	Observatório da Turfeira do Poço das Rãs	com conteúdos informativos	ADERE-PG
			N.º	5	Astrospt S. Bento do Cando, Lordelo, Tibo, Paradela e Travanca		ARDAL
				N.º	Marcos informativos de geodiversidade (GeoValdevez)		CM Arcos de Valdevez

Temática	Cód. Indicador	Indicadores	SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA - 2021		Observações	Entidade gestora/ responsável	
			Unid. de medida	Quant. Especificação - listar de forma nominal			
Infraestruturas de lazer e visitação	2	Infraestruturas de lazer e visitação em bom estado de conservação (miradouros, parques de merenda, observatórios, passadiços, entre outras).					
		Parques de merendas	N.º	1	Área de merendas das Veigas		ICNF/ Municípios/ JF
			N.º	1	Área de merendas de Lamas de Mouro (junto ao rio)		ICNF/ Municípios/ JF
			N.º	1	Área de merendas de Lamas de Mouro (junto ao Parque de Campismo)		ICNF/ Municípios/ JF
			N.º	1	Área de merendas do Mezio		ARDAL
			N.º	1	Área de merendas do Sr. Da Paz		ICNF/ Municípios/ JF
			N.º	1	Área de merendas da Peneda		Confraria da Peneda
			N.º	1	Área de merendas das Ínsuas		JF Soajo
			N.º	1	Área de merendas da Madalena		ICNF/ Municípios/ JF
			N.º	1	Área de merendas da Curjeira		ICNF/ Municípios/ JF
			N.º	1	Área de merendas da Fonte da Lata		ICNF/ Municípios/ JF
			N.º	1	Área de merendas da Penha		ICNF/ Municípios/ JF
			N.º	1	Área de merendas do Vidoeiro		ICNF/ Municípios/ JF
			N.º	1	Área de merendas da Pedra Bela		ICNF/ Municípios/ JF
			N.º	1	Área de merendas de Chelo		ICNF/ Municípios/ JF
			N.º	1	Área de merendas Chã do Arado		ICNF/ Municípios/ JF
			N.º	1	Área de merendas de S. Bento		ICNF/ Municípios/ JF
			N.º	1	Área de merendas de Campo do Gerês (Porta)		ICNF/ Municípios/ JF
			N.º	1	Área de merendas do Carvalhal (Pinçães)		ICNF/ Municípios/ JF
			N.º	1	Área de merendas da Barca		ICNF/ Municípios/ JF
			N.º	1	Área de merendas da Senhora das Neves		ICNF/ Municípios/ JF
			N.º	1	Área de merendas de Pitões das Júnias		ICNF/ Municípios/ JF
			N.º	1	Área de merendas da Encruzilhada		ICNF/ Municípios/ JF
			N.º	1	Área de merendas Além Rio (Outeiro)		ICNF/ Municípios/ JF
			N.º	1	Área de merendas de Fafão		ICNF/ Municípios/ JF
			N.º	1	Área de merendas da Batoca		ICNF/ Municípios/ JF
		Vias de escalada equipadas e autorizadas	N.º	1	Zona de Escalada da Fraga da Meadilha		
			N.º	1	Bico de Patelo		
			N.º	1	Penedo de Cabeças		
			N.º	1	Fraga do Suadouro		
			N.º	1	Cruzeiro		
			N.º	1	Fraga do Tonel		
			N.º	1	Fraga do Meio Dia		
			N.º	1	Crestelo		
			N.º	1	Roca do Touro		
			N.º	1	Pé de Cabril		
		Vias de canyoning equipadas e autorizadas	N.º	1	Nédia/Fraga das Pastorinhas		
			N.º	1	Rio Castro Laboreiro, a montante do troço internacional		
			N.º	1	Afluente do rio Castro Laboreiro, da Varziela até ao rio Castro Laboreiro		
			N.º	1	Rio Adrão, troço a partir do lugar de Adrão até à ponte sobre a estrada Soajo – Cunhas		
			N.º	1	Ribeiro de Carcerelha, no troço a jusante da ponte da Ermida		
			N.º	1	Rio Germil, troço coincidente com limite do Parque, a sudoeste da casa de Penadão		
			N.º	1	Rio Gerês, num pequeno troço com início a sul do Trilho da Preguiça até à ponte de Secelo		
			N.º	1	Rio do Arado, com início a 1500 metros a montante da cascata do Arado até à ponte de Vargas		
			N.º	1	Rio do Conho, no troço compreendido entre a ponte de Servas e a ponte da Pigarreira		
			N.º	1	Rio de Fafão, no troço a jusante da Pigarreira		
		Ancoradouros	N.º	1	Rio Cabril, a jusante da ponte das Lages dos Infernos		
			N.º	1	Cascata de Cela Cavalos		
		Marinas	N.º	1	Entre Ambos-os-Rios		CM Ponte da Barca
		Praias fluviais classificadas	N.º	1	Marina de Rio Caldo		CM Terras de Bouro
		Locais públicos de apoio ao autocaravanismo	N.º	1	Parque de Autocaravanismo do Soajo		CM Arcos de Valdevez/ JF Soajo
		Parques de campismo e caravanismo	N.º	1	Travanca		Gestão privada
			N.º	1	Lamas de Mouro		Gestão privada
			N.º	1	Cabril		Privado
			N.º	1	Entre Ambos-os-rios		Gestão privada
			N.º	1	Vidoeiro		Gestão privada
			N.º	1	Cerdeira		Privado
			N.º	1	Ermida		Privado
			N.º	1	Rio Caldo		Privado
			N.º	1	Ponte Saltos		Privado
			N.º	1	Quinta dos Moinhos		Privado

Tabela 24 - Situação de referência dos indicadores de realização obrigatórios - MATERIAL DE DIVULGAÇÃO

Temática	Cód. Indicador	Indicadores	SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA - 2021			Entidade gestora/responsável
			Unid. de medida	Quant.	Especificação - listar de forma nominal	
Materiais de divulgação	3	Materiais de divulgação da AP (mapa, vídeo, folhetos/brochuras, merchandising, sítio de Internet, aplicação informática, entre outras).				
		Sites	N.º	1	ICNF - PNPG	www.icnf.pt
				1	Natural.pt	www.natural.pt
			N.º	1	ADERE-PG	www.adere-pg.pt
			N.º	1	GR50 Grande Rota Peneda-Gerês	www.walkingpenedageres.pt
				1	Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés	www.reservabiosferageresxures.eu/pt
		Aplicações e plataformas mobile	N.º	1	APP GR50 Grande Rota Peneda-Gerês	da ADERE-PG
			N.º	1	APP MobileTrails (Trilhos PDA PNPG)	da ADERE-PG
				1	APP Natural PT Trails	do ICNF
		Mapas	N.º	1	Mapa PNPG (vs. PT e EN)	do ICNF
			N.º	1	Mapa Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés (RBTGX)	ERT Porto e Norte
			N.º	1	Mapa do Parque Nacional da Peneda-Gerês - AdventureMaps	AdventureMaps
			N.º	1	Mapa "Minho - Caminhos para descobrir": rotas cycling & walking (vs. PT, EN, FR e ES)	ADERE-PG
		Brochuras e folhetos	N.º	1	Brochura Portas PNPG	ADERE-PG
			N.º	1	Brochura PNPG - formato digital (vs. português)	ICNF
					Brochuras temáticas: pat. Natural:	ICNF
			N.º	1	Fichas Temáticas - Pat. Natural - Fauna: Répteis I. Cágados, lagartos e afins	ICNF
			N.º	1	Fichas Temáticas - Pat. Natural - Fauna: Répteis II. Serpentes	ICNF
			N.º	1	Fichas Temáticas - Pat. Natural - Fauna: Répteis III. Víboras	ICNF
			N.º	1	Lírio-do-Gerês, Narciso-de-trombeta, Betónica-bastarda - Conservação (ON)	ICNF
			N.º	1	Fichas Temáticas - Pat. Natural - Ecossistemas: Matos (ON)	ICNF
			N.º	1	Fichas Temáticas - Pat. Natural - Fauna: Anfíbios I. Salamandras e Tritões	ICNF
			N.º	1	Fichas Temáticas - Pat. Natural - Fauna: Anfíbios II. Rãs e Sapos	ICNF
			N.º	1	Fichas Temáticas - Pat. Natural - Ecossistemas: Bosques Caducifólios	ICNF
			N.º	1	Fichas Temáticas - Pat. Natural - Ecossistemas: Turfeiras	ICNF
			N.º	1	Fichas Temáticas - Pat. Natural - Fauna: Cabra-Montesa (ON)	ICNF
			N.º	1	Fichas Temáticas - Pat. Natural - Fauna: O Corço (ON)	ICNF
			N.º	1	Fichas Temáticas - Pat. Natural - Fauna: Avifauna do Meio Rochoso	ICNF
			N.º	1	Jardim de Plantas Medicinais e Aromáticas (ON)	ICNF
			N.º	1	Fichas Temáticas - Pat. Natural - Fauna: Avifauna do Meio Arbustivo	ICNF
			N.º	1	Fichas Temáticas - Pat. Natural - Ecossistemas: Lameiros e Prados de Feno (ON)	ICNF
			N.º	1	Fichas Temáticas - Pat. Natural - Fauna: Mamíferos: Roedores e Insectívoros (ON)	ICNF
			N.º	1	Fichas Temáticas - Pat. Natural - Fauna: Mamíferos: Carnívoros (ON)	ICNF
			N.º	1	Fichas Temáticas - Pat. Natural - Fauna: Avifauna do Meio Florestal II - Conif. e Matas Mistas (ON)	ICNF
			N.º	1	Fichas Temáticas - Pat. Natural - Fauna: Avifauna do Meio Florestal I - Carvalhal (ON)	ICNF
			N.º	1	Fichas Temáticas - Pat. Natural - Fauna: Peixes (ON)	ICNF
			N.º	1	Fichas Temáticas - Pat. Natural - Fauna: Avifauna do Meio Aquático e Ribeirinho (ON)	ICNF
			N.º	1	Fichas Temáticas - Pat. Natural - Fauna: Avifauna do Meio Rural (ON)	ICNF
					Brochuras temáticas: pat. Cultural:	ICNF
			N.º	1	Fichas Temáticas - Pat. Cultural: Pontes (ON)	ICNF
			N.º	1	Fichas Temáticas - Pat. Cultural: Geira, Via Romana (ON)	ICNF
			N.º	1	Mata de Albergaria - Um carvalhal único	ICNF
			N.º	1	Brochura "Minho - Caminhos para descobrir" (vs. PT, EN, FR e ES)	ADERE-PG
			N.º	1	GR50 - Guia de boas práticas	ADERE-PG
			N.º	1	Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés (vsPT, ES e EN)	ERT Porto e Norte

Temática	Cód. Indicador	Indicadores	SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA - 2021			Entidade gestora/ responsável
			Unid. de medida	Quant.	Especificação - listar de forma nominal	
Materiais de divulgação	3	Materiais de divulgação da AP (mapa, vídeo, folhetos/brochuras, merchandising, sítio de Internet, aplicação informática, entre outras).				
		Topoguias/ folhetos de percursos pedestres	N.º	1	Mapa GR50 Grande Rota Peneda-Gerês	ADERE-PG
			N.º	1	Trilho das Silhas dos Ursos (vs.port.)	ICNF
			N.º	1	Trilho da Preguiça. Ecologia do Carvalhal (vs. port)	ICNF
			N.º	1	Trilho das Silhas dos Ursos (vs.ingl.)	Esgotado; ICNF
			N.º	1	Trilho da Preguiça. Ecologia do Carvalhal (vs. ingl)	Esgotado; ICNF
			N.º	1	Informação da rede de trilhos do ICNF, I.P. disponível online com possibilidade de download do topografia e tracks (https://natural.pt/protected-areas/parque-nacional-peneda-geres/pathways?locale=pt)	ICNF
			N.º	1	Informação da rede de trilhos de Melgaço disponível online com possibilidade de download do topografia e tracks (https://www.cm-melgaco.pt/visitar/conheca-melhor/turismo-de-natureza/trilhos/)	CM Melgaço
			N.º	1	Informação da rede de trilhos de Arcos de Valdevez disponível online com possibilidade de download do topografia e tracks (trilhos.arcosdevaldevez.pt)	CM Arcos de Valdevez
			N.º	1	Informação da rede de trilhos de Ponte da Barca disponível online com possibilidade de download do topografia (https://www.cmpb.pt/ver.php?cod=OD1COA)	CM Ponte da Barca
			N.º	1	Informação da rede de trilhos de Terras de Bouro disponível online com possibilidade de download do topografia e tracks (https://turismo.cm-terrasdebouro.pt/listing-category/aventura/trilhos-pedestres/)	CM Terras de Bouro
			N.º	1	Informação da rede de trilhos de Montalegre disponível online com possibilidade de download do topografia (https://www.cm-montalegre.pt/pages/407)	CM Montalegre
		Vídeos específicos sobre o PNPG	N.º	1	Vídeo PNPG e Portas PNPG	ADERE-PG
			N.º	1	Vídeo RBTGX	
			N.º	1	Vídeo From the mountain to the sea (MinhoIN)	ADERE-PG
			N.º	1	Portugal, Património Natural (digital)	ICNF
			N.º	1	5 Reinos Parque Nacional da Peneda-Gerês (digital)	Trabalho escolar
		Livros sobre o PNPG	N.º	1	Planalto da Moura	ADERE-PG
			N.º	1	50 Anos do PNPG (a reeditar)	ICNF
			N.º	1	Iniciação ao Estudo dos Micromamíferos	ICNF
			N.º	1	Águia-Real, Um Mistério na Serra Amarela (of)	ICNF
			N.º	1	Passa-se Algo no Gerês (BD)	ICNF
			N.º	1	Regressos	ICNF
			N.º	1	Via XVIII do Itinerário de Antonino na Serra do Gerês-Xurés (A)	ICNF
			N.º	1	Comportamento Territorial e Reprodutor das Libélulas	ICNF
			N.º	1	Carta Geológica do Parque Nacional da Peneda-Gerês	ICNF
			N.º	1	Lindoso – o castelo e a região	ICNF
			N.º	1	Castro Laboreiro – Povoamento e Organização de um Território Serrano	ICNF
			N.º	1	Alguns Vertebrados do Parque Nacional da Peneda-Gerês	ICNF
			N.º	1	Atlas das Aves do PNPG	ICNF
			N.º	1	Rato do Campo (O)	ICNF
			N.º	1	Magistrados e a Protecção do Património Natural e Cultural (Os)	ICNF
			N.º	1	Contribuição para o conhecimento da Lepidoptero fauna do PN - família Noctuidae	ICNF
			N.º	1	Contribuição para o conhecimento da Lepidoptero fauna do PN - família Geometridae	ICNF
			N.º	1	Brandas e Inverneiras - Particularidades do Sistema agro-pastoril	ICNF; a esgotar
			N.º	1	Viver no PNPG	ADERE-PG
		Merchandising específico do PNPG	N.º	1	Autocolante PNPG	ICNF
			N.º	1	Cartaz "Águia Real"	
			N.º		Merchandising Porta do Mezio (t-shirt, canecas, lápis, esferográfica, régua, bloco de notas, boné e chapéu, postais, mochila, himen, porta-chaves...)	ARDAL
		CD-Rom	N.º	1	Os Cinco +	ICNF

Tabela 25 - Situação de referência dos indicadores de realização obrigatórios - ROTAS E PERCursos
INTERPRETATIVOS

Temática	Cód. Indicador	Indicadores	SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA - 2021					
			Unid. de medida	Quant.	Especificação - listar de forma nominal	km	Estado de conservação	Entidade gestora/responsável
Rotas e percursos interpretativos	4	Rotas e/ou percursos interpretativos operacionais na AP (pedestres, clicáveis, equestres, entre outras).						
		Percursos GR (grande rota) pedestres sinalizados	N.º	1	GR50 - Grande Rota Peneda-Gerês	190	em bom estado de conservação (exceto etapa apresenta alguns problemas de manutenção)	ADERE-PG
			N.º	1	Travessia Peneda-Soajo	77	apresenta alguns problemas de manutenção	CM Arcos de Valdevez
			N.º	1	Percorso Interpretativo da Serra Amarela (GR34)	35	apresenta alguns problemas de manutenção	CM Ponte da Barca e CM Terras de Bouro
		Percursos PR (pequena rota) pedestres sinalizados	N.º	1	Trilho do Megalitismo (Castro Laboreiro)	13,1		CM Melgaço
			N.º	1	Trilho de Tourém	3	razoável	ADERE-PG
			N.º	1	Trilho do Contrabando	10,7	em bom estado de conservação	CM Arcos de Valdevez
			N.º	1	PR1 - Trilho da Calcedónia	7	em bom estado de conservação	CM Terras de Bouro
			N.º	1	PR3 - Trilho dos Currais	10	em bom estado de conservação	CM Terras de Bouro
			N.º	1	PR5 - Trilho da Águia do Sarilhão	9	em bom estado de conservação	CM Terras de Bouro
			N.º	1	PR6 - Trilho dos Miradouros	11	em bom estado de conservação	CM Terras de Bouro
			N.º	1	PR7 - Trilho de S. Bento	15	em bom estado de conservação	CM Terras de Bouro
			N.º	1	PR9 - Trilho da Geira	10	em bom estado de conservação	CM Terras de Bouro
			N.º	1	PR10 - Trilho da Preguiça	5	razoável	ICNF, I.P.
			N.º	1	PR11 - Trilho das Silhas dos Ursos	5	razoável	ICNF, I.P.
			N.º	1	PR14 - Trilho do Sobreiral da Ermida	13,3	em bom estado de conservação	ATACE (Associação de Turismo de Aldeia Comunitária da Ermida)
			N.º	1	Trilho de Lamas de Mouro	4,5	em bom estado de conservação	CM Melgaço
			N.º	1	Trilho Interpretativo de Castro Laboreiro	5,8	em bom estado de conservação	CM Melgaço
			N.º	1	Trilho Castrejo	16,8	em bom estado de conservação	CM Melgaço
			N.º	1	Trilho Curro da Velha	7,1	em bom estado de conservação	CM Melgaço
			N.º	1	Trilho do Mezio	2,3	em bom estado de conservação	CM Arcos de Valdevez
			N.º	1	Trilho da Peneda	10	em bom estado de conservação	ADERE-PG
			N.º	1	Trilho Pertinho do Céu	7,8	razoável	ADERE-PG
			N.º	1	Trilho das Brandas da Gavieira	9,3	razoável	ADERE-PG
			N.º	1	Trilho do Ramil	401	em bom estado de conservação	CM Arcos de Valdevez
			N.º	1	Trilho do Contrabando	10,7	em bom estado de conservação	CM Arcos de Valdevez
			N.º	1	Trilho Caminhos do Pão e Caminhos da Fé (longo)	5,3	em bom estado de conservação	CM Arcos de Valdevez
			N.º	1	Trilho Caminhos do Pão e Caminhos da Fé (curto)	4,9	em bom estado de conservação	CM Arcos de Valdevez
			N.º	1	Trilho da Mistura das Águas	12,7	em bom estado de conservação	CM Arcos de Valdevez
			N.º	1	Trilho Romeiros da Peneda - Rota do Soajo	15	em bom estado de conservação	CM Arcos de Valdevez
			N.º	1	Trilho Romeiros da Peneda - Rota de Sistelo	18,4	em bom estado de conservação	CM Arcos de Valdevez
			N.º	1	Trilho Romeiros da Peneda - Rota dos Bicos	18,3	em bom estado de conservação	CM Arcos de Valdevez
			N.º	1	Trilho Rota de Montanha entre Fojos (mariolas)	17,2	em bom estado de conservação	CM Arcos de Valdevez
			N.º	1	Trilho da Floresta	2,3	em bom estado de conservação	CM Arcos de Valdevez
			N.º	1	Trilho do Fojo da Cabrita	11,7	em bom estado de conservação	CM Arcos de Valdevez
			N.º	1	Trilho do Ramiscal	7,5	em bom estado de conservação	CM Arcos de Valdevez
			N.º	1	Trilho do Penedo do Encanto e Moinhos de Parada	7,5	em bom estado de conservação	CM Ponte da Barca
			N.º	1	Trilho do Megalitismo de Britelo	6,8	em bom estado de conservação	CM Ponte da Barca

Temática	Cód. Indicador	Indicadores	SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA - 2021					
			Unid. de medida	Quant.	Especificação - listar de forma nominal	km	Estado de conservação	Entidade gestora/ responsável
Rotas e percursos interpretativos	4	Rotas e/ou percursos interpretativos operacionais na AP (pedestres, cicláveis, equestres, entre outras).						
		Percursos PR (pequena rota) pedestres sinalizados	N.º	1	Trilho Entre Ambos-os-rios - Ermida	14,8	em bom estado de conservação	CM Ponte da Barca
			N.º	1	Trilho de Germil	6	em bom estado de conservação	CM Ponte da Barca
			N.º	1	Trilho da Pão, Azeite e Miradouros de Fafão	12	em bom estado de conservação	Ecomuseu de Barroso
			N.º	1	Trilho do Rio	21,8	em bom estado de conservação	Ecomuseu de Barroso
			N.º	1	Trilho do Fojo da Portela da Fairra	8	em bom estado de conservação	ICNF, I.P.
			N.º	1	Trilho dos Poços Verdes do Sabroso	10,3	em bom estado de conservação	Ecomuseu de Barroso
			N.º	1	Trilho de Pitões das Júnias	3,5	razoável	ICNF, I.P.
			N.º	1	Trilho do Bosque das Fadas	2	em bom estado de conservação	Junta de Freguesia de Pitões das Júnias
			N.º	1	Trilho do Centro Interpretativo do Planalto da Mourela	6,8	em bom estado de conservação	Junta de Freguesia de Pitões das Júnias
			N.º	1	Trilho do Fojo do Lobo e das Choupanas dos Pastores	10,8	em bom estado de conservação	Junta de Freguesia de Pitões das Júnias
			N.º	1	Trilho do Contrabando	11	em bom estado de conservação	Ecomuseu de Barroso
			N.º	1	Trilho de Tourém (Trilho da Costa)	3	em bom estado de conservação	ADERE-PG
			N.º	1	Trilho do Rio Laboreiro	14	em bom estado de conservação	CM Melgaço
			N.º	1	Trilho das Inverneiras	10	em bom estado de conservação	CM Melgaço
			N.º	1	Trilho Lamas de Mouro - Dorna	12	em bom estado de conservação	CM Melgaço
		Rotas e percursos cicláveis marcados/sinalizados	N.º	1	Centro de BTT Melgaço - Percorso 1 - Verde	4,25	em bom estado de conservação	CM Melgaço
			N.º	1	Centro de BTT Melgaço - Percorso 2 - Azul	29,8	em bom estado de conservação	CM Melgaço
			N.º	1	Centro de BTT Melgaço - Percorso 3 - Vermelho	34,2	em bom estado de conservação	CM Melgaço
			N.º	1	Centro de BTT Melgaço - Percorso 4 - Preto	47,7	em bom estado de conservação	CM Melgaço
			N.º	1	Centro de BTT Melgaço - Percorso 5 - Preto	61,5	em bom estado de conservação	CM Melgaço
		Percursos equestres marcados/sinalizados	N.º					
		Ecovias marcadas/ sinalizadas	N.º					
		Percursos inclusivos/ acessíveis	N.º					

Tabela 26 - Situação de referência dos indicadores de realização obrigatórios - SINALIZAÇÃO

Temática	Cód. Indicador	Indicadores	SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA - 2021			
			Unid. de medida	Quant.	Especificação - listar de forma nominal	Entidade gestora
Sinalização	5	Estruturas de sinalização da AP em bom estado de conservação (pórticos de entrada, placas informativas, mesas interpretativas, locais de interesse, entre outras).				
		Pórticos de entrada no PNPG	N.º	1	Pórtico de entrada Porta do Mezio	CM Arcos de Valdevez
		Telheiros/ Painei ICNF com mapa PNPG	N.º	1	Mezio	ICNF
			N.º	1	Tourém	ICNF
			N.º	1	Outeiro (ponte sobre o rio Cávado)	ICNF
			N.º	1	Entre Ambos-os-Rios	ICNF
			N.º	1	Outeiro (Barragem de Paradelas)	ICNF
			N.º	1	Cabril (Central de Vila Nova)	ICNF
			N.º	1	Lindoso (fronteira da Madalena)	ICNF
			N.º	1	Cabril (Barragem de Salamonde)	ICNF
			N.º	1	Sezelhe (ponte sobre ribeiro de Lama Chã)	ICNF
			N.º	1	Campo do Gerês (fronteira da Portela do Homem)	ICNF
		Painei ICNF de boas vindas	N.º	1	Covide	ICNF
			N.º	1	Cabril - Barragem de Salamonde (lateral à EM)	ICNF
			N.º	1	Cabril - Central de Vila Nova	ICNF
			N.º	1	Sezelhe (lateral à EN308)	ICNF
		Painei ICNF com informação geral	N.º	1	Paredes (lateral à EN 308) (Cançada (Alqueirão))	ICNF
			N.º	1	Delegação de Arcos de Valdevez	ICNF
			N.º	1	Parque de Campismo de Travanca	ICNF
			N.º	1	Cabreiro	ICNF
			N.º	1	Batateiro	ICNF
			N.º	1	Braga	ICNF
			N.º	1	Fronteira da Ameijoeira Castro	ICNF
			N.º	1	Porta de Lamas de Mouro (não é localização original)	ICNF
			N.º	1	Parque de Campismo de Lamas	ICNF
			N.º	1	Delegação de Montalegre	ICNF
			N.º	1	Parque de Campismo de Entre Ambos-os-Rios	ICNF
			N.º	1	Parque de Campismo de Outeiro Alto/Cabril	ICNF
		Painei ICNF com informação específica	N.º	1	Parque de Campismo de Cerdeira	ICNF
			N.º	1	Parque de Campismo do Vidoeiro	ICNF
			N.º	1	Santuário de N.º Sr.ª da Peneda	ICNF
		Paineis Áreas de Merenda	N.º	1	Pitões das Júnias	ICNF
			N.º	1	Lindoso	ICNF
			N.º	1	Porta de Lamas de Mouro	ICNF
			N.º	1	Barca	ICNF
			N.º	1	Sra. das Neves	ICNF
			N.º	1	Batoca	ICNF
			N.º	1	Carvalhal	ICNF
			N.º	1	Pitões das Júnias	ICNF
			N.º	1	Encruzilhadas	ICNF
			N.º	1	Fonte da Lapa	ICNF
			N.º	1	Curjeiras	ICNF
			N.º	1	Madalena	ICNF

Temática	Cód. Indicador	Indicadores	SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA - 2021			Entidade gestora
			Unid. de medida	Quant.	Especificação - listar de forma nominal	
Sinalização	5	Estruturas de sinalização da AP em bom estado de conservação (pórticos de entrada, placas informativas, mesas interpretativas, locais de interesse, entre outras).				
		Placas ICNF Areas de Ambiente Natural/ Áreas de Proteção	N.º	1	Batateiro	ICNF
			N.º	1	Planalto de Castro Laboreiro - Portelinha	ICNF
			N.º	1	Planalto de Castro Laboreiro - Portos	ICNF
			N.º	1	Travanca	ICNF
			N.º	1	Acesso Xertelo - lagoas do rio Cabril	ICNF
			N.º	1	Pitões das Júnias - Beredo	ICNF
			N.º	1	Leonte	ICNF
			N.º	1	Portela do Homem	ICNF
			N.º	1	Bouça da Mó	ICNF
			N.º	1	Arado	ICNF
			N.º	1	Peneda (sinalética antiga)	ICNF
			N.º	1	Estrada para o Muro (sinalética antiga)	ICNF
			N.º	1	Gondoriz (APT)	ICNF
			N.º	2	Cabril (APT)	ICNF
			N.º	1	Lindoso (APT)	ICNF
			N.º	15	Campo do Gerês (APT)	ICNF
		Pórticos Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés	N.º	2	Pórticos da RBTGX no concelho de Melgaço	CM Melgaço
			N.º	2	Pórticos da RBTGX no concelho de Arcos de Valdevez	CM Arcos de Valdevez
			N.º	2	Pórticos da RBTGX no concelho de Ponte da Barca	CM Ponte da Barca
			N.º	2	Pórticos da RBTGX no concelho de Terras de Bouro	CM Montalegre
			N.º	2	Pórticos da RBTGX no concelho de Montalegre	
		Mesas interpretativas/ Leitores de paisagem	N.º	1	Miradouro de Castro Laboreiro	CM Melgaço
			N.º	1	Miradouro de Tíbo	CM Arcos de Valdevez
			N.º	1	Miradouro do Coto Velho	CM Arcos de Valdevez
		Placas ICNF de identificação de estruturas e outros pontos de visitação	N.º	1	Complexo Hidraulico de Paredes do Rio	ICNF
			N.º	1	Núcleo Museológico da Ermida	ICNF
			N.º	1	Castelo do Lindoso	ICNF

Tabela 27 - Situação de referência dos indicadores de realização obrigatórios - VISITAÇÃO

Temática	Cód. Indicador	Indicadores	Unid. de medida	Quant.	Observação	Fonte / ENTIDADE
Visitação	6	Visitantes contabilizados nas infraestruturas de apoio da AP, nacionais e estrangeiros				
		Visitantes nacionais que contactam as Portas do PNPG - 2021 (inclui: <u>Portas, Ecomuseu e Centro de Educação Ambiental do Vidoeiro</u>)	N.º	45527		Fonte: ICNF
		Visitantes estrangeiros que contactam as Portas do PNPG - 2021 (inclui: <u>Portas, Ecomuseu e Centro de Educação Ambiental do Vidoeiro</u>)	N.º		a registar	Fonte: ICNF
		Visitantes nacionais que contactam os <u>postos de turismo</u> existentes no PNPG - 2021	N.º		a registar	Câmaras Municipais
		Visitantes estrangeiros que contactam os <u>postos de turismo</u> existentes no PNPG - 2021	N.º		a registar	Câmaras Municipais
		<u>Dormidas</u> em alojamentos turísticos, nos 5 municípios - 2021	N.º	268 774		Fonte: INE
		<u>Proporção de Hóspedes estrangeiros, nos 5 municípios</u> - 2021	%	10		Fonte: INE
		Veículos controlados nos pontos de <u>acesso à Mata de Albergaria</u> - 2021	N.º		a registar	Fonte: ICNF
	7	Visitantes da AP através de Empresas de Turismo de Natureza				
		Clientes nacionais em atividades de turismo de natureza, promovidas por empresas autorizadas pelo ICNF - 2021	N.º		a registar	Fonte: ICNF
		Clientes estrangeiros em atividades de turismo de natureza, promovidas por empresas autorizadas pelo ICNF - 2021	N.º		a registar	Fonte: ICNF
	8	Reclamações resolvidas (n.º reclamações resolvidas / n.º total de reclamações recebidas)				
		Reclamações de visitantes recebidas - 2021	N.º	7		
		Reclamações de visitantes resolvidas - 2021	N.º	7	Respondidas (não necessariamente resolvidas)	ICNF
		Reclamações recebidas de entidades ou população local sobre problemas relacionados com a visitação - 2021	N.º	4	Respondidas (não necessariamente resolvidas)	ICNF
		Reclamações resolvidas de entidades ou população local sobre problemas relacionados com a visitação - 2021	N.º	4	Respondidas (não necessariamente resolvidas)	ICNF

Tabela 28 - Situação de referência dos indicadores de realização obrigatórios - NATURAL.PT

Temática	Cód. Indicador	Indicadores	SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA - 2021			Observações
			Unid. de medida	Quant.	Especificação - listar de forma nominal	
Natural.pt	9	Aderentes à marca Natural.pt				
		Serviços de apoio à atividade turística:				
		- Atividades de Animação Turística	N.º	15		
		- Alojamento	N.º	22		
		- Restauração	N.º	2		
		- Espaços de venda	N.º	1		
		Produtos:				
		- Alimentares	N.º	2		
		- Não alimentares	N.º	1		
		- Imateriais	N.º	1		
		Investigação e divulgação:				
		- Projetos ou trabalhos	N.º			
		- Produção de conteúdos de divulgação	N.º	2		
	10	Tipologias de novos produtos e serviços aderentes à marca Natural.pt				
		Serviços de apoio à atividade turística:				
		- Atividades de Animação Turística	N.º	15		Considerou-se o conjunto da oferta
		- Alojamento	N.º	26		
		- Restauração	N.º	2		
		- Espaços de venda	N.º	1		
		Produtos:				
		- Alimentares	N.º	2	Mel; Bolachas	
		- Não alimentares	N.º	1	Caretos e Farrapões	
		- Imateriais	N.º	1	Espigueiros madeira	
		Investigação e divulgação:				
		- Projetos ou trabalhos	N.º	1		Considerou-se o conjunto da oferta
		- Produção de conteúdos de divulgação	N.º	1		Considerou-se o conjunto da oferta

Tabela 29 - Situação de referência dos indicadores de realização obrigatórios - NOVAS ATIVIDADES E PRODUTOS

Temática	Cód. Indicador	Indicadores	SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA - 2021			
			Unid. de medida	Quant.	Especificação - listar de forma nominal	Entidade produtor/comercializador
Novas atividades e produtos	11	Novas atividades e/ou produtos passíveis de atribuir valor aos recursos e valores naturais presentes na AP				
		Atividades de observação e interpretação de valores naturais ou culturais disponibilizadas ao público	N.º	1	12 meses 12 caminhadas	ARDAL
			N.º	1	Programa de observação de estrelas	ARDAL
			N.º	4	Mezio em atividade (festival de caminhadas, Mezio radical, Dias na natureza, Aldeia Natal)	ARDAL
			N.º	1	Campos de férias	ARDAL
			N.º	1	Visitas guiadas	ICNF, I.P.
			N.º	1	Atividades temáticas	ICNF, I.P.
		Produtos agroalimentares produzidos de acordo com as boas práticas ambientais/ conservação da natureza	N.º	...	a identificar	
		Produtos artesanais não alimentares produzidos de acordo com as boas práticas ambientais/ conservação da natureza	N.º	...	a identificar	
		Serviços de visitação que contribuem para a descarbonização das atividades turísticas no PNPG (transportes coletivos, utilização de veículos elétricos, etc.)	N.º		Aluguer de bicicletas (oferta das empresas de AT e Porta do Mezio)	
				...	a identificar	
		atividades e serviços de animação turística que contribuam para a valorização dos valores naturais			Oferta das empresas de animação turística	
				...	a identificar	
	12	Ações de promoção e divulgação das atividades económicas desenvolvidas compatíveis com os valores naturais presentes na AP				
		Ações de promoção e divulgação de atividades ligadas ao setor agroflorestal (2021)	N.º	1	Feira de Artes e Ofícios Tradicionais do Soajo	CM Arcos de Valdevez/ ARDAL
				...	a identificar	
		Ações de promoção e divulgação de atividades ligadas ao setor do turismo (2021)	N.º	...	a identificar	
		Outras ações de promoção e divulgação das atividades económicas desenvolvidas compatíveis com os valores naturais presentes na AP (2021)	N.º	...	a identificar	

Tabela 30 - Situação de referência dos indicadores de realização obrigatórios - INOVAÇÃO

Temática	Cód. Indicador	Indicadores	SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA - 2021			
			Unid. de medida	Quant.	Especificação - listar de forma nominal	Entidade promotora
Inovação	13	Projetos de inovação (ambiental, tecnológica, económica e social) aplicados a valores naturais ou a práticas e produtos tradicionais desenvolvidos na AP				
		Projetos de inovação ambiental, tecnológica, económica e social aplicados a valores naturais ou a práticas e produtos tradicionais desenvolvidos na AP	N.º	1	Parque de observação de estrelas da Porta do Mezio	ARDAL
				...	a identificar	

SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL

Tematica	Cód. Indicador	Indicadores	SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA - 2021				
			Unid. de medida	Quant.	Especificação - listar de forma nominal	Entidade promotora da ação/ projeto	
Educação e sensibilização ambiental	14	Projetos educativos e académicos, focados nos valores naturais e culturais presentes na AP					
		Ações de formação/ capacitação focadas nos valores naturais e culturais do PNPG	N.º	1	Programa de formação-ação para empresas turísticas walk friendly	ADERE-PG	
			N.º	19	Formação modular (2021)	ADERE-PG	
		Ações de informação e sensibilização focadas nos valores naturais e culturais do PNPG	N.º	14	Atividades de sensibilização ambiental da Porta do Mezio		
			N.º	5	Ações de sensibilização/libertação de ave recuperada	SEPNs; Centros sociais; escolas	
			N.º	3	Atividades de voluntariado	Associações, escola	
			N.º	1	Webinar	ICNF / FNA	
			N.º	1	50.º Aniversário do PNPG; Jornadas	Comissão de Cogestão	
		Projetos académicos focados nos valores naturais e culturais do PNPG	N.º	1	CLICTOUR – Turismo Resiliente às Alterações Climáticas em Áreas Protegidas do Norte de Portugal	Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, em parceria com o NIPE – Núcleo de Investigação em Políticas Económicas e Empresariais	
			N.º	1	Ecopassaporte	ADERE-PG	
		Projetos educativos focados nos valores naturais e culturais do PNPG	N.º	114	#mezio - Programa de Educação Ambiental Integrado da Porta do Mezio	ARDAL	
			N.º	139	Estábulo do Garrano - Oficina Lúdico-pedagógica	ARDAL	
			N.º	17	Lobo e Homem - Plano de pedagogia e interpretação ambiental sobre o lobo-ibérico	ARDAL	
			N.º	5	Atividades de educação ambiental da Porta do Mezio	ARDAL	
	N.º		5	* completar com informação das 5 Portas			
	15	Participantes em ações (informação, formação e sensibilização) sobre valores naturais presentes na AP e boas práticas para usufruto do território.					
		Participantes nas ações de formação/ capacitação	N.º	30	Programa de formação-ação para empresas turísticas walk friendly	ADERE-PG	
			N.º	345	Formação modular (2021)	ADERE-PG	
		Participantes nas ações de informação e sensibilização	N.º	244	Atividades de sensibilização ambiental da Porta do Mezio	ARDAL	
			N.º	2500	Ações de sensibilização/libertação de ave recuperada	SEPNs; Centros sociais; escolas	
N.º			81	Atividades de voluntariado	Associações, escola		
N.º			140	50.º Aniversário do PNPG; Jornadas	Comissão de Cogestão		
Participantes nos proj. académicos		N.º	5	CLICTOUR – Turismo Resiliente às Alterações Climáticas em Áreas Protegidas do Norte de Portugal			
Participantes nos projetos educativos		N.º	1575	Ecopassaporte (n.º a atualizar)	ADERE-PG		
		N.º	1984	#mezio - Programa de Educação Ambiental Integrado da Porta do Mezio	ARDAL		
		N.º	2329	Estábulo do Garrano - Oficina Lúdico-pedagógica	ARDAL		
		N.º	454	Lobo e Homem - Plano de pedagogia e interpretação ambiental sobre o lobo-ibérico	ARDAL		
		N.º	88	12 meses 12 caminhadas	ARDAL		
		N.º	92	Atividades de educação ambiental da Porta do Mezio (escolas)	ARDAL		

Tabela 32 - Situação de referência dos indicadores de realização obrigatórios - PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

Temática	Cód. Indicador	Indicadores	SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA - 2021		
			Unid. de medida	Quant.	Especificação - listar de forma nominal
Participação pública no processo de cogestão	16	Iniciativas de participação pública no âmbito da cogestão da AP (sessões de consulta e discussão pública, palestras, workshops, ações de voluntariado e networking) (1).			
		Sessões públicas de apresentação do modelo de Cogestão do PNPG	N.º	5	Sessões públicas de apresentação (Lamas de Mouro, Mezio, Lindoso, Gerês e Montalegre) realizadas em julho 2021
		Formulário online para participação pública	N.º	1	Formulário de participação pública
		Sessões temáticas de consulta e discussão pública	N.º	21	a realizar
	17	Participações efetivas em consultas públicas no âmbito da cogestão da AP			
		Participações nas Sessões públicas de apresentação do modelo de Cogestão do PNPG (n.º de participantes)	N.º	141	Sessões públicas de apresentação (Lamas de Mouro, Mezio, Lindoso, Gerês e Montalegre) realizadas em julho 2021
		Entidades que participaram nas Sessões públicas de apresentação do modelo de Cogestão do PNPG		75	
		Respostas ao Formulário online para participação pública	N.º		a registar (ainda decorre o período de respostas)
		Participações nas Sessões temáticas de consulta e discussão pública (n.º de participantes)	N.º		a registar (vão ser realizadas a partir de setembro de 2022)
		Entidades que participaram nas nas Sessões temáticas de consulta e discussão pública	N.º		a registar (vão ser realizadas a partir de setembro de 2022)

Tabela 33 - Situação de referência dos indicadores de realização obrigatórios - AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE COGESTÃO

Temática	Cód. Indicador	Indicadores	Unid. de medida	Quant.	Designação	Entidades parceiras
Avaliação do processo de cogestão	18	Entidades envolvidas nos projetos colaborativos na AP (Incluindo promotores, empresas, centros de investigação, Instituições de ensino e formação, ONGA e municípios).				
		Entidades envolvidas nos projetos colaborativos na AP	N.º	8	Entidades da Comissão de Cogestão. Informação a rever depois de serem consolidados os projetos colaborativos que irão constar no plano de ação do Plano da Cogestão. A preencher por projeto identificado.	
	19	Envolvimento das entidades parceiras na cogestão da AP (n.º de iniciativas de participação pública em que cada entidade parceira participou/ n.º total de iniciativas de participação pública) (2).				
		Entidades da Comissão de Cogestão presentes nas Sessões públicas de apresentação do modelo de Cogestão do PNPG	N.º entidades	8		
		Entidades da Comissão de Cogestão presentes nas Sessões temáticas de consulta e discussão pública	N.º entidades		a registar (vão ser realizadas a partir de setembro de 2022)	
	20	Financiamento do plano de cogestão da AP (financiamento existente/financiamento necessário).				
		Protocolo da Cogestão	€	100 000,00 €	Fundo Ambiental	ADERE-PG
		Orçamento do Plano anual de atividades	€			Entidades da Comissão de Cogestão
		Orçamento Global do Plano da Cogestão	€	69 119 454,00 €	* Valor estimado, sujeito a atualização após a fase de consulta pública e aprovação	Entidades da Comissão de Cogestão
	21	Execução de projetos e ações previstos no plano de cogestão da AP — execução física e financeira (3).				
		Execução física das atividades do protocolo da cogestão	%		a registar	
		Execução financeira das atividades do protocolo da cogestão	%		a registar	
		Execução física do Plano anual de atividades	%		a registar	
		Execução financeira do Plano anual de atividades	%		a registar	
		Execução física do Plano da Cogestão	%		a registar	
		Execução financeira do Plano da Cogestão	%		a registar	

9.2.3. COMO SERÃO MENSURÁVEIS ANUALMENTE OS INDICADORES DE REALIZAÇÃO OBRIGATÓRIOS? ONDE SERÃO PUBLICITADOS OS RESULTADOS OBTIDOS ANUALMENTE?

Conforme referido anteriormente, a monitorização da implementação da proposta do Plano de Cogestão do PNPG assenta essencialmente no acompanhamento dos indicadores de realização adotados, cuja avaliação será sistematizada e atualizada através de relatórios anuais. Esta avaliação é facilitada pela existência de uma Ficha de Projeto (ficha de descrição, caracterização e acompanhamento de cada uma das medidas e ações propostas no Plano de Cogestão do PNPG), que detalha todos os aspetos da programação e da operacionalização das intervenções.

A Estrutura de Apoio à Comissão de Cogestão do PNPG será responsável por acompanhar a evolução dos resultados dos indicadores, com base na situação de referência anteriormente apresentada - que

corresponde ao ano zero da implementação do Programa de Medidas da proposta do Plano de Cogestão do PNPG. Os indicadores serão mensuráveis através do acompanhamento das ações e previstas no referido Programa de Medidas, já que cada promotor tem o dever de indicar as metas que se preveem alcançar para cada um dos indicadores.

No que respeita à publicitação dos resultados, a Comissão de Cogestão do PNPG entende que a execução do Programa de Medidas e os momentos de avaliação devem ser tornados públicos, nomeadamente através da informação disponibilizada nos canais online (site do ICNF, I.P. e site da ADERE-PG, bem como através das páginas web das restantes entidades da Comissão de Cogestão).

10. CONTRIBUTO DO PLANO DE COGESTÃO PARA AS AGENDAS MUNDIAL, EUROPEIA, NACIONAL E REGIONAL

O Plano da Cogestão do PNPG configura uma proposta de programação alicerçada nos temas atuais do desenvolvimento sustentável, que procura responder aos objetivos e orientações estratégicas à escala global, europeia, nacional e regional.

Decorrente do próprio enquadramento legal, a proposta do Plano de Cogestão do PNPG está necessariamente alinhada com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, tanto na dimensão ambiental, como na económica e social, contribuindo para vários dos seus 17 objetivos. A proposta do Plano de Cogestão do PNPG conforma-se igualmente com a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030, contribuindo de forma inequívoca para os três pilares fundamentais da política nacional de conservação da natureza: i) Melhorar o estado de conservação do património natural; ii) Promover o reconhecimento do valor do património natural; e iii) Fomentar a apropriação dos valores naturais e da biodiversidade pela sociedade.

Em termos de política europeia e do Acordo de Parceria Portugal 2030, bem como da agenda regional Norte 2030, a proposta do Plano de Cogestão do PNPG demonstra um contributo relevante para a prossecução dos grandes objetivos estratégicos que orientarão a aplicação dos fundos europeus.

A nível local, o alinhamento deste documento com a estratégia nacional e regional para 2030 garante que as opções de desenvolvimento para o território do Parque Nacional (que integra cinco municípios e três NUT III), encontram acomodação nas Estratégias 2030 das Entidades Intermunicipais do Alto Minho, do Cávado e do Alto Tâmega. Vários dos projetos integrados na proposta do Plano de Cogestão do PNPG concretizam prioridades enunciadas nas quatro linhas estratégicas de intervenção das estratégias 2030 destas Comunidades Intermunicipais.

Procurou-se também perceber sobre a convergência do veiculado na proposta do Plano de Cogestão do PNPG com a política e orientações para o desenvolvimento rural, agricultura e floresta, tendo-se concluído que as mesmas contribuem para muitos dos objetivos estratégicos do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) 2022-2027 e da Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica, assim como para a Agenda de Inovação para a Agricultura 2030 (Terra Futura).

Finalmente, procurou-se também evidenciar o importante contributo da proposta do Plano de Cogestão do PNPG para a Estratégia Nacional Turismo 2027 e para os princípios do turismo sustentável, dado que o PNPG é signatário da Carta Europeia de Turismo Sustentável (CETS), processo que se encontra em fase de revalidação, através do mesmo processo de participação que está a ser dinamizado no âmbito da cogestão.

ODS 2030 PLANO DE COGESTÃO DO PNPg 2022/27		Objetivo 2: Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável	Objetivo 4: Garantir uma educação inclusiva e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, para todos	Objetivo 6: Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento, para todos	Objetivo 7: Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas	Objetivo 8: Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos	Objetivo 10: Reduzir a desigualdade no interior dos países e entre países	Objetivo 11: Tornar as cidades e as comunidades inclusivas, seguras, resilientes	Objetivo 12: Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis	Objetivo 13: Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos	Objetivo 15: Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável a floresta..., travar a perda de biodiversidade	Objetivo 17: Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável
EIXO ESTRATÉGICO	ÁREA-CHAVE DE INTERVENÇÃO											
EIXO 1 - PROMOÇÃO DO PNPg E INFORMAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO	1.1. Comunicação e promoção											
	1.2. Informação e sensibilização											
	1.3. Capacitação, participação e gestão colaborativa											
EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DO PNPg	2.1. Valorização dos recursos endógenos e compatibilização das atividades humanas com os recursos naturais											
	2.2. Ordenamento e qualificação da visitação											
	2.3. Valorização das aldeias e desenvolvimento social											
EIXO 3 - PROMOÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL E GESTÃO EFICIENTE DOS RECURSOS EXISTENTES NO PNPg	3.1. Promoção da qualidade ambiental e gestão eficiente dos recursos											

Figura 6 - Alinhamento da proposta do Plano de Cogestão do PNPg com os ODS 2030 (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável)

PLANO DE COGESTÃO DO PNPG 2022/27		EIXO 1 - PROMOÇÃO DO PNPGE INFORMAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO			EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DO PNPGE			EIXO 3 - PROMOÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL E GESTÃO EFICIENTE DOS RECURSOS EXISTENTES NO PNPGE	
		ÁREA-CHAVE DE INTERVENÇÃO							
		1.1. Comunicação e promoção	1.2. Informação e sensibilização	1.3. Capacitação, participação e gestão colaborativa	2.1. Valorização dos recursos endógenos e compatibilização das atividades humanas com os recursos naturais	2.2. Ordenamento e qualificação da visitação	2.3. Valorização das aldeias e desenvolvimento social	3.4. Promoção da qualidade ambiental e gestão eficiente dos recursos existentes no PNPGE	
ESTRATÉGIA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE 2030	1.1. Consolidar o SNAC e promover a sua gestão partilhada	○	○	○	○	○	○		○
	1.2. Assegurar que as espécies (flora e fauna) e os habitats protegidos melhoram o seu estado de conservação ou tendência populacional					○			○
	1.3. Programar e executar intervenções de conservação e de recuperação de espécies (fauna, flora) e habitats ao nível nacional								
	1.4. Reforçar a prevenção e controlo de espécies exóticas invasoras a nível nacional e no quadro da EU								○
	1.5. Assegurar e promover a conservação da diversidade genética animal e vegetal				○				○
	1.6. Reforçar o quadro legal de regulamentação da conservação da natureza e biodiversidade					○			
	1.7. Reforçar o cumprimento do quadro legal de regulamentação da conservação da natureza e biodiversidade					○			○
	1.8. Reforçar a investigação e inovação orientada para as prioridades de política de conservação da natureza								○
	1.9. Garantir a estruturação de um sistema coerente e útil de monitorização continuada do estado de conservação dos valores naturais								
	1.10. Aumentar a visibilidade e perceção pública do valor do património natural e dos serviços de ecossistemas	○	○	○	○	○	○		○
	1.11. Reforçar a diplomacia verde e a participação nacional na governação internacional da biodiversidade	○	○						○
Eixo 2 - Promover o reconhecimento do valor do património natural	2.1. Promover o mapeamento e avaliação da condição dos ecossistemas e melhorar a sua capacidade de fornecer, a longo-prazo,								○
	2.2. Evidenciar a economia da biodiversidade e dos ecossistemas	○	○	○	○	○	○		○
	2.3. Aumentar o investimento público em conservação da natureza e biodiversidade	○	○	○	○	○	○		○
	2.4. Consolidar o contributo dos instrumentos fiscais para a conservação da natureza e utilização sustentável da biodiversidade		○	○					○
	2.5. Assegurar uma aplicação coerente dos sistemas de incentivos e subsídios com os objetivos de conservação e utilização sustentável		○	○	○	○	○		○
Eixo 3 - Fomentar a apropriação dos valores naturais e da biodiversidade pela sociedade	3.1. Aprofundar o contributo da agricultura para os objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade		○	○	○				○
	3.2. Aprofundar o contributo da silvicultura para os objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade		○	○	○				○
	3.5. Garantir a utilização sustentável dos recursos em águas interiores e sistemas fluviais		○	○	○	○	○		○
	3.6. Promover a articulação das metas de clima e energia com os objetivos de conservação da natureza e biodiversidade		○	○		○	○		○
	3.7. Assegurar a conservação da biodiversidade e da geodiversidade nas atividades de prospeção, pesquisa e exploração de recursos minerais								
	3.8. Promover a oferta e qualificação dos serviços no domínio do turismo de natureza, que concorram para a gestão sustentável dos territórios e salvaguardem o	○	○	○	○	○			○
	3.9. Assegurar a sustentabilidade da utilização de recursos genéticos terrestres e marinhos				○	○			○
	3.10. Assegurar a sustentabilidade das infraestruturas de transporte e comunicação					○	○		
	3.11. Aumentar a qualificação da oferta de produtos e serviços, integradores do património natural e cultural, contribuindo para a sustentabilidade da gestão dos		○	○	○	○	○		○
	3.12. Promover e valorizar a integração da conservação da natureza e da biodiversidade nas estratégias, políticas e processos operacionais	○	○	○	○	○			○
	3.13. Garantir a integração dos objetivos de conservação da natureza e biodiversidade nos instrumentos de ordenamento, estratégias, planos e programas,	○	○	○	○	○	○		○
	3.14. Atualizar o regime jurídico de avaliação de impacte ambiental								

Figura 7 - Alinhamento da proposta do Plano de Cogestão do PNPGE com a Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade

NORTE 2030 (Objetivos Estratégicos e Objetivos Transversais) PLANO DE COGESTÃO DO PNPG 2022/27		OE1 – Intensificação tecnológica da base produtiva regional	OE2 – Valorização de ativos e recursos intensivos em território	OE3 – Melhoria do posicionamento competitivo à escala global	OE4 – Consolidação sustentável de sistema urbano policêntrico	OE5 – Promoção da empregabilidade de públicos e territórios-alvo	OT1 – Acréscimo de qualificações em todos os segmentos e grupos- alvo da população	OT2 – Equidade vertical e horizontal no acesso a bens e serviços públicos de qualidade (saúde, cultura, etc.)	OT3 – Eficácia e eficiência do modelo de governação regional
EIXO ESTRATÉGICO	ÁREA-CHAVE DE INTERVENÇÃO								
EIXO 1 - PROMOÇÃO DO PNPG E INFORMAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO	1.1. Comunicação e promoção		○	○		○			
	1.2. Informação e sensibilização		○			○			
	1.3. Capacitação, participação e gestão colaborativa	○	○	○		○	○		○
EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DO PNPG	2.1. Valorização dos recursos endógenos e compatibilização das atividades humanas com os recursos naturais	○	○	○		○	○		
	2.2. Ordenamento e qualificação da visitação		○	○		○	○	○	
	2.3. Valorização das aldeias e desenvolvimento social		○	○	○	○		○	○
EIXO 3 - PROMOÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL E GESTÃO EFICIENTE DOS RECURSOS EXISTENTES NO PNPG	3.1. Promoção da qualidade ambiental e gestão eficiente dos recursos	○	○	○	○	○	○	○	

Figura 9 - Alinhamento da proposta do Plano de Cogestão do PNPG com a Estratégia Norte 2030

PEPAC (Objetivos Estratégicos e Objetivo Transversal) PLANO DE COGESTÃO DO PNPG 2022/27		OE1 – Apoiar os rendimentos e a resiliência das explorações agrícolas viáveis em toda a União, de modo a reforçar a segurança alimentar			OE2 – Reforçar a orientação para o mercado e aumentar a competitividade, com maior incidência na investigação, na tecnologia e na digitalização			OE3 – Melhorar a posição dos agricultores na cadeia de valor			OE4 – Contribuir para a adaptação às alterações climáticas e para a atenuação dos seus efeitos, bem como para a energia sustentável			OE5 – Promover o desenvolvimento sustentável e uma gestão eficiente de recursos naturais como a água, os solos e o ar			OE6 – Contribuir para a proteção da biodiversidade, melhorar os serviços ligados aos ecossistemas e preservar os habitats e as paisagens			OE7 – Atrair os jovens agricultores e facilitar o desenvolvimento das empresas nas zonas rurais			OE8 – Promover o emprego, o crescimento, a igualdade de género, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais, nomeadamente a bioeconomia e a silvicultura sustentável			OE9 – Melhorar a resposta dada pela agricultura Europeia às exigências da sociedade no domínio alimentar e da saúde, nomeadamente no que respeita à oferta de produtos alimentares seguros, nutritivos e sustentáveis, aos resíduos alimentares e ao bem-estar dos animais			OT – Modernização do setor através da promoção e da partilha de conhecimentos, da inovação e da digitalização		
EIXO ESTRATÉGICO	ÁREA-CHAVE DE INTERVENÇÃO	ECONÓMICO			AMBIENTAL			SOCIAL																							
EIXO 1 - PROMOÇÃO DO PNPG E INFORMAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO	1.1. Comunicação e promoção																														
	1.2. Informação e sensibilização																														
	1.3. Capacitação, participação e gestão colaborativa																														
EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DO PNPG	2.1. Valorização dos recursos endógenos e compatibilização das atividades humanas com os recursos naturais																														
	2.2. Ordenamento e qualificação da visitação																														
	2.3. Valorização das aldeias e desenvolvimento social																														
EIXO 3 - PROMOÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL E GESTÃO EFICIENTE DOS RECURSOS EXISTENTES NO PNPG	3.1. Promoção da qualidade ambiental e gestão eficiente dos recursos																														

Figura 10 - Alinhamento da proposta do Plano de Cogestão do PNPG com o Plano Estratégico da PAC 2022-2027

Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica PLANO DE COGESTÃO DO PNPG 2022/27		Eixo 1 — Produção								Eixo 2 — Promoção e mercados					Eixo 3 — Inovação, Conhecimento e Difusão de Informação				
EIXO ESTRATÉGICO	ÁREA-CHAVE DE INTERVENÇÃO	1.1 Aumentar a produção vegetal biológica	1.2 Aumentar a produção animal biológica	1.3 Fomentar o desenvolvimento da aquicultura biológica	1.4 Fomentar a Produção Biológica em áreas protegidas, rede Natura e zonas vulneráveis	1.5 Aumentar a oferta de produtos biológicos transformados e preparados	1.6 Aumentar a disponibilidade de sementes e material de propagação vegetativo de variedades tradicionais	1.7 Facilitar a homologação de produtos fitofarmacêuticos para utilização em PB já autorizados em Estados-Membros com condições climáticas análogas	1.8 Discriminar positivamente a agricultura biológica em sede fiscal	2.1 Aumentar o consumo de produtos biológicos	2.2 Reforçar a confiança dos consumidores nos produtos biológicos	2.3 Promover o acesso dos produtos biológicos nacionais ao mercado	2.4 Ampliar o conhecimento dos mecanismos do mercado e do consumo	2.5 Desenvolver um plano de promoção dos produtos biológicos	3.1 Adequar a formação profissional e o ensino em PB	3.2 Promover a I&D em PB	3.3 Melhorar a informação estatística e de mercados de produtos biológicos	3.4 Melhorar o apoio técnico específico em AB	3.5 Aumentar a disponibilidade de informação e documentação técnica relativa à PB adaptado às condições nacionais
EIXO 1 - PROMOÇÃO DO PNPG E INFORMAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO	1.1. Comunicação e promoção																		
	1.2. Informação e sensibilização																		
	1.3. Capacitação, participação e gestão colaborativa																		
EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DO PNPG	2.1. Valorização dos recursos endógenos e compatibilização das atividades humanas com os recursos naturais																		
	2.2. Ordenamento e qualificação da visitação																		
	2.3. Valorização das aldeias e desenvolvimento social																		
EIXO 3 - PROMOÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL E GESTÃO EFICIENTE DOS RECURSOS EXISTENTES NO PNPG	3.1. Promoção da qualidade ambiental e gestão eficiente dos recursos																		

Figura 11 - Alinhamento da proposta do Plano de Cogestão do PNPG com a Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica

TERRA FUTURA Agenda de Inovação para a Agricultura 20 30 PLANO DE COGESTÃO DO PNPG 2022/27		Sociedade		Território					Cadeia de Valor				Estado			
		1. Alimentação Sustentável	2. Uma Só Saúde	3. Mitigação das Alterações Climáticas	4. Adaptação às alterações climáticas	5. Agricultura circular	6. Territórios Sustentáveis	7. Revitalização das zonas rurais	8. Agricultura 4.0	9. Promoção dos produtos agroalimentares portugueses	10. Excelência da organização da produção	11. Transição agroenergética	12. Promoção da investigação, inovação e capacitação	13. Rede de Inovação	14. Portal Único da Agricultura	15. Reorganiza
EIXO ESTRATÉGICO	ÁREA-CHAVE DE INTERVENÇÃO															
EIXO 1 - PROMOÇÃO DO PNPG E INFORMAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO	1.1. Comunicação e promoção									○			○	○	○	
	1.2. Informação e sensibilização						○						○	○	○	
	1.3. Capacitação, participação e gestão colaborativa						○	○					○	○	○	
EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DO PNPG	2.1. Valorização dos recursos endógenos e compatibilização das atividades humanas com os recursos naturais	○	○	○		○	○	○		○						
	2.2. Ordenamento e qualificação da visitação						○	○				○				
	2.3. Valorização das aldeias e desenvolvimento social						○	○				○				
EIXO 3 - PROMOÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL E GESTÃO EFICIENTE DOS RECURSOS EXISTENTES NO PNPG	3.1. Promoção da qualidade ambiental e gestão eficiente dos recursos			○	○	○	○	○	○	○			○	○	○	○

Figura 12 - Alinhamento da proposta do Plano de Cogestão do PNPG com a Agenda de Inovação para a Agricultura 2030 (Terra Futura)

PRINCÍPIOS DA CARTA EUROPEIA DO TURISMO SUSTENTÁVEL (CETS) PLANO DE COGESTÃO DO PNPG 2022/27		1- Envolvimento e participação dos stakeholders	2- Elaborar e implementar um plano de ação e uma estratégia de turismo sustentável, de forma participada	3- Proteger e promover o património natural e cultural	4- Proporcionar experiências de qualidade aos visitantes (materiais informativos, infraestruturas e equipamentos, inclusão, etc.)	5- Garantir uma boa comunicação com os visitantes	6- Incentivar os produtos turísticos que promovam as experiências locais	7- Aumentar o conhecimento sobre as questões de sustentabilidade	8- Garantir que o turismo contribui de forma a não pôr em causa a qualidade de vida dos residentes	9- Aumentar os benefícios do turismo para a economia local	10- Monitorizar os fluxos de visitantes para reduzir os impactos negativos
EIXO ESTRATÉGICO	ÁREA-CHAVE DE INTERVENÇÃO										
EIXO 1 - PROMOÇÃO DO PNPG E INFORMAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO	1.1. Comunicação e promoção	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
	1.2. Informação e sensibilização	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
	1.3. Capacitação, participação e gestão colaborativa	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○
EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DO PNPG	2.1. Valorização dos recursos endógenos e compatibilização das atividades humanas com os recursos naturais	○	○	○		○	○	○		○	
	2.2. Ordenamento e qualificação da visitação	○	○	○	○	○	○		○	○	○
	2.3. Valorização das aldeias e desenvolvimento social	○	○	○	○	○	○	○	○	○	
EIXO 3 - PROMOÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL E GESTÃO EFICIENTE DOS RECURSOS EXISTENTES NO PNPG	3.1. Promoção da qualidade ambiental e gestão eficiente dos recursos	○	○	○	○	○	○	○		○	

Figura 13 - Alinhamento da proposta do Plano de Cogestão do PNPG com a Carta Europeia de Turismo Sustentável (CETS)

TURISMO 2027 PLANO DE COGESTÃO DO PNPg 2022/27 PLANO DE COGESTÃO DO		VALORIZAR O TERRITÓRIO E AS COMUNIDADES					IMPULSIONAR A ECONOMIA					POTENCIAR O CONHECIMENTO					GERAR REDES E CONECTIVIDADE					PROJETAR PORTUGAL				
		Conservar, valorizar e usufruir o património histórico-cultural e identitário	Valorizar e preservar a autenticidade do País e a vivência das comunidades locais	Afirmar o turismo na economia do mar	Potenciar economicamente o património natural e rural e assegurar a sua conservação	Promover a regeneração urbana das cidades, regiões e o desenvolvimento turístico sustentável	Estruturar e promover ofertas que respondam à procura turística	Assegurar a competitividade das empresas de turismo numa perspetiva de curto, médio e longo prazos	Reduzir os custos de contexto, simplificar, dar estabilidade jurídico-fiscal e desburocratizar	Atrair investimento e qualificar a oferta turística	Estimular a economia circular no turismo	Afirmar Portugal como um polo de referência internacional na inovação, no empreendedorismo e no prestígio das profissões do turismo e formar massa crítica adaptadas às necessidades do mercado	Assegurar a transferência de conhecimento de instituições de ensino e centros de investigação para as empresas	Difundir conhecimento e informação estatística	Capacitar em contínuo os empresários e gestores para liderar o turismo do futuro – tecnologia, inovação, inclusão	Afirmar Portugal como o smart destination	Promover e reforçar rotas aéreas ao longo do ano e captar operações de homeport e de turacouned	Melhorar os sistemas de mobilidade rodo-ferroviária e de navegabilidade	Promover o turismo para todos», numa ótica inclusiva, que acolha os diferentes segmentos da sociedade	Envolver ativamente a sociedade no processo de desenvolvimento turístico do país e das regiões	Mobilizar o trabalho em rede e a promoção conjunta entre os vários setores	Reforçar a internacionalização de Portugal enquanto destino turístico para visitar, investir, trabalhar e estudar	Posicionar o turismo interno como fator de competitividade e de alavanca da economia nacional	Valorizar a comunidade lusodescente como ativo estratégico na promoção de Portugal enquanto destino turístico	Potenciar o desenvolvimento de congressos e eventos culturais e desportivos de âmbito internacional	Afirmar Portugal nas organizações mundiais e na cooperação internacional
EIXO ESTRATÉGICO	ÁREA-CHAVE DE INTERVENÇÃO																									
EIXO 1 - PROMOÇÃO DO PNPg E INFORMAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO	1.1. Comunicação e promoção					○			○	○												○	○	○	○	○
	1.2. Informação e sensibilização	○			○		○	○	○	○		○	○	○	○											
	1.3. Capacitação, participação e gestão colaborativa	○			○		○	○	○	○		○	○	○	○				○	○						
EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DO PNPg	2.1. Valorização dos recursos endógenos e compatibilização das atividades humanas com os recursos naturais	○	○		○		○	○	○	○	○		○													
	2.2. Ordenamento e qualificação da visitação				○		○	○	○				○	○	○			○								
	2.3. Valorização das aldeias e desenvolvimento social	○	○		○	○	○		○																	
EIXO 3 - PROMOÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL E GESTÃO EFICIENTE DOS RECURSOS EXISTENTES NO PNPg	3.1. Promoção da qualidade ambiental e gestão eficiente dos recursos				○	○	○	○	○		○		○			○										

Figura 14 - Alinhamento da proposta do Plano de Cogestão do PNPg com a Estratégia Turismo 2027

11. PUBLICITAÇÃO E DIVULGAÇÃO

No **Documento Complementar 5 – Plano de sensibilização e comunicação**, que integra a proposta do Plano de Cogestão do PNPG, apresenta-se de forma detalhada a metodologia que vai ser utilizada para, ao longo dos 5 anos de implementação do Plano de Cogestão, sensibilizar as populações, bem como publicitar e divulgar a informação relevante no âmbito da cogestão.

11.1. ONDE SERÁ PUBLICITADA A INFORMAÇÃO RELEVANTE NO ÂMBITO DA COGESTÃO DA ÁREA PROTEGIDA?

A informação relevante sobre a cogestão do Parque Nacional será publicitada no site do ICNF, I.P., bem como nos sites das entidades que integram a Comissão de Cogestão, dos Municípios do PNPG e das entidades que fazem parte dos Grupos de Trabalho constituídos no âmbito da cogestão.

11.2. COMO SERÁ FEITA A DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO RELEVANTE NO ÂMBITO DA COGESTÃO DA ÁREA PROTEGIDA?

O principal documento para divulgação da informação relevante sobre a cogestão do Parque Nacional é a brochura desenvolvida para o efeito, da qual consta informação sobre a cogestão do PNPG, apresentada de forma clara e de simples leitura.

Para além da distribuição desta brochura, serão feitas sessões anuais públicas junto das populações e atores locais para apresentação regular do ponto de situação do desenvolvimento do Plano de Cogestão do PNPG.

ANEXOS

(link para os anexos)

Documentos complementares:

[Documento Complementar I - CARATERIZAÇÃO DA ÁREA PROTEGIDA](#)

[Documento Complementar II - DIAGNÓSTICO PROSPETIVO DA ÁREA PROTEGIDA \(ANÁLISE SWOT\) E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS](#)

[Documento Complementar III - ATORES CHAVE DO TERRITÓRIO](#)

[Documento Complementar IV - PROGRAMA DE MEDIDAS \(contém as fichas de caraterização das medidas\)](#)

[Documento Complementar V - PLANO DE SENSIBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO](#)